



República Federativa do Brasil

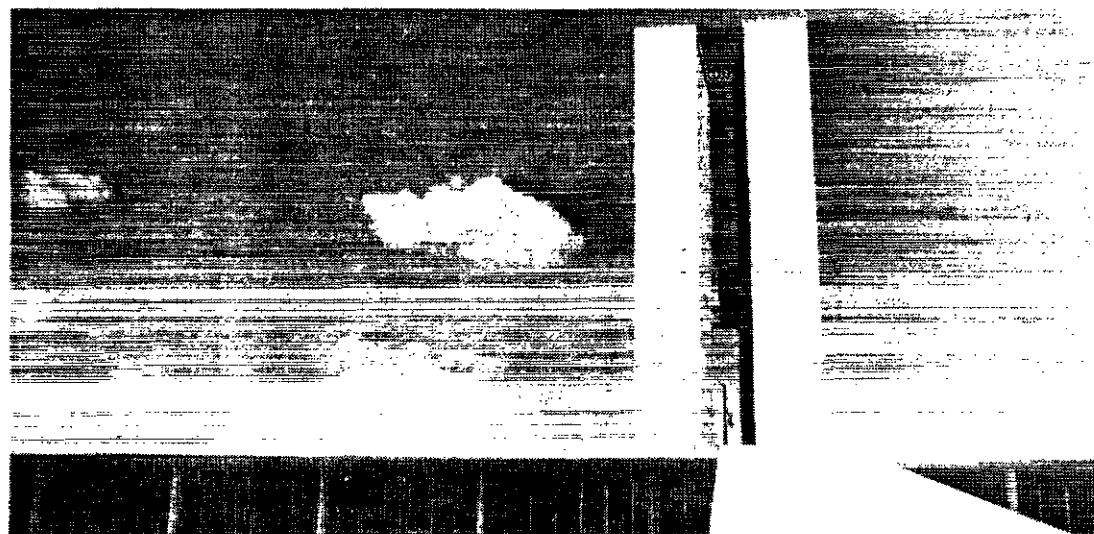
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 012

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 13ª SESSÃO, EM 15 DE MARÇO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de projeto

— Projeto de Resolução nº 2, de 1983, que aprova o Relatório e as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a examinar a violência urbana, suas causas e consequências.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 317, de 1983, de autoria do Sr. Senador Murilo Badaró, solicitando o desarquivamento do Requerimento nº 196/82, feita a reconstituição do processo, se necessária.

— Nº 318, de 1983, de autoria do Sr. Senador Murilo Badaró e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do nobre Senador José Guimard. Aprovado, após usarem da palavra os Srs. Humberto Lucena,

Murilo Badaró, Itamar Franco, Passos Pôrto, Gabriel Hermes e Lomanto Júnior, tendo o Sr. Presidente se associado às homenagens prestadas.

1.3 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — ATAS DE COMISSÕES

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

Ata da 13ª Sessão, em 15 de março de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Mário Maia — Eunice Michiles — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — João Castelo — Alberto Silva —

Helvidio Nunes — Martins Filho — Humberto Lucena — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — João Calmon — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Gastão Müller — José Fragelli — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 22 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1983

Aprova o Relatório e as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a examinar a violência urbana, suas causas e consequências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os Relatórios e as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 01, de 1982, destinada a examinar a violência urbana, suas causas e consequências.

Art. 2º Serão enviadas cópias do Relatório e das conclusões a que se refere o artigo anterior:

I — à Presidência da República, aos Ministérios da Justiça, do Trabalho, da Previdência e Assistência Social, da Educação e Cultura;

II — aos Governos estaduais e às Prefeituras das Capitais e das cidades de mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

III — às Secretarias estaduais de Justiça, de Segurança Pública, de Serviço Social e de Educação;

IV — às Universidades públicas e privadas;

V — às associações e aos órgãos representativos de pais, educadores, professores, advogados, magistrados, membros do Ministério Público, policiais, assistentes sociais, médicos, psicólogos, sociólogos, comunicadores sociais, igrejas e clubes de serviços.

Art. 3º A Mesa do Senado Federal editará as conclusões e o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito a que se refere o art. 1º.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de março de 1983. — Orestes Quêrcia, Presidente — Murilo Badaró, Relator — Evelásio Vieira, Bernardino Viana, Jutahy Magalhães, Eunice Michiles.

RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA PELA RESOLUÇÃO Nº 01, DE 1980, DESTINADA A EXAMINAR A VIOLÊNCIA URBANA, SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS.

Relator: Senador Murilo Badaró

INTRODUÇÃO

O aumento da violência e da criminalidade sob as mais diversas modalidades constitui um dos fenômenos mais notórios dos dias atuais, estando no centro das atenções e das preocupações de governos e povos em todo o mundo.

Entre nós o recrudescimento da violência e da criminalidade atingiu índices alarmantes nos últimos anos, especialmente nas grandes metrópoles, com tendência, porém, a alastrar-se a outros aglomerados urbanos menos densos do Território Nacional.

Fazendo eco às preocupações gerais que o fenômeno provoca, o Senado Federal acolheu a iniciativa do ilustre Senador Orestes Quêrcia, aprovando a Resolução nº 01, de 1980, que cria a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a examinar a violência urbana, suas causas e consequências.

Constituída a Comissão, eleitos seus Presidentes e Vice-Presidentes, os ilustres Senadores Orestes Quêrcia e Evelásio Vieira, respectivamente, e designado este Relator, traçou-se o roteiro dos trabalhos, passando-se à audiência dos depoentes convidados, de cujas considerações damos, a seguir, a súmula dos aspectos principais focalizados.

TÍTULO I

Súmula dos Depoimentos

Capítulo I

Ministro de Estado da Justiça Ibrahim Abi-Ackel

Na Reunião realizada a 9 de abril de 1980 foi ouvido sua Excelência o Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel.

Após focar a ligação entre o surto de violência e criminalidade com o surgimento da metrópole, fruto da industrialização, da urbanização crescente e do êxodo rural correlato, dando margem à proliferação das favelas, com a formação de subculturas do crime e o agravamento do problema do menor abandonado e carente, a alimentar os caudais da delinquência, refere-se a dados vindos à luz da CPI do Menor, na Câmara dos Deputados, segundo os quais temos cerca de 25 milhões de menores carentes, citando algumas das causas responsáveis pela criminalidade nesse segmento da população, entre as quais o abandono material e moral, as condições precárias de saúde, a permanência excessiva nas ruas e em ambientes nefastos e prejudiciais, a falta de qualificação profissional e o exercício de atividades marginais e antisociais.

Quanto à "solução" de rebaixamento da idade de responsabilidade penal, tacha-a de desprovida de qualquer fundamento válido. "...Nenhuma tese científica, nenhum estudo de criminologia chega à conclusão de que se deve processar a redução da idade da responsabilidade penal" (DCN — II, 9.08.80, pág. 3.534).

Aponta o caráter pendular das reações populares relativamente aos delinquentes, ora pedindo a pena de morte, ora endeusando-os, como a heróis, no que há grande parte de responsabilidade dos meios de comunicação social de massa. "Técnicos habilitados, inclusive com recursos de ciência psicológica, hoje elaboram os grandes planos de captação sobre a verdade dos indivíduos e da massa, criando condições de envolvimento dos lares, das idéias e propósitos da criatura, ditando normas de conduta" (Id., ib.). E enfatiza que "...até agora, nada se fez no sentido de estabelecer e de traçar limitações devidas por meio de uma orientação regulamentar, compatível com o interesse do indivíduo e da sociedade. Há um certo receio, na atualidade, de se processar qualquer intervenção nessa área atinente aos meios de comunicação, em razão de envolver o fato possíveis medidas de censura que, teoricamente, repercutiriam na área de ofensa à liberdade de expressão..."

Mas, "assim como se fala da violência institucionalizada da polícia, seria possível falar-se da violência que os meios de comunicação resolveram institucionalizar. Páginas inteiras falando com linguagem desabrida, a adjetivação escandalosa das liberdades sexuais, das luxúrias, dos costumes, da libertinagem das criaturas humanas, falando dos crimes de sedução, de estupro, de assalto, de roubo, de seqüestro, de extorsão, como se tudo isso fosse o grande e principal elemento de cultura para a inteligência do povo brasileiro. Combate-se "cantando a violência, educa-se fazendo hinos ao despreparo cultural, honra-se eticamente, dando destaque às qualidades negativas do homem. No campo da honra, o mesmo fenômeno: conspurca-se a dignidade alheia. A difamação, a injúria e a calúnia são, a cada passo, retratadas na área de uma grande impunidade que se assegura na faixa intocável da má imprensa. Na área da televisão o problema se agrava. São escolhidos, previamente, notícias e filmes de violência a qualquer momento e a qualquer hora. Ora é o delinquente que se revela herói pela sua capacidade sangüinária, opondo-se ao cumprimento da lei, perturbando a ordem, violando regras e princípios, ora o policial tomando em suas próprias mãos a lei, violando todas as

normas de dignidade e de procedimento para combater a criminalidade. Em um ou outro caso, o bandido se transforma em herói e carrega a mensagem que invade todos os lares, despertando a criança para o mal, para que o jovem se torne agressivo e condicionado o adulto para a violência e a delinquência. Completa-se o círculo. *Violência e álcool institucionalizados pelos meios de comunicação*, coroados esse fatores por dois outros grandes vícios..." "Esta é a opinião do grupo de juristas convocados pelo Ministro Petrônio Portela para falar sobre a influência da imprensa, do rádio e da televisão no surto de violência e criminalidade urbanas existentes no País..." (Id., ib., págs. 3334-3535).

Aborda, a seguir, aspectos cruciais do sistema prisional e carcerário do País. O quadro é caótico. Superpopulação carcerária, ausência de celas individuais, falta de higiene, promiscuidade, homossexualismo, violências sexuais de toda ordem, violências físicas, falta de trabalho e ociosidade, aprendizagem e aperfeiçoamento no crime, falta de contatos regulares com a família, dentre outros. Merece particular atenção o fenômeno da reincidência. "As estatísticas não são dignas de credibilidade, mas o uso afirmar que a maioria deles retorna à prisão, não porque o queira, mas porque não encontra ocupação, já que todos lhes recusam a oportunidade de trabalho. E ele é preso, então, por vadiagem, porque não tem o que fazer, ou é obrigado novamente a delinquir, porque, não tendo tido a oportunidade de novo emprego, não tem com que subsistir." (Id., ib., págs. 3535-3536).

E denuncia: "a execução da pena se processa no Brasil dentro de um hiato de ilegalidade... o homem condenado à pena privativa de liberdade torna-se sujeito e objeto de todas as iniquidades. A tese que hoje corre mundo, de que o prisioneiro, o criminoso é muitas vezes irrecuperável, decorre muito mais dos males que lhe causamos do que propriamente da ausência do desejo de emenda".

"Poderíamos, a partir do Código de Execuções Penais, que uniformizaria os processos de execução penal, que estabeleceria métodos de tratamento penal, que fixaria o modo de execução do exame criminológico, que discriminaria todos os demais direitos de que o condenado não foi despojado pela sentença privativa da liberdade, dar um passo decisivo no sentido de humanizar a prisão, e de, em seguida, através do trabalho, processar a recuperação de quantos contingentes humanos fosse possível" (Id., ib., pág. 3536. Grifos nossos).

"... O trabalho hoje é tido como recursos insubstituível na execução da pena. O trabalho deverá ser agrícola ou industrial, conforme a procedência do condenado..." (Id., ib.).

"Também o Código de Execuções Penais começaria a fazer... o estabelecimento ou o início de uma pedagogia penitenciária... O cárcere em nosso País é a sementeira da reincidência e a escola de aperfeiçoamento do crime... o cárcere é a mais requintada e brutal forma de violência que o Brasil possui atualmente... Nenhuma prisão é aceitável hoje em dia se os homens que nela se encontram não têm trabalho suficiente para garantir a auto-sustentação da própria unidade — prisional..." (Id., ib.).

"As metrópoles brasileiras são 76, extremamente criminógenas... essas cidades metrópoles desenvolvem no cidadão um sentimento difuso de ansiedade... individualismo... concorrência muito aguda... trabalho quase sempre pouco gratificante... ausência de lazer. Há, ainda, uma sociedade frenética e uma sociedade permissiva, e todos esses elementos somados, já agora dentro da cidade, já não mais na cinta marginal, induzem ao crime, provocam a violência, estabelecem uma competição para a qual nenhum valor moral é válido" (Id., ib.).

Por outro lado, "...nas prisões brasileiras só existem pobres..." (Id., ib.).

Enfatizou a necessidade de especialização criminal dos juizes. Ademais, "...hoje pune-se o delinquente exclusivamente em função da gravidade do dano que causou, quando, na verdade, se terá que obedecer a uma interação, não com a gravidade do dano que causou, mas entre a natureza do delito que praticou e as condições psi-

cosmáticas do delinquente, facilmente apuráveis em exame criminológico... O que não é possível é condenar irremissivelmente a longas penas de prisão aqueles que não têm necessidade da prisão para a sua emendabilidade, ainda que grave o dano que tenham causado..." (Id., ib.).

"Todos sabemos que existem os criminosos ocasionais, os criminosos passionais, aqueles que, repentinamente, em função da honra e do amor, vêm explodir uma carga criminosa, que se esgota no ato mesmo do delito. Depois, presas do arrependimento, são sempre os melhores prisioneiros... e os que nunca ou raramente voltam a delinquir... O mesmo não acontece com o estuprador, o ladrão contumaz, aquele que realmente se viciou na prática do crime, ainda que a sociedade tenha grande soma de responsabilidade no caminho que lhe reservou, nas injustiças que lhe fez, porque ele é mais sabido e porque, por experiência própria, adquirida na convivência do cárcere, sabe melhor dosar a sua ação. Sendo os melhores especialistas em assuntos criminais que conheço, estes, sim, escapam da pena com muita facilidade, porque são mestres até nos interrogatórios feitos pelos juizes. As grandes penas então, ficam reservadas ao simples e aos simplórios, que, não sabendo defender-se e tendo matado algumas vezes ou tentado matar em função de razões morais plenamente aceitáveis, sequer, às vezes vêm reconhecido em seu favor o relevante valor moral que os induziu ao crime" (Id., ib., págs. 3536-3537).

Sobre o policiamento ostensivo, como meio de conter a audácia de assaltantes e criminosos, observou: "...a presença do policiamento ostensivo em duplas, nos quarteirões, pode evitar perfeitamente o distúrbio, e sem provocar ansiedades, nem distúrbios de tráfego, nem injustiças, nem pancadarias, assegurar a ordem pública" (Id., ib.).

Concluindo seu depoimento, assinalou o Ministro: "Nós temos uma experiência nova em matéria de metrópole; temos ainda muito o que fazer para que, à semelhança de Tóquio, Paris e Londres, possamos ter uma polícia inteiramente voltada para a prevenção e apenas excepcionalmente voltada para a repressão. Este é um trabalho para o qual nos devemos voltar: parlamentares, homens do Executivo, representantes da imprensa falada, escrita e televisionada, porque, ainda que tópica, ainda que mais mecânica do que propriamente voltada para a eliminação de causas econômicas e sociais, é a arma de que dispomos para conter e reduzir a níveis aceitáveis os índices de violência e de criminalidade que não só atentam contra a segurança da sociedade brasileira, mas contra uma coisa ainda mais importante: o tipo brasileiro, o homem cordial, que depois das páginas lapidares de Sérgio Buarque de Holanda, passou a ser o protótipo do homem brasileiro" (Id., ib., Grifos todos nossos).

Seguiu-se o diálogo com os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em sua intervenção o ilustre Senador Nelson Carneiro, após ressaltar que a população das favelas é constituída, em sua maioria, por gente honesta e ordeira, preconizou que se assegure a liberdade do preso pobre que não pode prestar fiança e que se institua Juizes de Instrução, "...onde os delitos sejam logo resolvidos e não se levem ao cárcere, durante meses ou durante dias, pessoas que poderiam no mesmo momento ser libertadas através do pagamento de uma fiança ou de uma responsabilidade assumida por alguém" (Id., págs. 3537—3538).

Respondeu o Ministro estarem sendo processados estudos para a criação dos Juizados de Instrução, pelo menos nas cidades maiores do País. Lembrou que na reformulação do Código Penal vigente a questão da inutilidade da prisão, em muitos casos, foi posta em termos adequados.

O ilustre Senador Paulo Brossard indagou em que medida as recomendações do Relatório Peyrefitte seriam aplicáveis ao nosso País, respondendo o Ministro que "o documento Peyrefitte é o mais importante dos documentos da criminologia moderna... mas servido por uma peculiaridade que não se observa no País... A respeito de criminalidade e violência urbana no País, só existem o relatório

da CPI da Câmara dos Deputados que estudou o problema do menor carente e delinqüente; o relatório dos juristas e o relatório dos sociólogos encomendado pelo ilustre e eminente homem público Ministro Petrônio Portella, e, agora, a CPI que hoje se inicia. *São poucos documentos para abranger um fenômeno de tal importância...* (Id., ib., pág. 3539).

Solicitando a palavra, indagamos do Senhor Ministro se a sua Pasta aprovou as conclusões a que se referem as Portarias 689 e 791, tendo Sua Excelência respondido que o Ministério não aprovou os relatórios por ter tido a preocupação de dá-los imediatamente à publicidade, submetendo seu conteúdo a amplo debate nacional, exemplificando que, entre as providências sugeridas, ele, Ministro da Justiça, acha a prisão cautelar matéria discutível, enquanto, por outro lado, o policiamento ostensivo, também objeto de sugestão, é medida de aplicabilidade imediata e de inegável efeito preventivo.

Quanto aos abusos que se cometem nos meios de comunicação, com notória incidência no aumento da violência e da permissividade, perguntamos a Sua Excelência que consequências já produziram as providências do Ministério no encontro mantido entre o Ministro e os proprietários de meios de comunicação e que providências estão sendo tomadas no prosseguimento da tarefa. Respondeu: "O resultado do primeiro encontro com os responsáveis pelas emissoras de rádio e TV não foi promissor; acho que, desacomodados com um tratamento desse tipo, reagiram mais com um silêncio do que com uma oposição às colocações feitas pelo Ministro da Justiça no sentido de reduzir as cenas de violência e de sexo nos horários anteriores às 21 horas. Que razões nos teriam levado a esse posicionamento?... a compreensão, em primeiro lugar, de que à televisão é a babá da criança brasileira, a partir do meio dia até o instante em que dorme... no momento em que falamos em violência, criminalidade, menor delinqüente, futuro do País, educação da juventude, ou temos a coragem de tomar as atitudes consequentes ou então não devemos falar nesses problemas... seria evidentemente necessário preservar a criança da influência e das cenas sobre sexo... *A televisão exerce um papel da maior importância na violência e na criminalidade, não porque as crie, mas porque provoca nos predispostos uma rápida evolução no sentido da prática da violência e da criminalidade...* Em renovados e contínuos contactos com os diretores de TV, sempre sobre o lema de que é preciso dialogar para não usarmos o corte, *estamos começando a encontrar compreensão.* Já há um interesse, principalmente da parte das televisões, no sentido de se comporem, de se achar um denominador comum, de se reduzir as cenas de sexo e violência. Queremos alcançar esse objetivo pela conversação, pela negociação de alto nível, no sentido da preservação dos valores fundamentais da nossa família" (Id., ib. Grifos nossos).

Questionamos Sua Excelência sobre o problema da *planificação familiar* e sobre a legislação sobre a *posse da terra*. Após lembrar que o Brasil tem de gerar um milhão e quinhentos mil novos empregos por ano, e que as camadas marginalizadas proliferam desordenadamente, e que se tem de partir de alguns pontos fundamentais, um dos quais é a questão da terra, ponderou o Ministro: "...o tipo de exploração da terra e a relação homem-terra acabaram por gerar esses desertados que hoje estão na cidade entregues ao crime, ao subemprego, à mendicância... *É impossível reduzir a níveis aceitáveis a violência e a criminalidade sem o ataque simultâneo a algumas, pelo menos, de suas causas, já que todas escapariam ao defeito natural das coisas humanas. Mas, o problema da terra deve ser encarado com urgência, para que através de tratamento adequado nessas relações se possa DETER A MIGRAÇÃO PARA OS CENTROS URBANOS*" (Id., ib., pág. 3540. Grifos nossos).

Fazendo uso da palavra, ato contínuo, perguntou o ilustre Senador Jutahy Magalhães — tendo em vista que os assaltos põem em risco o direito de ir e vir dos brasileiros — que outras medidas, além do policiamento os-

tensivo, estavam sendo tomadas pelo Governo para garantir o exercício desse elementar direito.

Respondeu o Ministro que há duas maneiras distintas de encarar o problema da criminalidade e da violência. Há uma *concepção algo sonhadora*: "...é a daqueles que imaginam uma completa reforma de estrutura no Brasil, feita a longo, longuíssimo prazo, como fator de eliminação de toda a criminalidade. E toda violência e toda criminalidade não seriam jamais extirpadas, porque o crime existe em toda parte, de formas diferentes mas sempre presentes como sub-produto do homem, e o homem tem uma predisposição idêntica para herói, santo e bandido... E há outra concepção, algo simples, mas prática e objetiva, que, no meu entender, se compõe de duas alternativas: primeiro, *a mobilização tão rápida quanto possível de todos os contingentes policiais disponíveis para o policiamento de ruas e praças, dos logradouros públicos...* Isto está já sendo feito gradativa mas implacavelmente nos grandes centros urbanos, com resultados já disponíveis... E outra, é simultaneamente uma *solução imediata prática para o problema prisional brasileiro*, pois não adianta o policiamento preventivo ou o policiamento repressivo, que vai redundar na prisão de alguns, se essa prisão prepara o homem para o delito ou o sofisticar para a prática do delito e, em seguida, o devolve às ruas para voltar à delinqüência, à violência, à criminalidade, ainda com maior poder de ferir a sociedade. No âmbito do Ministério da Justiça, estas duas providências estão sendo tomadas... (Id., ib. Grifos nossos)." Por outro lado, o estabelecimento do *conselho de política penitenciária... formularemos o código de execuções penais e tentaremos... a descentralização das prisões...* Essas duas são as únicas providências ao nosso alcance já que as demais são de estrutura e dependem da ação comum de todos os brasileiros (Id., ib. Grifos nossos.)

Segunda pergunta do ilustre Senador Jutahy Magalhães: "...a reforma do Código de Processo Penal seria necessária, premente mesmo, para criar melhores condições de combate à violência? O Código de Processo Penal — respondeu o Ministro — é o estatuto da Justiça criminal, é o mais importante dos diplomas em matéria de ciência penal".

Outra pergunta do ilustre Senador: "Com relação ao sistema "penitenciário, qual a opinião do Ministro sobre *estadualização da legislação penal*?" "Acho que a experiência federal tem sido mais propícia à aproximação da verdade criminal do que a fragmentação estadual", redarguiu o Ministro.

Ainda o ilustre Senador Jutahy Magalhães: "...V.Ex.^a seria favorável à criação de *tribunais especiais para menores*, propostos no relatório?" "...não só de tribunais especiais para menores, mas também *tribunais especiais para julgar delito de trânsito...*" (Id., ib. Grifos nossos).

Intervindo nos debates, perguntou o ilustre Senador Lázaro Barboza o que acharia o Ministro de se estabelecerem *colônias agrícolas para reeducandos*, especialmente para se tentar resolver em parte o problema da população carcerária de origem rural. Respondeu Sua Excelência que "o problema se desdobra em dois campos de atuação distinta... nos delinqüentes de origem urbana é quase impossível despertar o interesse pela agricultura... A colônia agrícola não é prisão fechada, é uma prisão praticamente aberta, e para ela só podem ser conduzidos os que estiverem em um estágio de cumprimento da pena em que os exames criminológicos tenham já assentado cientificamente a sua emendabilidade, e que também o seu bom comportamento induza à certeza de que não fugirão; esses não fogem." (Id., ib.).

O ilustre Senador Leite Chaves declarou que gostaria de saber as medidas tomadas para conter o Esquadrão da Morte e os chamados crimes do "Mão Branca" e se o Ministério da Justiça tinha condições de influenciar a outros setores do Governo não só no sentido da reforma agrária como da colonização de terras no oeste do País, como forma de deter as migrações, provocadoras do aumento da violência e da criminalidade. "A migração —

disse o Ministro — não pode ser contida... O que leva o homem a migrar é o desejo de melhorar a vida, e não há como obrigá-lo a ficar onde não quer; *o problema é de natureza sócio-econômica, e quero crer que não será resolvido a curto prazo...* O problema da criminalidade e da violência, se tem nesses meios, nesses conglomerados marginais aos grandes centros, a fonte de recrutamento de seus autores, tem também como causa predominante aquilo que poderíamos chamar a omissão policial... *é impossível estabelecer com rigor o verdadeiro índice de violência e criminalidade enquanto não esgotarmos as possibilidades de policiamento. É evidente que falta de policiamento gera a desenvoltura do meliante...*" (Id., ib. Grifos nossos). Quanto ao "Mão Branca", disse o Ministro saber tanto quanto qualquer leitor de jornal.

O ilustre Senador Pedro Simon perguntou, quanto ao Esquadrão da Morte e aos crimes do "Mão Branca", o que o Ministério poderia fazer para evitar essas coisas, respondendo o Ministro: "Acredito que esses problemas de Esquadrão da Morte ou Mão Branca sejam o subproduto de um subproduto criminal; é exatamente essa violência indiscriminada, são esses ambientes criminógenos, são essas reações violentas à violência que vão tomando formas inusitadas, vão tomando formas surpreendentes, mas no fundo são a manifestação da violência. *E, se porventura forem praticados por agentes da lei, que deveriam impor a lei pela justiça, e, não, pela violência, mais condenáveis são...*" (Id., ib. Grifos nossos).

Perguntou o ilustre Senador, quanto aos atentados de conotação política, qual a dificuldade que impede o Governo de trazer ao conhecimento público os responsáveis. Lembrou o Ministro que, quanto aos crimes comuns, são da alçada da Polícia e da Justiça dos Estados. "...pelo menos no que diz respeito ao Ministério da Justiça — acrescentou — *posso lhe fazer prova imediata de que, ciente do fato, baixo imediatamente a portaria à Polícia Federal para que diligencie no sentido de apurá-lo*" (Id., ib. Grifos nossos).

Informou o ilustre Senador Pedro Simon que "no Rio Grande do sul, o Juiz de Menores fez um levantamento e chegou à conclusão de que, em Porto Alegre, cerca de 70% dos roubos são praticados por menores de idade... o problema é fundamentalmente social..." "Sobre o *planejamento familiar*, observou o Senador: "...determinar uma paternidade responsável, ainda que se faça no sentido de não forçar, mas apenas orientar, apenas educar, para que a mulher aceite ou não, caso queira, mas de certa forma induzindo, no sentido de que marcharíamos para uma sociedade de que quem tem dinheiro possa ter filho e de que quem não tem dinheiro não possa, imaginando que com esse planejamento familiar vamos resolver o problema da sociedade brasileira, a nível de daqui a vinte anos, daqui a trinta anos, daqui a uma geração o pobre não tendo filho estará resolvido o problema social deste país, parece-me algo um pouco empírico, um pouco fora da realidade..." O Senhor Ministro: "...Planejar a família não quer dizer condenar a mulher pobre à esterilidade..."

Após estranhar a atuação da BENFAM e de outras entidades, especialmente estrangeiras, no campo do controle da natalidade, inclusive lembrando a denúncia da Associação Médica do Rio de Janeiro contra a BENFAM, preconizou o ilustre Senador: "...acho que no problema do planejamento familiar deveria haver, por parte do Governo, do Ministério da Justiça, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, órgãos que estabelecessem uma comissão de alto nível que traçasse uma política e que debatesse com a sociedade..." (Id., pág. 3544).

Esclareceu o Ministro: "O que eu disse foi que, crescendo a população brasileira no ritmo em que vem crescendo, acho eu, numa conclusão inteiramente pessoal, que inevitavelmente, no futuro, ter-se-á que caminhar para uma solução que seria o planejamento familiar..." Quanto ao problema do menor abandonado e da delinqüência de menores, acrescentou: "Tive oportunidade de

pinçar, nos estudos feitos a respeito, as causas que pelo menos encontram unanimidade. Primeiro, o abandono moral e material, condições precárias de saúde e comprometimento da estrutura emocional. Escolaridade nula ou incompleta. Permanência excessiva nas ruas, em ambientes nefastos e prejudiciais. Falta de qualificação profissional. Exercício de atividades marginais e anti-sociais." (Id., ib. Pág. 3544. Grifos nossos).

O Deputado Adroaldo Campos, usando da palavra, sugeriu a unificação do salário mínimo como forma de conter as migrações procedentes do Nordeste motivadas pela busca de melhores ganhos, respondendo o Ministro que a sugestão seria encaminhada ao órgão próprio do Governo.

O Deputado Antônio Zacharias, também presente à reunião, sugeriu a ampliação das áreas de lazer, especialmente com melhor utilização dos ginásios de esportes, e preconizou a transformação da prisão-albergue em prisão domiciliar. Sobre a influência da televisão, observou: "...a televisão poderia muito bem diariamente conversar com os delinquentes, dando-lhes incentivo para que eles percebessem que o crime não compensa. Após um filme daqueles que sabemos que não são recomendados, seria bem necessária uma crítica, mostrando a outra parte, no sentido de educar a juventude. Nós sabemos que os nossos sensores captam e depois levam para o subconsciente a imagem e a mensagem que lhe foram dirigidas, e nessa hora é preciso desfazer aquela mensagem de violência que a televisão realmente leva ao lar." (ib., grifos nossos).

Respondendo e concluindo, disse o Ministro: "Evidentemente que as medidas de contenção do êxodo rural, através da melhoria das condições nas zonas rurais do País, têm que ser complementadas com a humanização da vida na cidade... Nós poderíamos resumir essas quase quatro horas de debate, afirmando que todos esses problemas que estamos vivendo, de violência, de criminalidade, de infância abandonada, carente e delinquente, tudo isso decorre do processo de modernização e urbanização extremamente rápidas por que passou o nosso País nos últimos anos. São uma espécie de seqüela, uma espécie de consequência que a própria urbanização e a própria industrialização, se bem conduzidas, serão capazes de resolver" (Id., págs. 3445. Grifos todos nossos).

Quvido o Senhor Ministro da Justiça, realizou a Comissão uma reunião de avaliação, na qual se traçou o roteiro subsequente, seguindo-se os demais depoimentos.

CAPÍTULO II

Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social Jair Soares.

Inicialmente, observou Sua Excelência: "O comportamento violento parece ser, em vários aspectos, expressão de uma crise na política social e nos instrumentos de controle da sociedade contemporânea. Todo o esforço deve ser feito para evitar as condições sociais que conduzem à violência. A família, o sistema educacional, as organizações comunitárias, os meios de comunicação de massa deveriam participar mais eficazmente no trabalho de prevenção. Um dos grandes fatores responsáveis pela violência, segundo o jurista Heleno Fragoso, é a crise atual em que vive a família... entre outros fatores que concorrem para a violência, alinham-se as neuroses da vida moderna que dificultam a reflexão, o esquecimento, dentro do processo educativo de uma criança, dos elementos de convivência e fraternidade..." (Notas taquigráficas, págs. 1/3 — 1/4. Grifos nossos).

"Com referência à violência do menor, entendo que o problema não pode ser examinado isoladamente, mas, sim, num contexto global das causas que geram a violência, não só na nossa sociedade, mas, também, na sociedade dos demais países. Antes de mais nada é preciso se perquirir as determinantes que levam o menor à marginalização e ao delito, entre as quais podemos citar o crescimento demográfico descontrolado, as migrações inter-

nas, a desagregação da família, o choque entre as gerações, a ignorância, o analfabetismo e a miséria, além dos fatores de ordem biológica e individual... É preciso um esforço tenaz e persistente para eliminar ou reduzir as causas que levam o menor a delinquir. Sendo o problema do menor um problema eminentemente social e não um problema de Polícia, é fácil compreender que a busca de soluções para ele se há de fazer na organização da sociedade, que deve defender a família e procurar melhor distribuição de bens".

Assinalou algumas das medidas preconizadas pelo Governo Federal para enfrentar o problema: reformulação do Código de Menores; evitar a convivência do menor delinquente com o adulto delinquente nos estabelecimentos prisionais; maior controle do uso de tóxicos; criação e instalação de unidades de triagem devidamente aparelhadas para receber e manter a população de menores carentes; criação e instalação de unidades de tratamento do menor infrator em meio fechado com a devida segurança e em locais semi-abertos para menores infratores sem distúrbios de personalidade; facilitação de horários de trabalho que permitam às mães maior tempo a ser dedicado às famílias; criação das Comissões Mistas Municipais, com vistas à criação de unidades de assistência, educação e proteção do menor carente; ampliação da rede escolar, especialmente nos meios rurais; obrigatoriedade do exame de sanidade do agente criminoso menor; criação de casas de custódia e tratamento; reformulação dos sistemas penitenciário e prisional; prestação de assistência às famílias de menores carentes".

Resaltou o Ministro sua determinação à FUNABEM no sentido de que "... fossem desenvolvidos em seus estabelecimentos programas compatíveis com as mais autorizadas metodologias psicopedagógicas de reeducação, de forma que tais estabelecimentos se constituam em pólos de um Centro de Pesquisas e Informações sobre delitos, causas, elementos condicionantes e estimulantes da delinquência do menor".

Informou que "os programas de cooperação da FUNABEM com entidades particulares dedicadas a menores carentes, em âmbito nacional, deverão perseguir as seguintes metas: estímulo à participação da comunidade na solução local com recursos próprios, assistência através de supervisão técnica e apoio material às entidades particulares com capacidade de trabalho e liderança comunitárias e incremento à celebração de convênios em entidades governamentais e privadas para a reintegração ou a internação de menores quando necessário".

Disse o Ministro que hoje não há falta de recursos na FUNABEM para tratamento do menor abandonado, mas sim falta de infra-estrutura nos Estados para que se possa repassar tais recursos.

Denunciou que "a escola do menor abandonado e desprotegido é a rua, o assalto, a gang, o próprio adulto que o explora... antes de tentar impedir a violência que eles provocam, deveria a sociedade meditar sobre a violência que é cometida contra eles... esse menor quando chega à instituição traz uma carga de violência que dificilmente se consegue abrandar..." (Notas Taquigráficas, págs. 2/7 — 2/11. Grifos nossos).

Iniciada a fase de debates, indagamos do Sr. Ministro que investimentos tem o Ministério feito relacionados com o problema do menor e de que recursos dispõe para planejar e desenvolver uma ação efetiva para solução radical do problema do menor no Brasil, tendo respondido Sua Excelência que este ano (1980) deverão ser investidos 2% (dois por cento) de um orçamento de 540 bilhões de cruzeiros, ou seja, um aumento de 172,3% em comparação com os números do ano anterior. São cerca de 10 (dez) bilhões de cruzeiros, provenientes da arrecadação da entidade.

Perguntamos, a seguir, o nível de prioridade de que goza o problema do menor no âmbito do Ministério da Previdência e Assistência Social, respondendo Sua Excelência que o Ministério encara o Problema do Menor como um de seus maiores investimentos.

Após ressaltarmos que o elenco de atribuições do Ministério da Previdência e Assistência Social acaba fazendo com que o problema do menor fique relegado a um plano secundário, indagamos do Ministro se ele considerava a FUNABEM órgão adequado para tratar do problema do menor no Brasil, redarguindo o Ministro que ela teria condições de fazer um bom programa de assistência ao menor porque, a não ser em três Estados, ela atua só normativamente.

Sobre como tem reagido a comunidade ao apelo da FUNABEM e das FEBEM no sentido de uma maior participação na solução do problema do menor, informou o Ministro que em alguns Estados bem, em outros regularmente, e em outros pessimamente, exemplificando com São Paulo, onde até hoje não houve uma subordinação às normas da FUNABEM.

A nossa questão sobre onde achava devia ser reformulado o Código de Menores, exemplificou com o caso de aprisionamento do menor, em que seria melhor dar recurso à família para cuidar dele. Outras reformulações poderiam ser propostas por comissão específica.

Inquirimos sobre a extensão dos benefícios previdenciários a toda a área rural, como um dos meios de conter as migrações, tendo informado Sua Excelência que já submeteu ao Senhor Presidente da República anteprojeto de extensão de todos os benefícios previdenciários ao trabalhador rural, com recursos da própria Previdência Social, sem aumento da alíquota de contribuição ao FUNRURAL, adiantando, porém, que está em estudos um reajuste dos encargos sociais, sobretudo em vista de se dar uma aposentadoria condigna aos segurados.

Perquerido sobre o que se faz quanto ao problema da violência sobre a velhice no Brasil, respondeu que sobretudo através de aposentadoria digna e justa, estando em curso providências relacionadas com o reajuste das aposentadorias, para se resolver o problema da defasagem.

Sobre as filas na Previdência, fator predisponente à violência, e as perspectivas para sua definitiva eliminação, respondeu que, dependendo o problema, em grande parte, das chefias dos setores de atendimento e de informação adequada, o problema estava sendo equacionado pela base, com a ampliação do número de postos de atendimento.

A respeito da posição do Ministério da Previdência e Assistência Social na questão do Planejamento Familiar, esclareceu: "Quanto ao planejamento familiar, que eu chamaria de Orientação Familiar, dentro da diretriz do Presidente João Figueiredo, que entende que a paternidade responsável deve ser obedecida, onde o casal vai escolher quantos filhos deve ter, nós estamos aguardando a norma, a política que o Ministério da Saúde deverá executar... Nós precisamos de uma política de orientação familiar corajosa, onde o homem e a mulher, o casal, enfim, tenham a orientação adequada para poderem escolher a quantidade de filhos que querem e saberem, inclusive, de forma esclarecedora, que o País vai se defrontar com esse grande problema e que hoje é ainda o momento oportuno para traçarmos as coordenadas desse programa..."

Com a palavra, o Senador Aderbal Jurema perguntou se a FUNABEM tem incentivado as Escolas Técnicas, quer Urbanas quer Rurais, para que o menor, ao invés de ficar bloqueado dentro de uma escola de "nada fazer", esteja numa escola de trabalho, respondeu o Ministro que a FUNABEM tem estimulado as existentes.

Afirmando que "... a maioria de nossos menores se tornam delinquentes porque não sabem fazer coisa alguma" e que "a escola primária brasileira ainda é uma escola de lazer, porque não tem oficina de trabalho, na sua maioria", indagou o ilustre Senador se a FUNABEM tem a relação das Escolas Técnicas existentes, acentuando que "... ou a FUNABEM se preocupa com esse problema da educação do menor abandonado ou ela apenas estará fornecendo recursos para que as FEBEMs estaduais mantenham depósitos de menores". Esclareceu o Ministro que "... dos 28 milhões de menores no País...

temos 630 mil em todo o País em regime preventivo e 40 mil internos... A tônica é o regime preventivo..."

Sobre se há convênio com o SENAI e com o SENAC respondeu o Ministro que sim.

Insistiu o ilustre Senador: "... seria um plano admirável se a FUNABEM incentivasse a multiplicação das escolas técnicas nesse País..." Sobre as diretrizes relacionadas com o problema do menor informou o Ministro estarem sendo procuradas pessoas para se fazer o seguinte: "Estimular o atendimento aberto ao menor em situação irregular... estimular a criação de uma prontidão para o trabalho... facilitar condições para reformulação de convênios com particulares... implantação de escritórios de representação onde ainda não existam... fortalecimento da estrutura estadual... extinção das superintendências... fortalecimento das representações estaduais da FUNABEM..." (Notas Taquigráficas, págs. 7.2.8/3).

Terminou o ilustre Senador Aderbal Jurema sua intervenção, fazendo apelo no sentido de que a FUNABEM estabeleça um programa de incentivo à criação de escolas técnicas.

Intervindo nos debates, afirmou o ilustre Senador Nelson Carneiro: "... eu acho que o planejamento familiar é uma iniciativa tão importante para o Brasil, que deve ser iniciada e concretizada de tal forma dentro de um governo que o futuro governo disso não se desinteresse..." (Notas Taquigráficas, pág. 8/6).

Respondeu o Ministro: "... este ano nós deveremos ter o Programa de Orientação Familiar, aprovado pelo CDS, depois de examinado pelo Ministério da Previdência Social, e depois encaminhado ao Ministério da Saúde..." E concluiu: "... pode crer V. Ex.ª a que terá lá (no Governo) um defensor desta Casa, deste Congresso na minha pessoa, para apressar o programa que realmente vai permitir que se aja dentro inclusive dos princípios cristãos..." (Notas, págs. 9/2-9/3).

A propósito do problema do menor, e sobre a melhor maneira de tentar recuperá-lo, disse a Senadora Eunice Michiles: "Parece-me que o mais provável, o mais fácil, o que mais se assemelharia a seu próprio lar, seria um lar substituto. Então, parece que já houve uma experiência neste sentido e eu gostaria de saber os resultados..." Sustentou a ilustre Senadora que se pudesse recorrer à família de trabalhadores, que fosse bem constituída, bem estruturada, que pudesse admitir mais uma ou mais de duas crianças, seria talvez uma solução melhor. "... a criança, em vez de estar num internato, estaria numa casa de família, a cargo de uma família... Se existe recursos sobrando, se os estados não têm uma estrutura, por que não se tenta um programa dessa ordem? Não seria possível? Não seria exequível?"

Reconhecendo que os *internatos aumentam a violência do menor*, informou o Ministro: "É pensamento da FUNABEM fazer esse programa. No Rio Grande do Sul, esse programa continua, com as famílias recebendo auxílio, inclusive, através de repasses da FUNABEM... O programa precisa ser feito, mas temos que criar as condições e isso está sendo feito. O simples fato desse incentivo de uma família que ganha um salário-mínimo ir cuidar de uma criança e receber o repasse de 12 mil cruzeiros já é uma forma de ajuda."

Ressaltando que a *criança começa a se marginalizar devido à ociosidade* e que vê com muita simpatia o *programa de creches*, expressou a ilustre Senadora a sua convicção de que o melhor programa que está sendo feito no País é o PROGENTE, que atua em forma de prevenção, e se faz às tardes, esclarecendo o Ministro que é um programa do Governo do Estado, para o qual a FUNABEM repassa recursos que são aplicados sob sua supervisão, ao que acrescentou a ilustre Senadora: "... nós devíamos incentivar esse tipo de programa, de qualquer gênero, através de qualquer Ministério, de qualquer forma, para que a criança tivesse o seu tempo todo ocupado e não tivesse tempo, exatamente nessa faixa etária, de se marginalizar, nas más companhias, ficar o tempo todo nas ruas, aí começando um processo que termina realmente na sua marginalização..." (Notas, págs. 10/4—10/6).

Ao final, a ilustre Senadora associou-se aos Senadores que a precederam no sentido de pedir um interesse maior para a implantação de um programa de planejamento familiar no País.

O ilustre Senador Orestes Quêrcia, Presidente da Comissão, perguntou quais os motivos pelos quais a FEBEM de São Paulo não mantém convênio com a FUNABEM, respondendo o Ministro achar que uma das razões é não precisarem eles de recursos.

Pondo em dúvida que a razão seja essa, o ilustre Senador Orestes Quêrcia questionou: "Quem sabe uma intervenção de Vossa Excelência junto ao Governo de São Paulo, faça com que o Governo de São Paulo aceite os recursos da FUNABEM; porque a alegação do Governo de São Paulo, dadas as dificuldades de tratar os menores, é, exatamente, a falta de recursos".

Após o que, completou o Ministro: "... nós em São Paulo estamos modificando. Vai haver um novo coordenador e vamos ver até que ponto ele pode reiniciar as negociações para que se restabeleça o convênio que terá que ficar dentro das normas da FUNABEM. Acho que aí é que está todo o ponto nevrálgico da questão" (Notas, págs. 11.2-11.3).

Com a palavra, após observar que sempre que falamos em ação da FUNABEM e de outros órgãos estaduais em relação ao menor, referimo-nos à ação nas zonas urbanas, perguntou o ilustre Senador Jutahy Magalhães: "Existe alguma política da FUNABEM em interiorizar essa ação preventiva, essa ação... de assistência ao menor nas zonas rurais?"

"Existir, existe, — respondeu o Ministro — o que falta são as entidades para que se possa fazer um repasse do recurso a nível rural". Acrescentou que "uma das grandes linhas de atuação da FUNABEM é de que nós temos que prevenir a ida dessas crianças para a própria FUNABEM..."

Afirmou o ilustre Senador que, tendo a FUNABEM recursos para repassar aos Estados, tais recursos poderiam ser repassados para organismos que tratam de orfanatos, ressaltando o Ministro que tais entidades têm que preencher alguns requisitos, dentro das normas da FUNABEM.

Perguntamos, a seguir, se a FUNABEM acompanha de alguma maneira, uma vez que não é tarefa de sua alçada específica, o problema do trabalho do menor ou se isso fica só restrito ao Ministério do Trabalho, respondendo o Ministro que oficialmente não acompanha, mas há uma preocupação no sentido de conseguir emprego para o menor, havendo estudos sobre isso.

Por último usou da palavra o ilustre Deputado Dario Tavarés, destacando, dentre os fatores que dão origem ao menor carente, a explosão demográfica, as migrações internas e a desagregação familiar, ressaltando que, no que se refere ao planejamento familiar, a própria Igreja, que admite o planejamento, havendo motivos justos, através do método das abstenções, poderia colaborar. No programa de instalação das grandes destilarias se poderia direcionar as migrações internas para essas áreas, enquanto que uma mulher distribuição de renda e uma contenção dos excessos dos meios de comunicação poderia contribuir para maior preservação da família.

Lembrou, ainda, o ilustre Deputado que os meios de comunicação afetam a população na rua, nos clubes, por todo lado (Notas Taquigráficas, págs. 12.2—, 2.4)

CAPÍTULO III

José Bonifácio de Oliveira Sobrinho

Na 5ª Reunião da CPI, realizada a 24 de abril de 1980, foram ouvidos três representantes de televisões, o primeiro dos quais foi o Senhor José Bonifácio, Superintendente da Produção e Programação da Rede Globo, que defendeu a tese de que "não há nenhum relatório sobre a correlação entre a violência e a televisão". (DCN-II, 17-9-80, pág. 4.668), alinhando, dentre outros argumentos, pesquisa da Universidade de Harvard, segundo a qual, "... 70% dos delinquentes juvenis vêm de lares em que não existem rádio ou TV, 60% de lares em que os pais bebem excessivamente, 60% de lares onde

não há entendimento familiar, 60% queixam-se da indiferença das mães, 60% queixam-se de indiferença paterna e 60% vêm de lares onde os pais os deixam soltos para fazer o que lhes der na cabeça... Cidades como Nova Iorque e Chicago apresentaram os mais elevados índices de violência de sua história nos anos 20 e 30. Entretanto, a televisão só chegou regularmente àquelas cidades em 1946, muito depois dos gangsters" (Id., ib.).

CAPÍTULO IV

José de Almeida Castro

O Sr. José de Almeida Castro, Diretor dos Diários Associados da Bahia, sustentou a tese de que "... os meios de comunicação, servindo à sociedade, refletem a sociedade a que servem". (DCN-II 17-9-80, pág. 4.669). Afirmou estar de pleno acordo em que "... a televisão desperte os valores fundamentais do homem dos quais ele não quer abrir mão..." Considerou "falsa, envelhecida e sem sentido a censura por faixa etária", mas declarou "ser plenamente de acordo que é dever do veículo de comunicação prevenir o seu espectador de que o que vai ser apresentado a seguir, ainda que seja um reflexo da sociedade em que vive o cidadão, é direito dele deixar de ver porque contém dose excessiva de violência ou algo semelhante" (Id., ib.).

CAPÍTULO V

Paulo Mário Mansur

O Sr. Paulo Mário Mansur, Diretor responsável de jornalismo na Rede Bandeirantes de São Paulo, reportando-se à recomendação do Sr. Ministro da Justiça no sentido de que as emissoras de televisão, sob pena de endurecimento censório, moderassem a exibição de filmes e novelas de contexto e cenas de violência e erotismo, afirmou: "A recomendação, no que se refere à televisão, abstraindo a ameaça censória, é válida, desde que objetiva defender os fundamentos da formação moral do povo brasileiro".

Sustentou que "a alegação de que as películas ou novelas que contêm contexto e cenas de violência estimulam a incidência da criminalidade não tem qualquer sentido, uma vez que provado está através de pesquisas científicas realizadas por laboratórios de universidades dos maiores centros culturais do mundo (EUA, Inglaterra, França), que a violência exposta na televisão e nos cinemas nada tem a ver com a violência que ocorre no meio da sociedade" (DCN-II 17-9-80, pág. 4.670).

Manifestou a convicção de que "a disparidade social em que vive o nosso País deve ser — tenho a impressão e a quase certeza — o maior mal, provocador da violência em todos esses médios e grandes centros urbanos" (Id., ib.).

Iniciando a fase de debates, afirmamos estar com Paulo Mansur no sentido de que o problema do menor, o problema das desigualdades sociais, o problema das disparidades de renda, o problema das disparidades regionais, o problema das migrações, o problema das relações de trabalho são questões que, de certa maneira, influem no problema da violência.

Concordando, em parte, com o Sr. Almeida Castro, ressaltamos, porém, que "se é verdade que cada País tem a televisão que merece, é natural que quanto mais inculta, quanto mais pobre, a televisão, que é um instrumento importante na formação da mentalidade de um povo, deve ser acionada no sentido de se eliminar essa vulnerabilidade, e não se conformar com ela ou permitir que ela prossiga desafiando e retardando o desenvolvimento da própria nação".

Colocamos, a seguir, a seguinte pergunta dirigida aos três expositores: "... é possível estabelecer entre as televisões um conselho de auto-regulamentação publicitária... um código de ética entre as televisões para efeito de reduzir o volume de informações capazes de induzir à prática do crime e da violência ou à eleição de um delinquente à categoria de mito e herói?" (DCN-II, 17-9-80, pág. 4.671).

Respondeu o Sr. José de Almeida Castro que "não só é possível haver um código de ética, mais do que possível é uma necessidade que se cumpra o código de ética que existe" (ib., pág. 4.672).

O Sr. José Bonifácio de Oliveira Sobrinho reforçou a opinião sobre a importância do código de ética que deve existir, e descartou a possibilidade de que a televisão transforme bandidos em heróis.

O Sr. Antônio Abelin, Superintendente da ABERT, afirmou: "Sob vários aspectos, a ABERT tem aplicado o código e solicitado sua própria aplicação. A ABERT subscreveu... esse Código Nacional de Auto-regulamentação Publicitária, que criou a CONARP", informando, ainda, que a ABERT tem um representante nessa Comissão. O CONARP é uma Comissão com representantes de diversas instituições, diversas porque várias entidades subscreveram nos jornais, rádios, televisões, associações de propaganda, associações de anunciantes. "A comissão tem poderes de deliberação porquanto as entidades, inclusive os anunciantes, através da ABA, subscreveram o código. Consequentemente os anunciantes estão obrigados a cumpri-lo..." (ib., pág. 4672).

Retomando a palavra, assinalamos: "De certa forma ficou entendido pela palavras dos três representantes das televisões, e concordamos, que a violência não nasceu com a televisão, ela precede a televisão. Mas de certa forma também não tem razão o Sr. Almeida Castro quando diz que a televisão não forma e não plasma uma sociedade: "A televisão é uma espécie de diversão compulsória dentro do lar de cada um". E perguntamos: "É possível estabelecer meio de seleção de horários especiais para a transmissão de filmes que contenham manifestações de violências e desregramento sexual?"

Respondendo, disse o Sr. José Bonifácio: "Acho que pelo menos para duas faixas etárias é bastante razoável que haja um horário até vinte horas, por exemplo, em que a televisão seja absolutamente isenta de violência... A moral poderia ser incluída no processo... Pelo sim pelo não, como os dados são muito poucos, como tudo está muito escuro, pessoalmente sou favorável à total eliminação da violência nos horários infantis, definindo essa violência como aquela que desbina ou estimula a criança para praticá-la".

Opinou o Sr. José de Almeida Castro: "Acho que a prática adotada pela televisão brasileira, por determinação legal, de prevenir que tal programa é proibido para menores de tal idade é negativa, porque somos obrigados a exibir o certificado de censura que já por um princípio normal leva a crer que algo proibido vem aí, e o proibido sempre foi fascinante... Para mim a faixa etária é totalmente falsa... Acho que o problema é de criação de uma mentalidade responsável..."

Ajuntou o Sr. Paulo Manoel: "Acho perfeito que o simples colocar do "proibido" já é um alerta para a curiosidade. Essa responsabilidade de colocar o censurado sem uma tarja de censura realmente poderia beneficiar o telespectador com seu filho".

Perguntamos se é possível ter uma fórmula para seleção de horário, sem prejuízo do interesse comercial das empresas.

Respondendo o Sr. José Bonifácio que isso já existe hoje, acrescentando o Sr. Almeida Castro que, "... ao invés de criar um benefício, a forma ostensiva de dizer que tal programação foi censurada pode até trazer malefícios na própria indústria, no próprio seio da televisão..."

Indagamos, a seguir, de que forma seria possível a substituição gradativa de filmes estrangeiros que versam temas indutores da violência e da criminalidade, além do sexo, por filmes nacionais.

Informou o Sr. José Bonifácio que a Rede Globo exibe hoje noventa e dois por cento de programação brasileira, enquanto o Sr. José de Almeida Castro, argumentando com as dificuldades econômicas, alegou que se exige uma mensagem cultural brasileira mas se tiram os meios de produzi-la.

Iniciando sua participação nos debates, indagou o ilustre Senador Jutahy Magalhães de que forma o meio de comunicação pode ajudar a combater a violência que está a nosso lado.

O Sr. José Bonifácio respondeu expressando o ponto de vista de que a televisão pode ajudar muito na atenuação da violência. O Sr. Paulo Manoel declarou que a

televisão pode colaborar na formação da consciência comunitária sobre a responsabilidade de cada um por uma sociedade mais sadia e menos violenta. O Sr. Paulo Mansur entendeu que a televisão deve receber subsídios sobre de que formas pode ajudar nisso.

Asseverou o ilustre Senador que nos nossos noticiários sabemos mais as coisas ruins que acontecem no mundo inteiro, podendo os meios de comunicação operar melhor seleção.

Redarguiu o Sr. José Bonifácio que "a notícia é aquilo que acontece de excepcional..." (ib., pág. 4675)... "O que chama a atenção, o que é ponto de enfoque, é o que está anormal. E é isso que a televisão cobre, que os jornais cobrem, que os políticos cobrem..." (ib., pág. 4676).

Concluindo, insistiu o ilustre Senador: "... nós aqui na CPI devemos estar mais em busca de solução para os males que nos afligem, não de expormos os males que nos assediam dia a dia" (ib.).

Intervindo nos debates, a ilustre Senadora Eunice Míchiles manifestou sua convicção de que o menor, o adolescente, e até mesmo o adulto, ingerindo diariamente doses de violência, fica predisposto, ao menos inconscientemente, para a violência, tendo os representantes das televisões reafirmado sua tese de não-comprovação da responsabilidade da televisão no surto mundial de violência.

O Deputado Paulo Lustosa, concordando com a tese da não-comprovação da influência da televisão no aumento da violência, ponderou: "a própria sociedade, na proporção em que não se rearruma, não define valores éticos e morais mais adequados, creio que a televisão não tem mecanismos objetivos para dar nenhuma contribuição".

O Sr. José Bonifácio declarou que a única contribuição que a televisão pode dar... é no campo educacional, exemplificando com o Telecurso de 2º Grau.

O Deputado Walter Silva, embora concordando com a teoria de que a Televisão não estimula a violência, observou: "... Há muito espaço para novelas e algumas novelas desagregam a família e a desagregação da família foi apontada como uma das causas dessa violência e dessa criminalidade. Acho que a Novela pode ser melhor utilizada no sentido de edificar a família..." (ib., pág. 4678).

Perguntou se a educação não poderia ser mais amplamente divulgada em todos os setores da vida, na sociedade.

O Sr. José Bonifácio, proclamando-se defensor das novelas, disse que "a novela foi o único caminho que a televisão brasileira conseguiu para tornar seus custos viáveis e banir a produção internacional do vídeo" (ib., pág. 4679).

Encerrando a Reunião, disse o ilustre Presidente da CPI, Senador Orestes Quêrcia: "... é ponto pacífico até entre os depoentes que aqui estiveram, o Ministro da Justiça, o Ministro da Previdência Social, que a grande causa da violência é o problema social do povo, problema salarial, desemprego, etc. Se a televisão realmente é causa, em determinada percentagem de violência, o mais importante é que os próprios representantes das emissoras de televisão estão dispostos e predispostos a colaborar no sentido de que essas causas se reduzam ao mínimo" (ib., pág. 4.680. Grifos nossos).

CAPÍTULO VI

Ministro de Estado do Trabalho Murilo Macedo

Iniciando os trabalhos da Reunião de 6 de maio de 1980, 6. a da CPI, lembrou o Presidente, ilustre Senador Orestes Quêrcia: "Existe um consenso daqueles que aqui estiveram, no sentido de que uma das causas fundamentais, talvez a mais importante desse problema do recrudescimento da violência nos últimos tempos, é exatamente o problema social da migração interna; do desemprego..." (DCN-II 14-8-80, pág. 3655).

De começo, chamando a atenção para o fato da insegurança em que hoje vive a população brasileira, deu ciência de que, segundo estudos procedidos em São Paulo, 25% da população consideram a violência urbana como o problema social mais agudo do momento. "Em certas áreas periféricas do Rio de Janeiro, a proporção

de indivíduos inseguros chega a quase 70%" (ib., pág. 3656).

"De 1975 para cá — prosseguiu — os atos delituosos reportados à Polícia do Rio de Janeiro passaram de cerca de 30.000 para mais de 80.000 por ano! Na Região Metropolitana de São Paulo registraram-se 340.000 crimes em 1978, havendo estimativas para este ano de 1980 que chegam a 415.000 delitos, incluindo-se aqui homicídios, furtos, roubos, uso de entorpecentes, estupros e atentados violentos ao pudor... Segurança é uma dimensão importante da qualidade de vida urbana no mundo contemporâneo. Ao se levar em conta a expansão acelerada da violência urbana no Brasil, e o sentimento generalizado de insegurança que vai se espalhando nas populações de nossas cidades, é forçoso concluir-se por um sério e crescente comprometimento da qualidade de vida urbana no Brasil... Além das vidas que ela coíbe e das propriedades que destrói, a violência intranquiliza o homem no seu trabalho, desorganiza socialmente os grupos de vizinhança, deteriora as comunidades, desvaloriza os imóveis, demanda mais recursos para sua prevenção e controle, onera os cofres públicos nos setores de Justiça e Segurança, enfim, a violência é causa de diversos desarranjos pessoais, sociais e econômicos que pesam muito para a sociedade" (ib.).

Reportando-se aos trabalhos sobre crime e violência urbana, sublinhou o Ministro que, quanto às causas, "... os mesmos trabalhos são unânimes num ponto: A violência não tem causa única, os fatores causadores da violência são inúmeros e atuam de modo conjugado. Tomados isoladamente, nenhum deles apresenta relação forte e positiva com a violência. Tomados em conjunto, a associação se apresenta forte e positiva com a violência... Assim é o desemprego, por exemplo. Analisado isoladamente, apresenta uma relação obscura e errática com a violência. Não se dispõe de evidências empíricas capazes de apoiar a noção de que o desemprego em si seja a causa da violência. E verdade que há desempregados que entram no mundo do crime, mas há muitos mais desempregados que não o fazem, e que tentam resolver seus problemas mudando temporariamente de profissão, procurando o mercado informal, e encontrando outras formas de acomodação no mercado de trabalho... Outra noção generalizada é a de que o baixo salário é causa de violência. Aqui, também, inexistem evidências que apoiem a idéia de que o baixo salário leva o trabalhador a cometer crimes... em comunidades de trabalhadores pobres, de renda homogeneamente baixa, há pouca violência..."

"Esses são resultados de pesquisas realizadas nas condições mais diversas de desenvolvimento econômico e social. Eles mostram que nenhuma variável, em si, é suficiente para a explosão da violência, embora muitas delas sejam necessárias e, quando combinadas, induzem à violência... Ela se expande quando um conjunto de fatores se instala e predomina numa sociedade..."

"A violência cresce quando ocorrem as seguintes variáveis simultaneamente: 1) quando a sociedade cresce de modo acelerado; 2) quando a urbanização e a densidade urbana aumentam rapidamente; 3) quando são colocados no mesmo cenário, e em contraste intenso, grupos com grande disparidade social; 4) quando as necessidades crescem mais depressa que os meios, ficando incertas as normas de conduta na mesma sociedade; 5) quando o desemprego, o subemprego e a inflação acentuam as incertezas..." (ib.).

Analisando a dinâmica da violência no Brasil, observou o Ministro: "... O ideal para o entendimento do fenômeno seria mentalizar o efeito conjunto do crescimento acelerado, da intensificação das desigualdades, da aglomeração urbana, da disfuncionalidade de certas normas sociais, da inflação, do desemprego e do subemprego. A ocorrência de tudo isso junto cria condições de incertezas para certos grupos sociais, passam a ser um convite ao crime e à violência. A ocorrência dessa síndrome torna o crime mais provável e, na ausência de controles sociais mais eficientes, ele realmente emerge..." (ib.).

"Nenhum dos fatores, isoladamente, pode explicar a expansão da violência, todos eles juntos explicam, e explicam muito bem" (ib., pág. 3657).

E voltou a enfatizar: "Em suma, acredito que o modo mais adequado de se analisar a violência é esse. Essa é a abordagem multidimensional, e não a parcial... Não dispomos de teorias nem de evidências empíricas que justifiquem relacionar de modo isolado desemprego com crime, ou inflação com violência" (Ib.).

Enfocando o quadro geral do emprego no Brasil, disse o Ministro: "A nossa população tem sido atingida por um crescimento bastante rápido... nos últimos quarenta anos, ela praticamente triplicou. Éramos cerca de 41 milhões, em 1940 e hoje nos aproximamos dos 120 milhões. Durante quase todo aquele período, nossa população cresceu a taxas superiores a 3% ao ano, o que nos coloca dentro do grupo de nações de crescimento demográfico acelerado... Um crescimento dessa ordem representa forte pressão de emprego..."

"A pressão por emprego no Brasil é agravada por inúmeros fatores. Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que o brasileiro entra no mercado de trabalho muito precocemente, como consequência da impotência da família e da escola para manter a criança nos bancos escolares até completar sua escolarização... Cerca de 70% dos chefes de família de hoje começaram a trabalhar com 24 anos de idade ou menos. O Brasil precisaria criar muito menos empregos anualmente se uns dois milhões de crianças em idade escolar permanecessem na escola por pelo menos 4 ou 5 anos a mais do que o fazem..." (Ib. Grifos nossos).

"Em segundo lugar, destaca-se que a pressão por empregos urbanos vem aumentando intensamente nas últimas décadas: em 1940, apenas 30% da população estava a pressionar por trabalho em nossas cidades; hoje, são quase 70% os brasileiros que vivem em nossas cidades e ali buscam trabalho. Isto resulta do fato de que a população economicamente ativa (10 anos e mais) que se localiza nas zonas urbanas, vem crescendo a taxas de mais de 5% ao ano, enquanto a rural não ultrapassa a 1%, tudo isso decorrente dos fortes fluxos migratórios. O revigoramento e a modernização da nossa agricultura e agroindústria poderá contribuir muito para a expansão do emprego no setor primário, assim como no setor de comércio e serviços ligados àquelas atividades e, conseqüentemente, atenuar os fluxos migratórios para os centros urbanos já demasiadamente congestionados..."

"Em terceiro lugar, devemos destacar que o crescimento da população tem apresentado uma grande heterogeneidade no que tange a sua composição regional... Ainda que se dê um grande crédito à teoria que vê a migração como mecanismo regulador das disparidades do mercado de trabalho, ainda assim, não podemos esquecer que os fatores de atração e repulsão de população extravasam as forças de mercado: o clima, a infra-estrutura educacional, as facilidades hospitalares, as oportunidades previdenciárias, a localização da parentela, e vários outros fatores sociais, induzem os movimentos populacionais, e produzem pressões diferenciadas por emprego... Na realidade, migração, subemprego e desemprego coexistem em várias regiões de nosso País e demandam uma concepção mais abrangente para o seu entendimento... Precisamos promover o desenvolvimento em todas as regiões do País, aproveitando a sua vocação de recursos naturais, as suas vantagens comparativas atuais e potenciais, a sua localização em termos de mercado e, acima de tudo, as necessidades básicas da população em termos de saúde, educação, previdência, etc. Assim fazendo, estaremos atacando a causa da migração e não suas conseqüências..." (Ib. Grifos nossos).

"Finalmente, cabe mencionar a clássica *reacomodação da população economicamente ativa nos diversos setores da economia*. O que se destaca no Brasil, como em vários outros países de desenvolvimento tardio, é a acelerada passagem de grandes contingentes de trabalhadores do setor primário diretamente para o terciário (comércio e serviços) quando a teoria clássica nos ensina que o desenvolvimento ocorre com uma passagem seqüenciada

da mão-de-obra das atividades agrícolas para as industriais e, em seguida, para as de comércio e serviços... a expansão do emprego industrial tem sido relativamente modesta quando comparada com a do comércio e serviços, especialmente os serviços de baixa qualificação, o que contribuiu muito para gerar um quadro de desemprego urbano... *A rápida terciarização de nosso mercado de trabalho reflete que a nossa sociedade vem sendo conduzida por trajetórias diferentes, e não necessariamente doentes...* Se somarmos tudo isso, verificaremos que, no conjunto, os setores secundários moderno e o terciário responderam de modo muito positivo à necessidade de emprego... Mesmo quando se leva em conta a acelerada terciarização e, especialmente, a geração exagerada de empregos urbanos de baixa qualificação, ainda assim a sociedade brasileira tem proporcionado muita mobilidade social para os migrantes originários da zona rural, e de uma condição de trabalho ainda mais precária do que a que encontram nos grandes centros urbanos... *Apesar de nossa explosão demográfica, estamos longe de representar um bolsão de desempregados no panorama mundial...*" (Ib., pág. 3657-3658. Grifos nossos).

Falando sobre o quadro geral do trabalho no Brasil, acentuou o Ministro: "Para o Brasil como um todo, a taxa de crescimento anual da População na década de 1960-1970 foi de 2,8%... Usando-se uma taxa de crescimento populacional de 2,7% — que deve ser a taxa mais realista para este final de década e início da próxima — estima-se a sociedade brasileira demandará anualmente cerca de 1,3 milhões de novos empregos nos próximos cinco anos... e nos últimos 40 anos "acomodamos", de forma precária, o emprego à população, daqui para a frente precisamos criar condições mais sólidas para permitir o emprego e promoção do nosso trabalhador, a fim de tirá-lo do desemprego e do subemprego".

"A indesejável transferência da pobreza rural para a pobreza urbana depende da geração de empregos e melhoria das condições de trabalho nos dois segmentos" (Ib., pág. 3.658).

"Outra tendência recente, e bastante marcante, diz respeito à crescente participação da mulher no mercado de trabalho. Hoje, cerca de 1/4 da população economicamente ativa ocupada é constituída por mulheres, e tudo indica que isso se acentuará ainda mais nas próximas décadas... O trabalho das mulheres é cercado de forte subemprego. Dado o volume crescente do contingente feminino, e a precariedade de suas condições de trabalho, não há dúvida que a mulher brasileira está a merecer uma atenção especial..."

"A situação do menor no mercado de trabalho brasileiro — já analisada aqui pelo Ministro Jair Soares — é igualmente preocupante... Perdura ainda um número excessivamente grande de criança participando do mercado de trabalho, quando, na realidade, deveriam estar na escola: cerca de 20% das crianças brasileiras (de 10 a 14 anos) trabalham ativamente com pesadas responsabilidades perante suas famílias: a maioria, normalmente, trabalha sem contratos ou carteiras profissional, ganha muito menos do que o salário mínimo, e interrompe precocemente a sua escolarização. Mas, é claro, o menor simplesmente reflete os problemas do maior..."

"A capacidade de expandir o emprego, a atender às pressões demográficas e sociais depende basicamente do aumento da capacidade produtiva global da sociedade brasileira... Quanto maior o volume de investimentos e maior a massa de lucros resultantes, maior será a capacidade de se expandir os empregos e melhorar os salários. Para que possamos assegurar a incorporação de pelo menos 1,3 milhões de brasileiros que anualmente aumentam a força de trabalho, estimamos que o Brasil precisa crescer o seu produto a uma taxa anual de 6,5% durante os próximos 5 anos: isso obviamente depende de um grande esforço de investimento da nossa Nação e de uma inteligente combinação com as restrições das metas antiinflacionárias... Certos tipos de investimentos geram mais empregos do que outros. A estratégia-mestre da Nação, portanto, é combinar os investimentos que atendam às

necessidades nacionais com investimentos que gerem empregos no mundo rural e no urbano, para homens e mulheres..."

"...Preocupa também a relativa estagnação do emprego formal e a forte expansão do emprego informal do Distrito Federal, em Minas Gerais e no Espírito Santo... Já nos primeiros meses de 1980, surgiram sinais de recuperação do emprego no setor da construção civil, particularmente, no Rio de Janeiro e São Paulo... A ênfase recente na área de transportes voltados para economizar energia vem reativando as indústrias ligadas a trens, locomotivas, ônibus, bancos, sistemas de controle, etc..."

Se as medidas tendentes a ampliar as oportunidades de emprego não reduzirão a criminalidade urbana, "...certamente, e de modo indireto, contribuirão para tal", ponderou o Ministro.

Concluindo, expressou o Ministro sua convicção de que "o emprego é, em última análise, o principal mecanismo de valorização do homem", reconhecendo que "sofremos cronicamente da doença do subemprego", e reafirmando que "...os problemas de emprego são apenas uma peça no desencadeamento da violência urbana" (Ib., pág. 3659. Grifos nossos).

Na fase de debates, começamos por declarar nossa concordância com o diagnóstico do Ministro no sentido de que a violência urbana não tem apenas uma causa, mas um feixe de concausas — para usar a linguagem do Código Penal — e de que é a conjugação de todas essas variáveis, simultaneamente, que acaba sendo um fator de desencadeamento dos sintomas de violência.

Sobre a violência institucionalizada, como, por exemplo, a que leva os menores a interromperem sua escolarização para trabalhar, a trabalhar sem contrato, a ter salário reduzido, indagamos que providências adota o Ministério, pelo menos para reduzi-la a níveis aceitáveis.

Lamentando que o Ministério conta com um número reduzido de inspetores para esse tipo de fiscalização, disse o Ministro: "...temos procurado, acima de tudo, melhorando as condições econômicas, fazer ao lado disso um trabalho de inspeção, um trabalho mais aprofundado de catequese..." (Ib., pág. 3660. Grifos nossos).

Sobre a baixa renumeração do menor, perguntamos se o Ministério identifica nisso uma necessidade que têm as empresas de melhorarem sua situação econômico-financeira ou se é apenas algo que escapa ao controle dos mecanismos convencionais do Governo e das próprias empresas ou se o objetivo é realmente pagar por um trabalho de adulto um salário menor.

Respondendo que a política, hoje, é procurar não discriminar em termos de pagamento, acrescentou: "Numa hora em que emprego é difícil... imaginamos que teríamos que dar a uma determinada atividade, cujo retorno é mais rápido, uma atenção toda especial — refiro-me ao artesanato... É evidente que se nós pudermos — e é o que temos procurado fazer com o Ministério da Educação — conjugar esse trabalho com a educação, fazendo com que ele possa transformar o artesanato quase que como um lazer ou como uma lição de educação familiar, mas tendo, ao mesmo tempo, oportunidade de frequentar a escola, nós estaremos evidentemente minimizando o problema do menor" (Ib. Grifos nossos).

Sobre o problema do baixo salário, perguntamos sobre as condições do Ministério em fiscalizar o pagamento de salário adequado, especialmente no meio rural.

"...Chegamos à conclusão de que uma forma de fazer com que a dificuldade de fiscalização seja corrigida é fazer com que a organização do empregado possa, de uma certa forma, colaborar com os propósitos do Ministério" — respondeu o Ministro. "...Primeiro, procuramos fazer com que haja uma organização mais racional do trabalhador rural".

Considerando-se que a implantação de determinadas indústrias em centros densamente povoados gera uma demanda de serviços complementares que acaba transformando o investimento ou a alocação de recursos para esses empreendimentos em um fator negativo do ponto

de vista global da economia brasileira, perguntamos se o Ministério do Trabalho tem atuado no sentido de orientação de investimentos ou estimulando a necessidade de que outros pólos industriais sejam criados no espaço geográfico do País com o objetivo de dar maior equilíbrio à economia nacional, reduzindo-lhe a vulnerabilidade.

Frisando que "...uma parte muito grande do problema da violência... Se deve a essa concentração excessiva", esclareceu que a posição de seu Ministério, nessa questão, é mais opinativa e assessora do que executiva, mas que "...é das preocupações maiores que o Conselho de Desenvolvimento Econômico tem tido, exatamente essa de atentar para uma homogeneidade maior, para uma desconcentração em que se possa, evidentemente, fazer com que as desigualdades não sejam tão frustrantes" (Ib., págs. 3660-3661. Grifos nossos).

Participando dos debates, o ilustre Senador Bernardino Viana perguntou que resultados vêm alcançando os convênios que o Ministério do Trabalho celebra com órgãos públicos, principalmente com as Secretarias de Trabalho e Promoção Social dos Estados, visando financiar programas de treinamento de mão-de-obra, respondendo o Ministro que os resultados têm sido muito bons (Ib., pág. 3661).

Tecendo considerações sobre a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, afirmou o ilustre Senador Teótonio Vilela: "...o que sinto é que São Bernardo é um princípio de uma nova esquina de nossa história, e se não tivermos acuidade suficiente para avaliar a sua extensão e as suas propulsões, todos nós seremos levados de roldão. Ali, graves e sérios interesses econômicos, ali graves e sérios interesses políticos à margem da pasta de V. Ex., e chego a admitir que, inclusive, V. Ex. talvez tenha sido torpedeado no seu bom-senso, no seu alto critério — que pessoalmente eu reconheço — na execução de uma solução diferente daquela que apareceu" (Ib., pág. 3662).

Respondendo, disse o Ministro, "...meu espírito cristão repudia qualquer tipo de violência... Mas, esqueci-me de dizer que o RADICALISMO... É TAMBÉM UM FATOR DE VIOLÊNCIA... Existe violência no ABC naquilo que diz respeito, pelo menos, à minha pasta, quando determinado número de indivíduos que, muitas vezes, nem operários são, mas filiados a certos tipos de ideologias, que querem, acima de tudo, evitar que se instale aqui, em nosso País... a democracia. Mas esses homens são os que a todo momento estão a fazer com que os nossos trabalhadores não possam adentrar às suas fábricas. AS AMEAÇAS SÃO TAMBÉM UMA FORMA DE VIOLÊNCIA A ELAS, ÀS SUAS FAMÍLIAS, MULHERES E FILHOS, E A CONCRETIZAÇÃO DE MUITAS DESSAS AMEAÇAS. Vi, nobre Senador, fotografias de carros de operários que foram trabalhar e que tiveram o presente de uma bomba a explodir nos carros... As informações que tenho são as de que, realmente, a provocação teria partido, não da Polícia, que, pura e simplesmente, revidou... Um daqueles mais ativos provocadores nem mesmo operário era... um estudante de Medicina já procurado pela Polícia de Minas Gerais... lamento que tenha havido violência, sem entrar no agente provocador, ou naquele que revidou, mas lamento. Lamento como Ministro do Trabalho, lamento como cristão, e lamento profundamente, Sr. Senador, como membro da sociedade" (Ib., págs. 3662-3663. Grifos nossos).

A propósito da intervenção no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, perguntou o ilustre Senador Pedro Simon, reportando-se a carta sua enviada ao Ministro, se não se determinaria a recondução dos líderes, afastados de forma legal mas que não deixa de ser uma forma de violência, no entendimento do interpelante.

Respondendo o Ministro que "...o motivo do afastamento não se deveu, evidentemente, a uma má administração; se deveu a incitamento à greve provocada pelos dirigentes sindicais".

O ilustre Senador Nelson Carneiro perguntou sobre a contribuição que têm trazido para o desemprego os in-

divíduos maiores de 35 anos, respondendo o Ministro não dispor de dados à mão a respeito nesse momento. Perguntou, ainda, o ilustre Senador, se o Ministro não considerava uma forma de violência a invasão de terras não só dos índios como igualmente de posseiros, concordando o Ministro que esse é um dos problemas mais sérios que temos. Pediu, finalmente, o ilustre Senador que o Ministro dissesse uma palavra, no que tange à migração, quanto ao recrutamento pelas Forças Armadas de muitos jovens que estão entregues a seus trabalhos na lavoura, respondendo o Ministro que o percentual de jovens recrutados pelas Forças Armadas, segundo os dados disponíveis, não é muito significativo. Ressaltou, também, o ilustre Senador que a formação da mão-de-obra contribui para o afastamento do homem do campo, retrucando o Ministro: "...estamos também combinando com a preparação da mão-de-obra industrial e comercial, a preparação da mão-de-obra rural, temos também o SENAR".

Concluindo, disse o Ministro: "...imagino, de uma certa forma, ter trazido o que é o pensamento do Ministério do Trabalho a respeito da violência e, acima de tudo, aquilo que seria a ligação da violência como o emprego, o desemprego e o subemprego" (Ib. pág. 3665. Grifos nossos).

CAPÍTULO VII

Professor Jacob Pinheiro Goldberg

Na Reunião do dia 8 de maio de 1980, que foi a oitava, foram ouvidos o Prof. Jacob Pinheiro Goldberg e a Senhora Lia Junqueira.

O Prof. Jacob Pinheiro Goldberg, Psicólogo, Professor e Assistente Social em São Paulo, começou evidenciando o caráter universal do fenômeno da violência: "A violência, na sociedade contemporânea... é um fenômeno de características endêmicas; ela permeabiliza toda a sociedade moderna, não só em nível brasileiro, como em níveis internacionais, cada uma dessas características apresentando aspectos próprios, conotações e singularidades, na dependência das raízes de seu povo, das raízes de sua nação, e também na dependência de tradições e de conquistas sociais, econômicas, políticas e culturais... Mas, sem dúvida nenhuma, é um fenômeno internacional" (DCN — II 11-09-80, pág. 4517. Grifos nossos).

Criticou a ideia de que a tendência à megalópole seja por si só uma das causas da criminalidade, arguindo que, se assim fora, Tóquio e Paris seriam cidades inabitáveis, e Copacabana teria índice maior de criminalidade que a Baixada Fluminense, o que não ocorre.

Sustentou também não ser científico afirmar que os meios de comunicação de massa, especialmente a Televisão, sejam mecanismos desencadeadores da violência, aduzindo pesquisa feita na Grande São Paulo segundo a qual 68% dos entrevistados afirmavam que cenas de violência nos órgãos de comunicação não eram capazes de provocar a violência, e outra da Universidade Federal de Juiz de Fora que apurou que de 893 menores que praticaram violência durante o ano de 1979 até janeiro de 1980, numa faixa etária de 7 a 13 anos, 68% afirmaram que não assistiam televisão, não liam jornais e não ouviam rádio.

Sublinhou que "a microviolência é aquela violência que machuca, que acicata, que atropela e que acaba sendo a grande desencadeante dos fenômenos de erupção da brutalidade, irreversível na sociedade moderna... A macroviolência é fácil de ser constatada: é o homicídio, é o latrocínio, mas aquela microviolência, aquele "pequeno" assalto, porque ele só é pequeno na sua forma e aparência, mas, é grande, é dilacerante, é mutilante na sua essência — essa microviolência tem sido deixada de lado. É a microviolência que trazemos como informação, ainda, dessa pesquisa feita em Juiz de Fora, onde 75% das crianças que terminaram seu primeiro ano de escola não conseguiram sequer aprender a assinar o seu nome..."

Afastou, igualmente, a invasão do migrante como causa do aumento da violência: "...a cidade não está tendo condições de absorver o migrante, e este não está sendo

visto como um ser à procura de melhores condições de vida, mas como um invasor. Este é o depoimento que trago de uma cidade de porte médio, onde nós fizemos questão de ouvir desde o prefeito até as pessoas das camadas mais humildes da sociedade, os quais atribuem a violência a esse fator de invasão do migrante, o que não é verdade..."

Apontando o fato de que a Grande São Paulo cresce uma Campinas por ano, pergunta e responde: "O que significa isso em níveis de mutação cultural? Choque de informação e de valores, levando à mendicância, à prostituição, ao crime, à falta de orientação, à dificuldade de colocação profissional, à falta de moradia e de escolas, tudo isso com um declínio qualitativo do nível de vida" (Ib., pág. 4518).

E expõe sua tese central: "Desejaria chamar a atenção dos Senhores, como estudiosos do problema da violência, para um conceito que eu gostaria de esposar de defender como tese diante desta Comissão da mais alta importância. Um dos fatores básicos da violência, hoje, no Brasil, é a defasagem, é o conflito provocado pela demanda sofisticada e tecnologicamente avançada da sociedade moderna, que exige uma operacionalidade de inteligência qualitativa muito alta e uma informação cultural muito ampla, mas que não fornece essa informação cultural..." (Ib., grifos nossos).

Discordou também de que o consumismo, a sociedade de consumo seja outra causa ou outra ordem desencadeadora desses fenômenos.

Como sugestão, advogou a criação do Ministério para a Infância e a Juventude, aduzindo: "Diariamente, nós estamos convivendo com esse genocídio que se pratica por ação, por omissão e por obtusidade contra uma infância e uma juventude, que aí estão carentes de todo o mínimo, inclusive de diálogo de pais e filhos, até em nível de classe média... 40% por cento das crianças ouvidas na grande São Paulo... afirmaram que têm dúvidas do amor de seus pais em relação a elas, e 55% das crianças afirmavam que sentiam solidão" (Ib., pág. 4519).

Observou, ainda: a gravidade dos problemas nacionais se encerra no microcosmo da vida de cada um de nós, porque é nesta função que o ser humano se solidariza e se irmaniza e entende a possibilidade de não ser violento..."

"Gostaria, também, de encaminhar a sugestão para a criação do grupo permanente de estudos sobre a violência na sociedade brasileira..."

E concluindo: "E lhes entrego como final desta exposição a dramaticidade, a violência, a contundência do seguinte número: à pergunta nº 1 da pesquisa sobre a violência, "você agrediu ou foi agredido?" Responderam "sim" 78% dos entrevistados..." (Ib., pág. 4519. Grifos nossos).

CAPÍTULO VIII

Srª Lia Junqueira

A Srª Lia Junqueira, Presidente do Movimento em Defesa do Menor, de São Paulo, começou expressando sua convicção de que em matéria de violência nada existe no Brasil comparável à FEBEM de São Paulo.

Passou, a seguir, a uma conceituação ideológica de violência, asseverando "... para mim, a descoberta do Brasil já foi uma violência..." (Ib., pág. 4520).

Manifestou-se contra a sugestão do Prof. Jacob Pinheiro Goldberg no sentido da criação de um Ministério para a Infância e a Juventude, alegando que, "... se uma FEBEM não funciona, um Ministério não vai funcionar também..." Redarguindo, afirmou o Prof. Goldberg: "... é esta posição derrotista e negativista, que atrás de tudo acaba não fazendo nada, que leva ao desespero ideológico e à frustração da desesperança, que é também uma das causas da violência..."

Disse, também, a Srª Lia Junqueira considerar o nosso salário mínimo uma violência, "porque com ele duvido que um homem possa se sustentar, ele só, não digo a família toda..." (Ib., pág. 4521), chamando o Senador

Bernardino Viana a atenção para o fato de que "... no sistema atual brasileiro não se contabiliza a renda agrícola. O agricultor tem a renda da mandioca, do feijão, do milho, do arroz, do peixe que ele pesca, do pássaro que ele mata, do animal que ele caça na floresta, e essa renda não é contabilizada..." (Ib.).

Prosseguiu a Sr^a Lia Junqueira: "A violência sofrida pelo menor começa pela gestação. Se não abortado, passa pela adolescência; se não morto pela polícia, segue-o até a maioridade, quando passa a ser delinquente comum, ingressando no sistema penitenciário num ciclo fatal de vida".

Sobre a ociosidade do menor, afirmou: "Em São Paulo, a rede de ensino, principalmente da prefeitura, oferece à criança três horas por dia de permanência na escola, e ninguém se incomoda onde ela passa o resto do dia. É evidente que tem que ser na rua..." (Ib.).

Precisando seu amplo conceito de violência, insistiu: "Para mim, tudo o que fere a dignidade humana é violência..." (Ib., pág. 4522).

Reclamou que "... alguma coisa tem que ser feita em prol desses meninos de rua que ainda não são delinquentes e estão sustentando a família".

Expendeu, ainda, o ponto de vista de que "a nossa lei quanto ao menor é também uma violência: tudo que é feito para proteger muito o menor, acaba prejudicando-o". (Ib.)

Citou, a seguir, uma série de fatos estarrecedores que sustenta ter testemunhado e ter provas de que ocorrem na FEBEM de São Paulo, cobrando providências especialmente do Senhor Governador daquele Estado.

O ilustre Senador Jutahy Magalhães solicitou se faça o levantamento de todas as denúncias apresentadas, para que sejam encaminhadas às autoridades competentes e apuradas, tendo o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito assegurado que isso será feito.

Na fase de debates, estranhámos as afirmações da conferencista de que a descoberta do Brasil e o nascimento sejam formas de violência, e nos confessamos estarrecidos com os fatos deprimentes denunciados, ligados à FEBEM de São Paulo.

Dirigindo interpelação ao Prof. Goldberg, perguntamos se a pesquisa segundo a qual 68% de um total de 893 menores delinquentes de sete a treze anos não liam jornais, não ouviam rádio e não assistiam televisão pôde apurar as razões dessa delinquência, no meio dessa amostragem, respondendo o conferencista que a responsabilidade é de toda a sociedade brasileira e que atribuir isto a um ou outro é minimizar o problema.

Perguntamos, ainda, com relação à pesquisa de Juiz de Fora, "que resultados foram detectados com relação a possíveis influências ou efeitos catárticos que os meios de comunicação poderiam ter sobre esses menores, para induzi-los à prática de atos delituosos, respondendo o Prof. Goldberg ser extremamente difícil estabelecer uma relação de causa e efeito entre uma situação social e um comportamento criminógeno seguinte.

Indagamos ao Prof. Goldberg qual o grau de credibilidade científica de sua afirmação de que a subnutrição é um componente negativo do desenvolvimento mental, respondendo ele, embora com certa reserva quanto à verdade do asserto, que existe certa unanimidade entre os estudiosos da matéria no sentido de que a subalimentação compromete fisiologicamente o aparelho mental do ser humano e que esse comprometimento, mais cedo ou mais tarde, acaba por lesar o desenvolvimento da inteligência.

Dizendo estarmos certo em afirmar que o problema da FEBEM é o tipo da solução conjuntural, que nada resolve, indagamos a opinião do Prof. Goldberg a respeito, respondendo o Professor achar que não existe particularização de responsabilidade, pois essa é de todos e "... não será a distribuição de fraldas, a criação de creches ou o aproveitamento de áreas de peg-pag para lazer que poderá resolver..." (Ib. págs. 4526—4527).

Encerrando nossa participação no debate, acentuamos: "Estamos tentando...orientar a nossa pesquisa não tanto para esse problema da violência aberta, mas, sobretudo, para o da *Violência Institucionalizada*, que é o que mais aguilhoa nossa consciência moral; é a violência, por exemplo, contra o trabalhador rural, a apropriação de seu trabalho sem o pagamento devido... Este é que me parece o ponto nodal da questão da violência no Brasil, hoje: eliminar esses requícios de violência, que se tornaram tão comuns, tão triviais, tão corriqueiros e tão constantes que a sociedade com eles já se afeiçãoou, ou pelo menos os assiste com uma impassibilidade revoltante... De resto, muito mais importante, talvez, do que criar o Ministério par a Infância e a Juventude, seria, talvez, alocar recursos, fazer uma política para o menor, uma política efetiva, e não aumentar mais essa parafernália burocrática, esse cipoal de instituições que acabam permitindo denúncias do porte e da gravidade das que aqui trouxe Dona Lia Junqueira (Ib., pág. 4527).

O ilustre Senador Bernardino Viana perguntou a Dona Lia Junqueira se a situação denunciada na CPI vem do Governo passado ou do Governo atual, respondendo a conferencista que vem de muito tempo, informando que antigamente só existia o RPM, depois surgiu o Pro Menor e a seguir apareceu a FEBEM. Pediu que antes de se pensar num ministério, que se faça a tentativa de moralizar a FEBEM, que é uma instituição pequena, expendendo a opinião de que tudo o que hoje acontece de errado na FEBEM é um reflexo de sua desorganização.

A propósito de nossas restrições às digressões políticas de Dona Lia Junqueira, pronunciou-se o Presidente no sentido da admissibilidade, nos trabalhos da Comissão, das considerações políticas que os depoentes entendam fazer para estabelecer nexos de causa e efeito.

CAPÍTULO IX

Dr. Eduardo Seabra Fagundes

Na 8ª Reunião da CPI, realizada no dia 13 de maio de 1980, foi ouvido o Dr. Eduardo Seabra Fagundes, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Inicialmente, colocou-se na posição de porta-voz do seminário que a Ordem dos Advogados do Brasil fez realizar, reunindo juristas, professores, sociólogos, cientistas sociais, economistas, médicos, jornalistas, policiais e magistrados, para analisar o problema do aumento da violência.

"Para tratar do problema da violência — assinalou — faz-se necessário, para que as idéias melhor se ordenem, começar mencionando um lugar comum: *O crime é indissociado da natureza humana*, e não se pode pretender — nem jamais o Estado sonhou com isto — erradicar totalmente a criminalidade. O problema, portanto, não é saber por que se cometem crimes, muitas vezes com violência, no Brasil, atualmente, mas, sim, *por que o índice de criminalidade assumiu proporções intoleráveis*" (DCN — II 28-3-81).

Dizendo ser necessário indagar, preliminarmente, se houve ultimamente um aumento da criminalidade no Brasil ou um aumento da percepção social da criminalidade, respondeu: "Houve, realmente, uma explosão de criminalidade, mas não na mesma medida em que vem espelhada no atual debate do problema pela imprensa, rádio e televisão. Parece-me que há paralelamente ao aumento da criminalidade violenta, o aumento da preocupação da sociedade com essa criminalidade..." "Ultimamente, o que se observa é que há uma certa invasão da violência de uma classe social para outra..." A partir de um certo momento, dessas camadas mais pobres surgiram agentes da criminalidade, que passaram a investir reiteradamente contra as classes média e rica, como que cobrando alguma coisa que se lhes devesse".

"...Precisamos também ter bastante clara a colocação de que talvez não haja, no Brasil de hoje, soluções a curto e médio prazo para a criminalidade..."

E anuncia sua tese central: "eu diria que o problema da criminalidade, se o olharmos atentamente, só poderia ser equacionado, já não digo resolvido — adequadamente se a sociedade brasileira se auto-reformasse... O que parece mais evidente é que se pretende atacar o problema da cri-

minalidade com paliativos, enfrentando seus efeitos, sem se querer, verdadeiramente, exergar ou atingir suas causas... *quais seriam, então, as causas mais evidentes desta explosão violenta dos índices de criminalidade? Não me parece haver qualquer dúvida de que seu principal móvel reside na estrutura atual da sociedade brasileira, que, além de ser profundamente desorganizada, não oferece a seus membros condições mínimas de convivência pacífica.* É uma sociedade caracterizada por um *consumismo excessivo, por um apego exagerado aos bens materiais, por uma ambição que se dirige aos prazeres mais imediatos da vida*, uma sociedade verdadeiramente incoercível, com uma série de idéias e conceitos preestabelecidos, difundidos como um sinônimo de realização pessoal. Quem quer que deseje se realizar pessoalmente deve, de acordo com a concepção predominante, atingir determinado nível de poder de consumo. E, como este nível só é atingido por uma parcela muito reduzida da sociedade, o restante, frustrado, vem, de certa forma, cobrar uma espécie de dívida àqueles que conseguiram atingi-lo".

"A falta de assistência, a deficiência de habitação e alimentação, as dificuldades quanto à educação dos filhos, o desamparo à velhice são fatores que provocam uma migração desenfreada do homem do campo... É esta migração desordenada que provoca uma verdadeira inchação das cidades brasileiras, porque, na verdade, as cidades brasileiras não crescem, incham... O Estado de São Paulo, por exemplo, levou apenas vinte anos para transformar de 60 em 20 o percentual de sua população rural, salto que a França levou cem anos para dar... Os migrantes, quando chegam às cidades, acabam por instalar-se em áreas onde a qualidade de vida é inferior à qualidade de vida aceitável para um ser humano, pelo menos pelos padrões adotados atualmente em todo o mundo... Vivem, verdadeiramente, à margem da sociedade e constituem o *caldo de cultura ideal para a criminalidade violenta: vivem na ociosidade, não têm oportunidade de lazer, não têm oportunidade de desenvolvimento e aprimoramento espiritual.* A sociedade os lança, por todos os meios de que dispõe, nos braços da criminalidade" (Ib. Grifos nossos).

"Segundo dados oficiais, há, no Brasil, atualmente, cerca de 30 milhões de pobres absolutos, ou seja, pessoas que não dispõem do mínimo necessário para sobreviver condignamente. São pessoas que ganham um ou menos de um salário mínimo, ou que vivem com uma renda tão reduzida quanto esta... Temos um outro dado extremamente alarmante: *O imenso número de menores absolutamente desamparados e desassistidos, não apenas pelo Estado e pela sociedade, mas por seus próprios pais... muitos têm que deixar os filhos abandonados pelas ruas, pelas favelas, já lutando pela sobrevivência:* é comum que a criança, desde cedo, aos oito ou nove anos, já saia para disputar o alimento que vai permitir a sua sobrevivência... Há também os que se dedicam mesmo ao jogo, aos crimes, aos furtos, à própria violência..."

"A população escolar das grandes metrópoles brasileiras é sensivelmente inferior à população infantil dessas cidades. E mesmo as crianças que estão na escola têm um período ocioso durante o dia, no qual se dedicam à prática da criminalidade. São, portanto, aprendizes de criminosos..." (Ib. Grifos nossos).

Prosseguindo em sua análise dos condicionadores do aumento da criminalidade, asseverou: "A má distribuição de renda no Brasil funciona também como um fator de criminalidade... Não nos devemos esquecer, no entanto, que estamos preocupados, aqui, com uma espécie de criminalidade que tem o seu mais alto nível de incidência nas classes mais pobres. O crime do rico que nós chamamos o "do colarinho branco", é um crime praticado sem sangue. Produz até frutos mais substanciais, mas é um crime que se desenvolve sem sangue e que é muito menos reprimido pelo Estado do que o crime do pobre... A emissão de cheque sem fundo, o estelionato, o golpe na poupança popular, não preocupa tão terrivelmente a sociedade brasileira e o Estado... embora crime... não seja sinônimo de pobreza, é, na verdade, entre as classes menos privilegiadas que se encontra o criminoso que recorre à violência..."

"O jogo clandestino no Brasil tem sido um forte fator de deflagração de criminalidade, na medida em que corrompe os aparelhos policiais e na medida em que gera lutas entre quadrilhas que se encerram sempre com grande quantidade de homicídios. Mas, sem dúvida, é a pobreza, a pobreza absoluta, ainda um fator dessa criminalidade. Em 1978, levantamentos oficiais indicavam que dois quintos da população do Brasil, cerca de 17 milhões de trabalhadores, portanto, recebiam menos de um salário mínimo..." (Ib. Grifos nossos). "Num seminário realizado na Ordem, falou-se muito que essa camada da população está como que cobrando do restante da sociedade um crédito que julga deter, exatamente por ter sido relegada a uma posição tão flagrantemente injusta dentro da estrutura social... Quando o Direito é utilizado para manter uma estrutura arcaica e defasada, ele leva fatalmente a uma situação de desequilíbrio e de desorganização social que pode explodir de várias formas, inclusive pela violência e pela criminalidade". Nos países socialmente mais organizados, os autores revelam que a proporção entre os ganhos dos que ganham menos e os daqueles que percebem maior salário ou vencimento está na ordem de aproximadamente 1 para 3. No Brasil, se apreciarmos a grosso modo, veremos que entre as camadas de mais baixa remuneração e aquelas mais bem remuneradas como os advogados, os médicos etc., a proporção é de mais ou menos, 1 para 100, ou 1 para 200. Há, portanto, um fosso que é extremamente largo e que não pode ensejar uma convivência entre esses dois extremos, porque se cria um sentimento de revolta dificilmente superável pelo homem que, numa sociedade marcada pelo consumismo, sente-se, na verdade, furtado por aqueles que mantêm uma estrutura social que permite esse tipo de desnível..."

"O Trabalhador, ou melhor dizendo, o biscateiro da periferia das grandes cidades brasileiras sabe que o seu filho jamais passará de um biscateiro na geração seguinte. Isto lhe causa um profundo sentimento de revolta e faz com que ele seja presa fácil daqueles que oferecem uma possibilidade de ascensão muito mais fácil, através da prática do crime."

Apontou, em seguida, a influência dos meios de comunicação no aumento da violência: "Os meios de comunicação como que comercializam o crime, comercializam a violência. Há, evidentemente, um certo gosto da parte do ser humano pela desgraça alheia e até pela violência. Há, nas grandes cidades brasileiras, jornais, conhecidos de todos nós, que praticamente só exploram o crime e a violência, sem tratar de outros assuntos. Existe, é verdade, uma clientela para esse tipo de imprensa, mas esta imprensa a realimenta, desenvolvendo, de certa forma, um processo de convívio da sociedade brasileira com a criminalidade violenta, que passa mesmo a ser encarada como um fenômeno natural".

"O cidadão comum passa a ver e a aceitar a violência como um instrumento normal de atuação do Estado. A política, nas grandes cidades, usa a violência tanto quanto os marginais. Uma estatística realizada há pouco tempo por jornalistas mostrou que o número de cadáveres que pode ser atribuído aos grupos clandestinos de policiais é superior ao número de cadáveres que pode ser atribuído aos criminosos, ou, digamos assim, aos criminosos não oficiais" (Ib.).

"Outras estruturas colaboram para esse desconcerto, como, por exemplo, a estrutura da federação brasileira... Estados e municípios, a quem cabe apenas uma parcela excessivamente reduzida do montante total tributário, têm as funções, mas não têm os meios para exercê-las..."

"Há ainda um outro fator extremamente revelador desse desequilíbrio federativo: a união, além de ter uma participação desproporcional na receita tributária, ainda suga recursos empregados pelos Estados, como ocorre exatamente na área de segurança, ou seja, com as polícias militares que, na verdade, se encontram controladas pela União, praticamente federalizadas, embora sejam mantidas com os parcos recursos dos Estados."

Sobre a dicotomia da polícia, assinalou: "... é impossível, nas grandes cidades brasileiras, sentarem-se para ra-

cionalmente discutirem problemas de segurança, policiais civis e militares. A União manda nos policiais militares, mas quem remunera são os Estados..."

Denunciando violências policiais, assegurou: "é praticamente impossível ao homem comum, do povo, entrar numa dependência policial sem ser pessoalmente agredido ou sem correr o grave risco de agressão..."

Apontando as deficiências do Poder Judiciário, especialmente no que concerne ao combate à criminalidade, ponderou: "... o Judiciário, peça um pouco mais sofisticada do combate do Estado à criminalidade, foi mantido numa situação, propositadamente, de marginalidade. Não tendo seus próprios meios de investigação, se baseia sempre, ou quase sempre, nos precaríssimos instrumentos que a polícia lhe fornece para esclarecimento de crimes..." Ademais, "... a centralização tem sido a regra dominante. Em momento algum houve a preocupação de aproximar o juiz do povo..."

"O Poder Judiciário dá a impressão de verdadeira impotência no combate à criminalidade, de ineficiência total e absoluta... Aquele que está sendo estimulado a entrar no crime, se jogar com a lei das probabilidades, verá que tem muito maiores chances de delinquir e não ser, afinal, colhido pelas malhas da justiça, do que receber qualquer punição judicial. A impunidade, portanto, estimula o crime. O que existe, na verdade, é o crime de impunidade, que cobre tanto um marginal comum como o policial que pratica a criminalidade violenta contra as classes menos favorecidas".

E preciso, sim, reformar o sistema penitenciário brasileiro, construir penitenciárias. Mas isto em nada melhorará a situação ou de muito pouco adiantará, porque se estarão mantendo as diferenças e a segregação... é a sociedade brasileira jamais conseguirá superar esse círculo vicioso, se não quebrar a indução à criminalidade no seu processo de formação" (Ib., Grifos nossos).

Iniciando os debates, manifestamos nossa preocupação com a visão nostálgica — para não dizer pessimista — que o conferencista ostentou da realidade brasileira, tecendo, dentre outras, as seguintes considerações: "... esta Nação que, de certa forma, se incorpora entre as dez maiores nações do mundo, não é obra do acaso... Este País que contemplamos hoje é uma grande Nação, com deformações muito poderosas, com problemas proporcionais à sua grandeza, com mazelas ainda por serem erradicadas, mas de certa forma ele não se ajusta bem a essa visão um pouco pessimista que eu identifiquei nas palavras do jovem e brilhante Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil... Não só de hoje, de há algum tempo a esta data o País inteiro tem analisado o problema da violência. Não concordo com essa colocação que me pareceu um pouco superficial de que o problema está posto em termos de agressão de uma classe para outra... também achei peremptória, em demasia, a sua afirmação de que não há soluções a curto e médio prazo para o problema da criminalidade... No mais, o seu diagnóstico é absolutamente preciso, o problema da pobreza, o problema do homem rural, a inchação da cidade brasileira, a má distribuição de renda, são todas causas da violência e nenhuma delas é causa em si mesma, o conjunto delas é que realmente é a grande causa da violência e da criminalidade".

Após essas ressalvas, pedimos ao conferencista algumas considerações sobre que terapêutica, a nível de emergência, se poderia aplicar para reduzir os índices de criminalidade ou, pelo menos, amenizar um pouco a taxa de violência urbana que inquieta e aflige a sociedade moderna.

Admitindo que sua visão do momento brasileiro é pessimista, extremamente pessimista, justificou: "Em boa parte, ela é também o reflexo das opiniões colhidas no Seminário que a Ordem realizou. Não creio que pelo menos em nosso ambiente haja possibilidade de uma visão otimista do quadro brasileiro atual... nossa má estruturação fundiária é um dos ingredientes da violência... um componente sério do quadro geral da criminalidade violenta..." (Ib. Grifos nossos).

Insistiu em que "a sociedade brasileira, embora preocupada em estudar e analisar a violência, apenas se atém

à análise das facetas, digamos assim, mais evidentes, ou das facetas que mais lhe interessa examinar. Fica na análise e discussão dos efeitos, sem nunca descer às raízes, às causas profundas, porque, sem dúvida, estas indicam caminhos que terminarão por extinguir privilégios de que ela não quer abrir mão. Jamais vi a sociedade preocupada em modificar a sua estrutura social. A explosão demográfica talvez seja uma das causas mais evidentes do desconcerto estrutural brasileiro, impedindo soluções mais fáceis para a nossa problemática. Afirmar não ver soluções a curto e médio prazo exatamente porque uma reforma agrária, uma reforma urbana, uma reforma da empresa, uma reforma da legislação trabalhista, uma reforma da legislação social, em geral, não se realiza a curto prazo, especialmente se se tiver que enfrentar uma reação por parte de uma parcela da sociedade detentora de muito poder." (Ib. Grifos nossos).

Quanto às soluções de emergência, a curto prazo, que denominou de paliativas, listou algumas: "o controle e o comércio de armamentos... É muito raro encontrar um criminoso comum que não disponha de farta munição, de farto armamento. E o Estado brasileiro nada faz para controlar o armamento e a munição..." (Ib. Grifos nossos).

"Outra solução seria disciplinar os meios de comunicação... Deve ser rejeitada qualquer idéia de censura prévia... Uma medida extremamente sábia seria o código de ética dos meios de comunicação... Se o controle ético da comunicação pudesse ser exercido adequadamente pelos próprios profissionais deste ramo de atividade, poder-se-ia chegar a um ponto de equilíbrio bem razoável... Há também a divulgação de filmes que entronizam a violência como método permanente de vida da humanidade, mostrando-a como fato natural, do dia-a-dia, o que só pode contribuir para a deformação da mentalidade do homem comum... Seria preciso que a imprensa se conscientizasse, não no sentido de sonegar à Nação o problema da criminalidade, mas no sentido de que é necessário que se estabeleçam regras para que esta divulgação não funcione como fator de realimentação do problema". (Grifos nossos.)

"Uma outra medida possível de ser tomada razoavelmente a curto prazo seria um Reforço do Poder dos Estados, que têm, afinal, a seu cargo a grande responsabilidade de manter a segurança pública... É, então, preciso que o estado receba os meios necessários para desempenhar suas funções, principalmente no plano da segurança pública, e, sobretudo, que o Estado recupere o controle de seu aparelho policial... Só então seria possível o estabelecimento de uma política de unidade de ponto de vista e de objetivos entre os dois organismos policiais, política esta que levaria os dois organismos a um trabalho conjunto... Essa medida certamente permitiria ao Estado o desenvolvimento de uma política de Policiamento Ostensivo nas cidades, que pode funcionar não como um meio paliativo, mas como uma medida importante no sentido de dissuadir aqueles que se inclinam à prática de crimes violentos... A capacidade ociosa da polícia militar é... muito grande... O policial brasileiro precisa aproximar-se mais do povo, precisa ter uma presença mais marcada nas grandes cidades brasileiras..."

"A Reforma do Poder Judiciário... poderia ser concretizada através de algumas medidas... Criação de varas regionais... É preciso que a Justiça possa cumprir, junto ao povo, as suas atribuições e funcionar como fator de combate efetivo à criminalidade, mas sem violência, porque é o Estado que deve dar o exemplo, pela ação dos organismos policiais, de que o método da violência é inaceitável. Atualmente, a atuação da polícia brasileira deseduca, na medida em que o homem comum acostumou-se a ver na violência um mecanismo eticamente aceitável para responder à violência."

O ilustre Senador Jutahy Magalhães indagou quais as possibilidades que a Ordem dos Advogados teria de fazer mais eficientemente a defesa das classes menos favorecidas quando elas precisam da presença dos advogados.

Tecendo considerações sobre o fato de que há muito mais pobres do que ricos na cadeia, o que, comparado

com o número de delitos cometidos por indivíduos enquadráveis numa ou noutra dessas classes, está a refletir profundas desigualdades sociais, lembrou que ninguém é julgado sem um advogado. Quem não pode pagar, recebe seu defensor do Estado, da Ordem ou do Juiz. Mas há advogados e advogados, reflexo da disparidade de nível do ensino jurídico nas diversas faculdades do País. "Um grande número de advogados, ainda bem formados e bem preparados, atua na defesa dos pobres. Ocorre, no entanto, ser impossível para a Ordem dos Advogados tomar a si a atribuição de igualar as oportunidades dos cidadãos no que se refere à qualidade da assistência jurídica: por disposição legal a Ordem não pode advogar, ou seja, não pode atuar na área do exercício da advocacia..."

Entrando nos debates, começou o ilustre Senador Roberto Saturnino por manifestar sua concordância com quase tudo o que disse o conferencista, ressaltando, especialmente, a ênfase em que é preciso ir às raízes da questão. Afirmou que "a sociedade resiste, porque a sociedade está acomodada nos privilégios e não quer abrir mão deles, quer resolver o problema na margem, isto é, na medida em que o crescimento econômico for se realizando, vamos procurar distribuir esse negócio um pouco melhor..."

Denunciou a "deterioração ética da sociedade brasileira", apontando, entre seus aspectos, "a impunidade das pessoas ricas do País". Falou, ainda, dos casuismos políticos e enfatizou: "É evidente que dentro desse clima gerado pela deterioração ética, seria extremamente surpreendente que não houvesse o aumento da taxa de criminalidade, o aumento da perversidade, como está ocorrendo". E pediu ao conferencista um detalhamento maior de suas idéias no que diz respeito à reforma do Judiciário visando desenvolver mais a justiça junto ao povo, uma justiça mais barata, mais acessível.

Respondendo, manifestou o conferencista seu desencanto com a reforma do Judiciário até agora realizada, a qual, a seu ver, pode ter todas as inspirações menos as do povo.

Tomando a palavra, o ilustre Senador Nelson Carneiro, falando das pessoas pobres marcadas para morrer, referiu-se a um seu projeto que dispensa o réu pobre de pagamento de fiança, lembrando que "quanto mais humilde o homem, mais ele se rejubila por nunca ter sido preso", havendo que se fazer algo, portanto, para evitar a prisão desnecessária de réus pobres autores de pequenos delitos.

Comentou o conferencista que uma das coisas que se devem corrigir imediatamente é a existência dos "esquadrões da morte".

Com a palavra, o Deputado Modesto da Silveira disse: "... este País está, na verdade, submetido a um verdadeiro pelotão de fuzilamento permanente, com total impunidade... Agora a gente sabe e sente e muitos sabem que esses esquadrões são na verdade protegidos... Dos 68 casos de assassinatos pelo mão branca e seus associados na área (Baixada Fluminense) — ... creio que no último ano... — dos 68 assassinatos, 66 eram simplesmente operários sem qualquer antecedente criminal. E foram justificados sumariamente".

Com referência às execuções tipo "Esquadrão da Morte", perguntou se seria possível o levantamento estatístico da própria OAB para ajudar, orientar e assessorar o Congresso Nacional na área própria da OAB.

Respondendo, alegou o conferencista a dificuldade de se adotar tal procedimento, pois no Brasil, "... não apenas na área da criminalidade, do Judiciário, da polícia, o sistema de estatísticas é extremamente deficiente... Na área da criminalidade, sobretudo, a deficiência ainda é maior porque existe o que se chama a criminalidade não revelada..."

O ilustre Senador Dirceu Cardoso ponderou: "Somos uma sociedade... em que o fim imediato é o primeiro objetivo, é uma sociedade em que a loteria é o objetivo de quase toda a família brasileira, que quer se enriquecer do dia para a noite; não quer esperar o fruto do trabalho, do suor e do calo das mãos, quer enriquecer de um dia para o outro... Esse índice de criminalidade que se exagerou

nos últimos tempos tem uma concausa: é ter retirado da polícia as suas qualificações de primeira linha repressora e colocado no Juiz a força de medir e apenar a criminalidade... um mau juiz, um juiz bandalho faz mais mal à sociedade que 10 bandidos de revólver... Eu acho que devemos ter que abrir primeiro um crédito à polícia... Eu acho que a violência tem uma miríade de causas; mas, às vezes, é vista sob um prisma restrito, não é que seja o pobre e o rico, não... Não defendo a violência, mas espero que o militar, o soldado, o policial, o detetive, o comissário e o delegado sejam vistos de uma maneira mais complacente, porque só agem na hora do paroxismo da violência, quando o sangue está derramado e toda a violência está desencadeada num processo de extermínio..." (Ib. Grifos nossos).

"Realmente — admitiu o conferencista — no interior, um mau juiz causa males maiores do que nas grandes cidades... Aliás, é no interior que a polícia age mais conscienciosamente".

— Frisou que os métodos que ricos e pobres usam para a prática do crime são diferentes "... um pobre, para obter dez ou vinte mil cruzeiros, ou mesmo bens pessoais, assalta pessoas na rua usando uma arma, enquanto o rico se limita a emitir um cheque sem fundo e fica por isso mesmo. O rico, portanto, não necessita recorrer à violência para obter os resultados de seu crime. Ele tem toda uma estrutura para a proteção de seus interesses, estrutura esta que lhe permite a obtenção ilícita de frutuosa resultados, sem que, por isso, receba qualquer punição e sem precisar recorrer à violência. E, como a violência é que choca mais diretamente, ele fica imune a qualquer repressão ou preocupação maior por parte da sociedade..."

"Quanto ao problema da polícia e da justiça, parece-me que, para que a sociedade brasileira abra um novo crédito ao seu policial, é preciso primeiro que o policial faça jus a esse crédito.

E preciso que a polícia se reforme e se restaure eticamente. Nas grandes cidades, no Rio de Janeiro e em São Paulo, por exemplo, vemos que muito dificilmente uma quadrilha é desbaratada sem que haja, entre os seus elementos, um ou vários policiais. A polícia não pratica o crime apenas a pretexto de sua atividade própria, pratica-o também disseminada entre as quadrilhas. Os policiais valem-se do contato permanente com o crime para se infiltrar e fazer, nas horas vagas, biscates criminosos... As causas da criminalidade brasileira são tantas, que seria profundamente injusto dizer aqui que ela decorre apenas da polícia... Na verdade, a polícia se associa ao criminoso, quando divide o produto do crime e devolve apenas uma parte para demonstrar a eficiência... Se a polícia acertasse sempre, poderíamos prescindir dos Juizes, mas como ela erra muito — talvez mesmo erre mais do que acerte — é impossível prescindir de um sistema de controle" (Ib. Grifos nossos).

A 15 de maio de 1980 realizou-se a 9ª Reunião da CPI, na qual foram ouvidos o Jornalista e Advogado Dr. Percival de Souza e o Juiz de Execuções Criminais de São Paulo, Dr. Laércio Talli.

CAPÍTULO X

Dr. Percival de Souza

Dando início à sua exposição, o Sr. Percival de Souza, preliminarmente, procurou descartar a vinculação que habitualmente se faz entre a atuação dos meios de comunicação social e o aumento da violência: "Busca-se, quando em desespero, um bode expiatório: "é o Governo"; "é a imprensa"; "é a miséria"; "é a migração desordenada"; "é a falta de policiamento"; "é..." (DCN-II 16-8-80, pág. 3738).

Faz alguns anos — informou — a Faculdade de Comunicação de Brasília desenvolveu tese demonstrando que os meios de comunicação, por si mesmo, não determinam atitudes ou condicionam "standards" comportamentais. Eles podem servir de funções indefinidas diante de tipos de personalidades particulares... Os pais, educadores e autoridades tendem a culpar os meios de comunicação pela violência da sociedade, por que eles renitem em reconhecer seus próprios erros... Some-se ainda, em

reforço, o fato, já demonstrando cientificamente, de que pessoas suscetíveis à violência são pessoas pré-inclinadas para a agressão; devido a fatores díspares... Ambiente familiar... Desajuste escolar... Frustração e problemas sexuais, desníveis sociais e múltiplos outros fatores... Por que não aceitamos que nós construímos uma sociedade violenta e que nós fazemos parte dessa sociedade violenta?" (Ib.).

Cita José Fernando Rocha no trabalho "A década de ouro dos ladrões", que elencou as seguintes dentre as verdades que a História teceu: "a) todo criminoso, o mais brutal, tem rasgos de humanismos; b) até o homem santo possui ímpeto criminoso, e c) criminosos e vítima cooperam, muita vez, para a consecução do crime".

Também o Prof. Manoel Pedro Pimentel, ex-Secretário da Justiça de São Paulo, é invocado na sua afirmação de que "as realidades precisam ser ditas, não podem ser escamoteadas", tais como: "... a criminalidade visível é apenas a ponta do "iceberg" que aparece... O rigor Penal recai geralmente sobre as pessoas mais humildes... que toda a sociedade está sendo criminosa... a violência existe não apenas na criminalidade mas em toda parte..."

Ressalta, ainda: "... verifica-se que a maior parte da criminalidade, entre nós, ainda é a espontânea, e não a organizada. No "Qui pro quo" que se faz entre fator (aquilo que contribui para um resultado) e causa (aquilo que faz que uma coisa exista), os membros das classes mais humildes são as eternas vítimas do perigoso rótulo de "suspeito". Entretanto, não é pobreza causa única de delinquência..."

Como causas primeiras da violência urbana no Brasil, apontou: a) menores infratores e b) presídios (reincidência). "Nas grandes cidades, a problemática da violência, em relação à criminalidade, está ligada, salvo melhor juízo, umbilicalmente, aos menores infratores (juvenile offenders) e aos presídios". Diz que, segundo o Dr. Laércio Talli, Juiz das Execuções Criminais de São Paulo, "... os reeducados adultos que cumprem apenamentos nos presídios na rede oficial do estado passaram, à maioria, nos estabelecimentos reservados para menores..."

"Constatamos — prossegue o depoente — que o rótulo, frase feita, problema social, é escapismo barato, para fugir ao problema."

Aponta como ponto nodal da causalidade delitiva a reincidência e a falta de medidas profiláticas a fim de diminuí-la... "Vivemos, como disse o jurista José Fernando Rocha, a década de ouro dos ladrões. Se verificarmos o círculo vicioso do entra-e-sai de nossos presídios, iremos constatar dolorosamente: a) 1.a entrada: furto; b) 2.a entrada: roubo; e c) 3.a entrada: latrocínio... nada é feito para corrigir as distorções no embrião (no menor), mas que tudo é feito para puni-lo quando maior... Na Capital (São Paulo), 21% dos roubos estão sendo seguidos de atentado sexual: o estupro. E o terrível latrocínio aumentou em 61% de 1978 para 1979... é do menor carente, do menor abandonado, o menor da rua, o street boy, first offender que saem os grandes contingentes de assaltantes..."

Sublinha que "a história ensinou a todos que a diminuição dos índices delinquentiais não têm nexos casual com o aumento da repressão. Por isso, o aumento, de per si, da repressão para a solução de todos os problemas não é indicada. Não será com mais violência, nem com esquadrões e seus embaixadores: mão branca, cravo vermelho, lírio branco, que haverá o desate da questão urgente da delinquência e violência. Também não a resolveremos adotando de forma simplex através de um carimbo: problema social... O recurso da violência repressiva do Governo para acabar com a delinquência que infesta a Nação não passa de mero suposto equilíbrio" (Ib.).

Recordou que "... a violência delinquential sempre existiu na civilização..." E que "a prisão não é o único remédio para o mal da delinquência. Como reeducar quem nunca foi educado?... No caso dos presídios não se pode dizer que o sistema falhou, isso na razão direta de que nunca chegou a ser implantado, considerando-se que 21 Estados brasileiros não possuem Manicômio Judiciário; que só existe uma Casa de Custódia e Tratamento no

Brasil; que temos apenas Instituto de Reeducação em três Estados: São Paulo, Paraíba e Minas Gerais”.

“São fatores congressados: o menor abandonado... o tráfico de entorpecentes... a prostituição organizada” (Ib.).

“O grande saldo da década transata é a violência... Diante desse quadro: aumento da criminalidade violenta, superpopulação presidiária, a justiça tornou-se quase impotente; e o povo, como testemunhamos, aplicou furiosamente, com suas próprias mãos, a lei de Linch (Ib. Grifos nossos).

“Encontramo-nos muitas vezes pelas ruas com assassinos frios, calculistas, violentos, que durante anos aguardam seus julgamentos em liberdade... Somos o único País do mundo onde todo homicida tem direito... a uma ‘amostra grátis’...” (Ib.).

Denunciando as condições do Presídio da Pedra Preta, na Bahia, disse que lá as condições são tão sinistras que leva a que alguns delinquentes matem para serem autuados em flagrante e serem removidos para a Casa de Detenção (I).

Focalizando o caso da Baixada Fluminense, lembrou que ela é, hoje, estatisticamente, a região mais violenta do mundo. “...Se fossem realizados júris todos os dias — o que jamais acontecerá — a pauta de julgamentos de Nova Iguaçu levaria cerca de vinte anos para ficar em dia! ...A média de homicídios dolosos na Capital paulista — excluindo a Grande São Paulo — é de 3 por dia”.

Mas há, também, a violência do trânsito. “Em 1979, ‘...registrou-se a média de 9 mortes diárias como consequência de acidentes de trânsito... O automóvel, pelo menos em São Paulo, está matando mais do que todos os bandidos juntos’ (Ib. Grifos nossos).

“...Segundo análise do Delegado-Geral de Polícia de São Paulo — Dr. Celso Telles, não se pode, diante dos fatos registrados — estabelecer-se uma relação entre aumento populacional e índice de criminalidade” (Ib. Grifos nossos).

Falando especificamente sobre o problema da Polícia, proclamou que “a organização policial, moralizada, aparelhada, digna de respeito, e não temor, é uma necessidade... Mesmo nas grandes cidades estamos assistindo ao avanço daquilo que poderíamos chamar de criminalidade triunfante. Os eternamente impunes criminosos de ‘colarinho branco’ (white collar). O policiamento ostensivo e seus conceitos já erodidos é exclusivamente da Polícia Militar... Em muitos Estados desse Brasil ainda não descoberto em plenitude a polícia é uma improvisação... A população hoje é vítima da improvisação com que se tratam sérios problemas...” (Ib.).

Concluindo, ofereceu o que denominou de “seis minutos de sugestões”. “Primeiro Minuto. A violência urbana só poderá ser represada a determinado nível, na medida em que o governo esteja capacitado a oferecer aos cidadãos certo grau de segurança e um padrão de vida razoável, isto é, compatível com a dignidade humana... Segundo Minuto... que se dê estrutura adequada ao regime carcerário e penitenciário, impedindo-se desrespeito e repressão... Terceiro Minuto. A lei penal e o direito nacional interessam a toda a Nação... Todos nós temos que assumir esse encargo, afugentando o duende da omissão. O problema da violência tem um quinhão nosso, de todos... Quarto Minuto. O problema dos menores carentes precisa ser enfrentado de frente... Quinto Minuto. Que se preocupem as autoridades com a política dos presídios, eliminando-se os focos de reincidência através de medidas profiláticas... Sexto Minuto. Esforcemo-nos pois, para atingir o saneamento da vida penitenciária nacional e o problema dos menores, se quisermos vencer os graves e difíceis problemas que temos diante de nós” (Ib. pág. 3741. Grifos nossos).

CAPÍTULO XI

Dr. Laércio Talli

O Dr. Renato Laércio Talli, Juiz das Execuções Criminais de São Paulo, começou enquadrando a análise espiritualista do mundo e do homem, em contraste com as estreitezas e falsidades das concepções materialistas em

voga: “Não compreendo, não posso compreender, como é possível o homem ainda não se assenhorar do pensamento de que o Mundo será melhor e realmente nosso se soubermos conquistá-lo pelas influências pacíficas e decisivas do espírito. A conquista pela força, pelas armas, pelo emprego injusto da força, será sempre ilusória e passageira. A verdadeira conquista é aquela que pertence à verdade e ao bem. É grande e danosa ilusão pensar que se possa educar e reeducar alguém quando se perdeu a influência em sua psique, em seu espírito, no seu interior, em sua alma, porque são as idéias que conduzem o mundo, mesmo quando dissimuladas sob enganosas aparências de ódio, das paixões e dos mais bárbaros despotismos. O homem só adquire a verdadeira sabedoria investigando o mundo, sob a razão das grandes idéias e, sobretudo, sob a razão de Deus. Realizar esta síntese de conhecimentos universais, mercê de uma sabedoria não apenas mística, não apenas historicistas, não apenas naturalista, mas uma sabedoria teocêntrica que não se limita ao homem, à história e à natureza, mas tudo abraça e penetra: Deus e o homem; a natureza e a história; o local e o universal; o coração e a razão, o natural e o sobrenatural; a verdade e as verdades; o relativo e o absoluto. É desventura do homem de todas as nações uma falha na orientação educacional. Nesse mister que reputo de fundamental importância qualquer erro, por mais insignificante ou involuntário que seja, poderá acarretar consequências imprevisíveis, irreparáveis e, até mesmo, definitivas. Uma falha, um defeito na formação sensorial poderá causar um ser imperfeito; na Física, estiolar uma vida; na intelectual, um desajustado ou, quando não, um desorientado — e quantos jovens desorientados em nosso querido Brasil; na moral, um viciado — e quantos viciados, no mundo, entre os nossos semelhantes; na social, o introvertido, quando não um revoltado; na espiritual e sobrenatural, um infeliz na vida presente e, quem sabe, o mais grave, o mais pesado — por toda a eternidade” (Ib. pág. 3471. Grifos nossos).

Prosseguindo as considerações, cita o grande penalista Francisco Carrara: “...Se a lei eterna disse ao homem: tu não podes voluntariamente deixar de ser pessoa — esta mesma lei, para ser lógica, deve ter dito à sociedade (que outra coisa não é senão um instrumento coordenado à tutela da lei jurídica): tu não poderás, por qualquer ato, submeter o homem a uma pena que lhe destrua a personalidade; tu não podes reduzir o homem à condição de coisa. Ou é mister negar uma lei moral, absoluta, imutável, que desde o momento de sua criação domina a humanidade (lei que não foi negada nem mesmo pelos pagãos, embora a entendessem à sua maneira, ou, admitida uma lei moral suprema, é preciso deduzir dela uma suprema lei jurídica; daí a inalienabilidade, por fato alheio, da personalidade humana”.

“Os relatórios dos Grupos de Juristas e Cientistas Sociais do ministério da Justiça — continuou — ... têm o grande mérito de chamar a atenção do todos, básica e fundamentalmente, para um melhor conhecimento do homem, o grande esquecido quando se enfoca o problema. Enquanto na esfera criminal o homem continuar a ser o eterno desconhecido, as soluções propostas podem atender episodicamente interesses sociais, podem minorar momentaneamente os grandes efeitos da violência, podem desnutrir aparentemente a agressividade existente, mas jamais estarão conspirando para uma solução definitiva, permanente e objetiva, até porque a sociedade estará combatendo as consequências do mal e não as suas causas determinantes... E embora o Direito deva acompanhar a evolução dos fatos sociais, cumpre-lhe não permitir a subversão das normas fundamentais de uma sociedade bem organizada, de acordo com a própria natureza do homem, dotado de razão e de consciência...” (Ib. Grifos nossos).

“Façam-se as reformas... mas não sem o direito ou contra o direito... Numa época em que se faz sentir o interesse materialista, as preocupações subalternas, e em que os pregões demagógicos visam a subverter a hierarquia de valores; numa época em que o culto ameaçador do existencial, fruto de uma sociedade consumista e he-

donista, vem dia a dia, mais e mais se consolidando; numa época em que se nota a deterioração da ética em geral em todas as áreas profissionais; numa época em que o declínio do direito, o enfraquecimento da moral e o abandono da religião constituem objeto de sérios debates e justificadas preocupações, só o restabelecimento da escala de valores e das normas superiores — sociais, morais e religiosas — e entre as quais figuram as do direito, da justiça, da equidade, do respeito à dignidade humana e à caridade ordenada para consigo mesmo e para com outrem, somente assim, alicerçado em tais fundamentos, poder-se-ia ter assegurada a sobrevivência de forças capazes de antepor óbices aos impactos dos falsos profetas do materialismo, dos que pregam a ânsia da vida sem finalidade ética, o culto exagerado da existência, condicionando a filosofia a uma certa forma de viver” (Ib. Grifos nossos).

“É certo que o problema da violência dificilmente encontrará solução a curto prazo, tão vasto se oferece... a etiologia do fenômeno violência não é nada fácil, posto que concorrem concausas e os mais diversos condicionamentos: não venha, porém, o desencanto diante do tamanho da empreitada... Já foi assinalado que a violência, companheira do homem na vida terrena, assumiu modernamente duas novas características: intensidade maior e instrumento de universal luta política... É tão avassalador que preocupa os governantes, juristas, os líderes políticos e religiosos, os sociólogos e patologistas sociais, enfim a todos os que têm uma parcela de responsabilidade na vida pública...” (Ib. Grifos nossos).

Entrando na conceituação da violência, preleciona que ela “é o emprego da força contra a pessoa ou coisa”; ressaltando que “a pedra-de-toque... no exame da violência em si reside na injustiça do uso da força. Com este critério, poder-se-á tranquilamente, porém sem generalizar, reconhecer a ‘violência institucionalizada, a chamada violência das estruturas sociais, políticas e econômicas’ (Ib. Grifos nossos).

Abordando o problema da falência do sistema carcerário e penitenciário brasileiro e suas repercussões no problema do egresso, enfatiza: “É um círculo vicioso: ante a ineficiência do Sistema Penitenciário Brasileiro, o homem condenado e preso deixa, por consequência, vários outros problemas — que se proliferam diuturnamente... Os amargos frutos e a variedade de sofrimentos decorrentes, atingem o presidiário em sua dignidade. E é por isso que a sociedade passa a sofrer as consequências, destacando-se, dentre outras, os casos de reincidência que aumentam assustadoramente, notadamente no que tange à delinquência juvenil” (Ib. Grifos nossos).

Entrando no agudo problema da Casa de Detenção de São Paulo, informa: “É necessário que se saiba que a casa de detenção de São Paulo tem capacidade para 2.200 homens. Todavia, segrega, hoje, 4.531 como excedentes, visto que a população carcerária atual é de 6.731... A superpopulação da casa de detenção de São Paulo, desprovida de celas individuais — garantia e preservação dos detentos passíveis de recuperação — tem favorecido o deplorável contato daqueles ou daquele que simplesmente deliquiu ocasionalmente, com criminosos de alta periculosidade; na mais abjeta promiscuidade... A superpopulação acarreta outros problemas e perigos. Impede a administração de exercer uma fiscalização mais efetiva sobre os detentos... O mesmo drama ocorre nas Cadeias Públicas da periferia... e das principais cidades do interior do Estado”.

“Na década de 1960, a violência dos delitos contra o patrimônio representava não mais do que 10% do total, porém hoje alcança a espantosa cifra de 38, dado extremamente alarmante e significativo...” “Os egressos dos estabelecimentos penais superlotados, como os egressos da FEBEM — os delinquentes juvenis — na sua quase totalidade, passam a ser os agentes dos delitos...”

“Importa que se diga que os autores da violência são sempre os mesmos, num círculo vicioso desanimador. Começam quando menores, praticando crimes que outrora somente delinquentes adultos perpetravam. Galgando a maioridade, tais menores, antes recolhidos na

FEBEM, depois na Casa de Detenção ou Cadeias Públicas superlotadas, agora criminosos habituais e profissionais, passam a ocupar o problema número um e prioritário da moderna criminologia”.

Em liberdade, a maioria deles pelas falhas da repressão, encarcerados inadequadamente ou de forma subumana, ... tais criminosos, agora adultos, se “doutoram” em tais “universidades do crime”, aumentando, substancialmente, os delitos de maior gravidade... O Revoltante, em tudo isso é que um número reduzido de menores, não mais que uma centena, em todo o Estado de São Paulo, apresenta deformidade mais acentuada de personalidade, quando pela primeira vez recolhidos na FEBEM e onde nada lhes é ministrado em termos de reabilitação, desencadeia, fatal e aceleradamente, o seu encontro com a violência...”

“Até então São Paulo está desprovido de um só estabelecimento especializado para tratamento do Menor infrator... Na faixa dos 13 aos 25 anos se concentram os mais temíveis delinquentes, por vezes multirreincidentes, os quais agem sob o efeito de tóxicos, para justificarem, como dizem, “para criar coragem”. Neste tipo de ser já inexistente qualquer tipo de sensibilidade moral e afetiva, estando ele impregnado do ódio que se faz presente... Começa a avultar na Capital de São Paulo a onda de assaltos e homicídios com o aparecimento dos travestis.”

Na análise da Etiologia da Violência, afirma o conferencista que fatores diversos influem no aumento desse fenômeno social.

“Quanto aos crimes comuns de violência (inclusive contra a liberdade sexual, as “curras”), os fatores são os apontados pela Criminologia: maior número de desajustados, miséria — o esvaziamento rural, os fluxos migratórios desordenados, o crescimento urbano desorganizado, o subemprego e o desemprego, as desigualdades econômico-sociais — menores abandonados — educação deficiente — drogas — prostituição — falta de afeto — pequeno relacionamento entre as pessoas — famílias desfeitas — abandono da religião — hereditariedade de pais alcoólatras, toxicômanos, frente às condições adversas da sociedade consumista e hedonista em que vivemos.”

“O Estado tem sido impotente ou incompetente no solucionar o problema dos menores abandonados ou carenciados, de onde se origina o grande número dos assaltantes, dos criminosos, inclusive dos violentos. Quadrilhas hoje atuando em São Paulo deixaram os reformatórios da FEBEM...”

Cita o Juiz de Menores Dr. Eduardo de Oliveira Cruz, quando informa: “Segundo as observações e perquisas feitas em todos os países cultos, principalmente na América do Norte, não há dúvida de que tudo confirma a verdade seguinte: “Os profissionais do crime iniciam a sua carreira muito cedo, na infância ou numa mocidade precoce” (Ib. Grifos nossos).

Transcreve, a seguir, considerações de Roberto Gache (“Tudo pelos Menores”, Pág. 76, 1943), que diz: “A delinquência de um dado centro não é senão sua infância pervertida, evolucionada. Os casos em que a herança ou o meio fazem do adulto um malfetor são menos numerosos. O adulto é matéria formada, e muito difícil é que fatores alheios a essa formação apareçam um dia, conduzindo-o a maus caminhos”.

“Examinemos, porém, os antecedentes dos delinquentes adultos e verificaremos que eles, na maioria, — cresceram em um meio familiar depravado, abandonados por seus pais, entregues a ocupações ambulantes impróprias de sua idade, ou influenciados pelo exemplo desmoralizador do alcoolismo, da prostituição ou da mendicância. Dessa forma, o problema se resolve no setor infantil. Pouca missão ficará à ciência antropológico-criminal, à ciência penitenciária e à sociologia criminal, no dia em que, sistematizada a ação social, em forma de uma perfeita e completa prevenção da corrupção infantil, todos os elementos se evolucionem normalmente, criando à sua vez, na normalidade, os meios familiares das ulteriores gerações” (Ib. Grifos nossos).

Estigmatizando o dinheiro encarado como “abre-te Sésamo” da vida, destaca o conferencista: “Não se pode enfrentar o problema por um só lado, com parcialidade,

pois é o “abre-te Sésamo”, meio mágico que quase tudo alcança em nosso aumento de criminalidade. O prazer, o gozo, o conforto são erigidos em alvos, objetivos da vida humana; para tanto, o dinheiro tem suma importância, pois é o “abre-te Sésamo”, meio mágico que quase tudo alcança em nossa sociedade, na mentalidade comum. Isso, diariamente, apresentado pela propaganda bem feita, sugestiva e ardilosa a excitar a imaginação, a sensualidade e os hábitos, principalmente da juventude, impelindo os que não dispõem de renda a conseguir os recursos necessários pela via criminosa, através dos furtos e do assalto à mão armada”.

Reportando-se à denúncia dos representantes do chamado terceiro mundo, na Conferência da ONU sobre delinquência, realizada em Genebra em agosto de 1975, à respeito dos crimes peculiares aos economo-financeiramente poderosos e do crescimento da corrupção, diz o conferencista: “O pior criminoso é o negociante que enriquece através do suborno, das fraudes e da sonegação de impostos... Quatro anos antes, o professor Jean Pinatel, em seu célebre livro “La Société Criminogène”, já denunciava aos quatro cantos do mundo esta realidade: Hoje em dia paralelamente ao aumento da criminalidade, dita comum, há um acréscimo da criminalidade não punida, praticada pelos integrantes dos altos escalões sociais. E o delinquente comum observa: “Se os grandes infringem as leis sem serem punidos, por que não podemos também?” “...O homem sempre tende para o imediato, o que está mais perto, sente muito forte o apelo da terrenalidade... Uma situação de injustiça — e quantas as temos no mundo de hoje — tem o condão de afastar do reto caminho, da orientação, até das convicções os que não têm uma força especial, uma fe arraigada para a prática do bem. A verdadeira orientação da justiça consistirá em punir indiscriminadamente os crimes dos poderosos e os crimes comuns... A sensação de impunidade também gera o crime, porque não há senso moral”.

“A par das sugestões externas, dos apelos da “vida boa”, trabalham os tóxicos, meio de fuga à realidade e que por si sós arrastam para a violência, pela necessidade de angariar meios para satisfazer à cupidez dos traficantes. Vê-se, assim, a cupidez do tóxico nas escolas e em locais de reunião da juventude; à expansão e institucionalização do lenocínio.”

“A violência gera a violência, não resolvendo as situações de injustiça, agravando-as... contrariamente a isso, temos o amor que gera o amor”.

“Retornando, ainda, ao quadro de violência, surge um maior enrijecimento das autoridades policiais, algumas delas despreparadas para o exercício da função, utilizam-se de métodos desumanos, por vezes com requintes de perversidade.”

Sobre a missão da Polícia, observou que “...nascemos e crescemos sob a égide curiosa da alergia pela missão do policial, esquecendo-nos de que os policiais, tanto civis como militares, são gente igual a nós... De acordo com dados estatísticos fornecidos pela Polícia de São Paulo, nos últimos cinco anos cerca de 5.000 policiais foram feridos por marginais e 301 deles mortalmente, somente no efetivo da Polícia Militar... 62 policiais militares faleceram no cumprimento do dever, nos anos de 1978 e 1979. Ainda informa o comando que, no mesmo período, foram demitidos — 1.075 policiais, de acordo com os arts. 45 e 47, do Decreto-lei nº 260/70 e expulsos 142, nos termos dos arts. e decretos já citados”.

Quanto às sindicâncias instauradas para apurar irregularidades diversas na atuação da polícia, “a bem da verdade, é necessário que se diga, muitas das sindicâncias instauradas por representação fundada nos mais diversos motivos, são atendendo a requerimento de advogados, cuja finalidade ressalta evidente do propósito de obstruir a atividade da Justiça, nos processos-crimes correspondentes em andamento nas diversas Varas Criminais da Comarca da Capital, constituindo-se no que vulgarmente podemos chamar de “fogo de encontro”.

Sobre os excessos policiais contra menores infratores, adverte: “A escalada da violência tende a aumentar até limites imprevisíveis se os infratores, menores ou maio-

res, não deixarem de ser agredidos e até assassinados. E se a polícia não mudar radicalmente a sua atuação, permanecerá insolúvel o problema”.

O problema da criminalidade se escuda num tripé: a) a polícia tem que possuir mais recursos, para ser, obviamente, mais eficiente; b) a Justiça tem que receber mais recursos, para ser mais dinâmica; c) o Sistema Carcerário há que ser reformado”.

Apontando para a primazia para a prevenção ético-social da criminalidade, trouxe reflexões do Professor Herman Gorgen, da República Federal da Alemanha, segundo o qual a criminalidade, apresentando incontida progressão, “... Contradita, irretorquivelmente, àqueles que sustentam que a prosperidade material faz desaparecer o crime: Mostra-nos com estatísticas oficiais muito recente, o crescimento extraordinário da variadíssima criminalidade nessa sociedade que atingiu o mais alto grau de bem-estar na História da Alemanha. Enunciando, dentre outros fatos, que a terça parte dos jovens da presente geração se torna irremediavelmente criminosa para toda a vida, propõe ele as seguintes medidas para a prevenção desse aumento vertiginoso da criminalidade do bem-estar: 1º) É preciso proporcionar e transmitir à juventude um sistema de valores perenes e princípios fundamentais, bases da sociedade, do estado, do convívio social e da própria felicidade e segurança individual. Trata-se da tarefa mais importante em qualquer sistema educacional. 2º) A Lei também exerce uma forma normativa sobre a moral e a consciência social, isto é, de cada cidadão. Para isso, entretanto, é necessário que o ambiente da vida pública seja, de acordo com as intenções do legislador, um ambiente de justiça, de afirmação positiva dos valores definidos e afirmados pelas constituições e confissões religiosas, o que, sem se negligenciar as circunstâncias do crime, não permite seja eliminada a responsabilidade pessoal, nem que seja o crime dissolvido por uma série de condicionamentos sociológicos e psicológicos. Em última instância, é o homem o criminoso, e não a sociedade, a estrutura, a economia, a situação de miséria ou de riqueza, apesar da grande influência exercida por elas sobre o homem... Cada criminoso, ao fazer um exame de consciência, conhece perfeitamente a encruzilhada, o ponto, a situação concreta, a hora e o minuto em que tomou ele, conscientemente, o caminho do crime. 3º) A formação dos adultos, por sua vez, deve ser organizada e orientada pelo sistema de valores da sociedade e das constituições que, no mundo ocidental, professam a liberdade individual, o Estado de Direito, os direitos do homem em geral, a importância da família e do matrimônio, a educação no sentido de respeitar os direitos alheios, a proteção da juventude contra idéias e atividades amorais, o cumprimento dos compromissos assumidos perante a sociedade e finalmente, apesar de toda a liberdade de religião e da separação entre o Estado e a Igreja, a crença em um Deus todo-poderoso, cujos dez mandamentos mantêm as verdadeiras bases da felicidade humana, individual e social” (Ib., pág. 3744. Grifos nossos).

“Não se atingem as causas — juntou o conferencista — combatendo-se o efeito tão-somente. Urge, ainda que demorada e lentamente, sejam enfrentadas as causas. Sem a extirpação ou superação destas, a repressão, por si só, não fará mais que criar um suposto equilíbrio sempre pronto a desbordar no excesso” (Ib. Grifos nossos).

Ao encerrar, invoca Ranieri, segundo o qual, “não basta fazer leis, ainda que belíssimas. É indispensável que estas leis possam ser bem aplicadas. Não basta escrever que os meios de reeducação se fundamentam no trabalho, na instrução, na educação e na religião, se depois esses meios faltam na sua atuação prática. Não basta escrever que a personalidade do delinquente é afetada com a colaboração de psiquiatras, de psicólogos, de expertos em criminologia, de educadores e de assistentes sociais e ainda de outros técnicos, se depois esse numeroso pessoal altamente especializado deve ainda ser criado ou não existe em número suficiente ou não apresenta idoneidade. Não basta escrever que a atividade de reeducação e prevenção deve desenvolver-se em institutos de observação, de tratamento em pensionatos ou lares juve-

nis ou em outros institutos, se depois esses institutos também faltam ou estão ainda por construir. A violência é fato consumado. A guerra está nas ruas. É uma realidade de cada vez mais violenta, fruto de problemas sócio-econômicos e de injustiças, que todos diagnosticam, mas poucos trabalham para resolver. Não basta aspirar um futuro melhor, mais humano e fraterno, é preciso engajar-se para realizá-lo. Eis a ação que deverá efetivamente transformar o programado, o teórico, em realidade, para o acabamento do que se idealizou, afastando o quanto possível das estruturas as injustiças, gerando, assim, condições favoráveis para a perfeita realização material, espiritual e cultural do homem."

"É este o homem que deverá, como um magnífico edifício, ser construído. Para isso, *deve-se conhecê-lo perfeitamente*, sondando todos os segredos que ensejam sua origem, educando-o e atualizando todas as suas potencialidades e aperfeiçoando e desenvolvendo a sua inteira personalidade, dando-lhe, como diz Platão: "A alma e ao corpo toda a beleza e perfeição de que são susceptíveis. Eis a meta a ser atingida" (Ib. Grifos nossos).

Dando início à fase de debates, proclamamos a verificação de um ponto nodal já identificado: o problema do menor. Dissemos que ao que assistimos no Brasil, hoje, é uma espécie de concepção anárquica da sociedade... Reconhecemos que a retirada dos ombros dos meios de comunicação da responsabilidade única no aumento da criminalidade é correta, sem embargo de que essa é uma das causas que compõem o feixe de concausas geradoras da violência. Anotamos, ainda, que estamos pecando pelo excesso de diagnose. Dirigindo-nos ao Dr. Laércio Talli, perguntamos o que, na área de execuções criminais, na parte do Código de Menores, ele teria a dizer com relação à aplicação de penas em institutos correccionais a esse enorme contingente de menores propensos à violência.

Respondendo, por primeiro, o Sr. Percival de Souza objetivou que a nossa sociedade de hoje está dando mais valor ao patrimônio que à vida. Repetiu ter preferido enfocar suas duas preocupações principais em torno do sistema penitenciário. "Não sabemos nada ou quase nada sobre as pessoas que são condenadas e encaminhadas aos estabelecimentos penais..."

Criticou que se leve em conta mais o fato delituoso do que o homem enquanto tal. "... No caso dos menores — disse — precisamos ter o pessoal adequado para tratar com esses menores na sua entrada — e pode parecer estranho, mas digo isso aqui pela minha vivência —, pessoal que saiba conversar com esses menores..." Quem visitar o Pavilhão nº 9 da Casa de Detenção, que é reservado aos primários, vai verificar um número assustador de jovens de 18 a 19 anos que já estiveram internados em estabelecimentos para menores."

Sobre o problema do menor vinculado à Vara das Execuções Criminais, respondeu o Dr. Laércio Talli, pois está inteiramente a cargo do Juizado de Menores. "Inexiste um estabelecimento especializado para o atendimento do menor infrator, do menor violento. E esses menores continuam convivendo com aqueles carentes, abandonados e sem, ainda, uma deformação maior da personalidade".

Quanto aos mandados de prisão, respondeu: "... Um delinquente poderá vir a praticar até 90 delitos, como este caso e inúmeros outros — a média é 5, 12, 13. Então, os mandados, não obstante o número aparentar assim alarmante, a verdade é que a grande quantidade torna-se reduzida porque refere-se a um mesmo delinquente". Os delinquentes de maior periculosidade a polícia de São Paulo tem correspondido e os tem afastado do convívio da sociedade".

Sobre se o não-cumprimento de mandados, além das deficiências do aparelho judiciário e policial, estaria na razão direta, também, do problema da superpopulação carcerária, respondeu o Dr. Laércio Talli acreditar que não... "... Esse número de mandados decorre muitas vezes de o sentenciado ter uma posição social capaz de resguardá-lo do cumprimento, com uma fuga, mudando de domicílio ou de residência, prejudicando a localização..." (pág. 3747).

"... Há mais de 6 anos a Casa de Detenção, em virtude de sua superlotação, que ultrapassa, hoje, mais de 6 mil homens, tem sofrido, como se diz, uma sangria: o elemento que passa a ser inconveniente ou a exercer alguma liderança na Casa de Detenção, de imediato é transferido para a penitenciária..."

Referindo-se ao movimento cristão junto aos presos, iniciado em São José dos Campos, testemunhou a constatação de que "... *Pessoal Adequado e Compreensão Com o Homem Leva à Sua Readaptação*".

Leu alguns depoimentos de presos atendidos pelo Movimento. O sentenciado Deraldo Gomes Bonfim, dentre outras coisas, confessou: "Entre e saí do recolhimento provisório de menores... Primeiro veio o furto de automóvel, o tóxico, enfim o assalto".

"Enfatiza o Dr. Laércio Talli: "É tônica dos depoimentos: de menor começa com as facilidades dentro da própria casa, furtos insignificantes de bugangas, e há um crescer. Tive a oportunidade de ouvir... mais de 280 presos, pessoalmente, e, em média, 99% a história se repete" (Ib. Grifos Nossos).

Trecho do depoimento do detento Valter Escudeiro, da penitenciária do Estado: "Juizado de Menores! — que graça, grande coisa o juizado de menores... Foi ali que eu cresci, foi ali que eu aprendi a ser mau: não encontrei ali amor, só ódio, alimento vivo do crime e a pessoa como instrumento. Hoje não sei como é que está aquele juizado, mas creio que não mudou e, assim sendo, muitos virão para cá".

Trecho de uma oração composta por esse mesmo preso, tido como de alta periculosidade: "Compreensão, Senhor. Lembrei-me de Ti ao se aproximar o Dia das Mães... Fui crescendo e fui me afastando dos ensinamentos de minha mãe. Julguei-me livre e entreguei-me à vida dos prazeres terrenos, mas sinto que estou fracassando, Senhor... Fortalece minha vontade para que eu possa vencer os problemas que me perturbam a mente, embora eu esteja marcado pelas delusões de haver tentado vencer sem Ti e considerar-Ti dispensável em minha vida... Fazer com que nesta data sagrada haja um milagre do meu renascimento para o bem e para o amor..."

E insiste o Dr. Laércio Talli: "Não tenho dúvidas em afirmar que fundamentalmente, só há uma concepção, do teísta, ou mesmo agnóstico, do homem que possui os valores mencionados, a escala de valores, as normas superiores morais e sociais, religiosas, dentre as quais, a justiça, o respeito à dignidade humana, a caridade ordenada para consigo mesmo e para com o próximo, que pode superar o problema da violência. Enquanto o individualismo, o relativismo, o materialismo puro, o individualismo, o egocentrismo forem os sóis da constelação do agir e dos interesses dos homens, é muito difícil, é muito difícil mesmo encontrar o fio da meada para iniciarmos a solução do problema da delinquência... A gênese biopsíquica de qualquer estado de periculosidade se deve encontrar antes na personalidade do homem que nos elementos que influem sobre ela. Daí a necessidade, no estudo do homem, da sua personalidade, em se saber, no momento do delito, até onde ainda existe possibilidade de autodomínio, da autodisciplina..."

O ilustre Senador Bernardino Viana perguntou por que a sociedade não dá mostras de inquietação ou não assume, no momento atual, uma atitude de protesto efetivo contra a violência. Respondeu o Dr. Laércio Talli que a manifestação da sociedade está presente. "Não existe cidadão que não demonstre receio de ser vítima de crime contra o patrimônio".

Participando dos debates a ilustre Senadora Eunice Michiles destacou alguns fatos que lhe chamaram a atenção: "O primeiro, a maneira como o Dr. Renato chama a atenção para o problema da carência de Deus nas nossas vidas. É um fato pouco lembrado na maioria das exposições... De fato, sentimos que à medida que nos afastamos de Deus e nos afastamos dos princípios morais que outrora estávamos preocupados em cumprir e atender, a coisa vai ficando muito mais difícil pela inversão dos valores a ponto de se dizer que ser honesto é burrice... A desonestidade não é castigada naquele que sabe praticá-la, ele é um vivo, é inteligente, ele é premiado. É

castigada apenas naqueles menores, naqueles que não têm colarinho engomado".

"Outro fato que me chamou a atenção...: "Do número de crianças que pela primeira vez são recolhidas pela FEBEM, pouquíssimas ou pouco mais de uma centena realmente apresentam problemas de conduta... Se os que chegam ali, realmente, não têm problemas de conduta e saem com terríveis problemas de conduta, estão pagando para criar uma violência" (Ib., pág. 3748).

"Um outro fato que me pareceu muito promissor, uma idéia que poderia ser levada a uma feliz execução é do Ministério do Menor, ou Ministério da Família, ou do Ministério do Bem-Estar Social."

"...Vi com muita alegria o testemunho dos prisioneiros que, via religião, estão alcançando alguma coisa. Parece-me que aí está; talvez, a Grande Chance de, através da Religião, salvar aqueles que já chegaram ao estágio citado."

O ilustre Senador Jutahy Magalhães, dizendo ter ouvido na Comissão, por várias vezes, que a preocupação com o consumismo seria, não uma das razões da violência, mas a razão, perguntou qual o modelo econômico menos vulnerável à criminalidade e por quê. Respondendo, o Sr. Percival de Souza, após ressaltar que *A Criminalidade existe em toda parte*, mas que há sociedades mais violentas e menos violentas, disse: "para responder sucintamente a sua pergunta, diria apenas que, se em uma sociedade o crime cresce mais depressa do que ela, a falha só pode estar na sociedade..." (Ib. Grifos nossos).

Manifestou, ainda, o ilustre Senador o desejo de saber a opinião do Dr. Laércio Talli para o aperfeiçoamento do Código de Processo Penal para agilizar a ação da Justiça, respondendo o Magistrado que em relação à criminalidade não se precisa mexer na Lei, apenas "... *Que se deem condições para o cumprimento da lei... Se o Código de 1940 ainda não foi colocado em prática, vamos experimentá-lo, pelo menos*". Proclamando ser interessante entrelaçar esta consideração com os comentários da ilustre Senadora, adjuntou: "A Vara de Execuções Criminais possibilita ao Juiz, diariamente, entrar em contacto com os problemas da capital, e da Grande São Paulo. Diariamente nos é possível observar quanta gente sem amor, sem alegria; quanta miséria sem mãe, quantos pobres sem teto, mas, o mais grave de tudo isso, *quantos ricos sem paz*. Acredito que os homens que detêm o Poder Econômico, interiormente, estão tão pobres ou mais pobres do que aqueles sem os privilégios dos bens materiais" (Ib. Grifos nossos).

Indagou, por último, o ilustre Senador Jutahy Magalhães, referindo-se a dados trazidos pelo Presidente da Ordem dos Advogados de que para os criminosos de colarinho branco a percentagem é mínima em relação aos delinquentes pobres que estão nas cadeias, quais as razões que levam a essa diferenciação de tratamento, se é apenas a ação eficiente dos profissionais liberais e dos advogados, ou se a Lei tem alguma razão ou se até a polícia é responsável por isso.

Respondendo, afirmou o Dr. Laércio Talli que a polícia, assim como outros setores se encontram despreparados para reprimir determinadas espécies de delitos, e acrescentou: "... *A Polícia tem de possuir mais recursos para ser, obviamente, mais eficiente*, e chegar a ter elementos para enquadrar em inquérito os ditos crimes de delinquentes de colarinho branco" (Ib. Grifos nossos).

O Sr. Percival de Souza, em aditamento à resposta do Magistrado, enfatizou que "Se a lei que aí está fosse cumprida, muita coisa seria evitada" (Ib. Grifos nossos).

O ilustre Deputado Jairo Maltoni, perguntou ao Dr. Laércio Talli o que aconteceu após suas visitas ao Manicômio Judiciário, tendo Sua Excelência respondido que isso está narrado no livro do Dr. Percival de Souza intitulado "A Revolução dos Loucos".

Sobre se o Governo adotou alguma providência, respondeu o Magistrado que no citado livro há um Capítulo sobre isso.

Ponderando que, se nós evitarmos que o menor se transforme num marginal, estaremos nos poupando o trabalho, num futuro talvez não muito distante, de nos preocuparmos com sua recuperação, perguntou o ilustre

Deputado o, que os conferencistas achavam disso. Respondeu o Sr. Percival de Souza que realmente a prevenção é fundamental, informando, quanto ao problema do Manicômio Judiciário, que lá havia 1.200 pacientes para 4 médicos, o que significa a possibilidade de cada um ver o médico uma vez por ano, durante 15 minutos! "... Durante o ano de 1979, o Juiz das execuções criminais liberou, contra parecer psiquiátrico, cerca de 600 pacientes do Manicômio Judiciário e... Desses apenas um retornou" (Ib. Grifos nossos).

Assinalando que as instituições que existem por todo o País e que albergam menores carentes representam uma escola para o menor delinquente e que ele próprio conhece centenas de casos de menores que, deixando o seu internato, no dia seguinte já iniciam o caminho do roubo, do assalto, da maconha e de outros artigos nocivos à sociedade, perguntou o ilustre Deputado se não poderia haver um trabalho de centralização de todos esses organismos sustentados, mantidos e financiados pelo Governo.

O Sr. Percival de Souza manifestou dúvidas sobre se a solução seria a centralização ou a regionalização. Quanto às "escolas de criminalidade", mencionou as "escolas de trombadinhas", testemunhando: "... já ouvi um depoimento ao vivo, depoimento de menores até o momento de sua autuação, e que, dentro de seu universo limitado, se vê dentro de uma opção que é, ou ganhar um salário mínimo de menor, ou então ganhar, como muitos deles ganham, até mais de cem mil cruzeiros por mês, desde que saibam atuar bem em lugares como a rua Xavier de Toledo, rua José Paulino, como a rua Augusta..."

O ilustre Deputado Audálio Dantas perguntou que fatores levariam à preocupação maior com o patrimônio do que com a vida, e se isso não seria consequência do medo dos que, sendo privilegiados, temem os que foram deixados à margem.

Respondendo, disse o Sr. Percival de Souza que hoje, nas grandes cidades, todos nós da classe média estamos nos fortificando para vivermos em fortins e que, se somarmos o efetivo dos organismos particulares de segurança em São Paulo, eles são maiores do que os da Polícia Militar. Há pessoas que contratam guarda-costas para andar nas ruas; conforme o poder aquisitivo, maior ou menor é a preocupação de segurança. Informou que Belford Roxo, Município da Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, é apontado como o lugar mais violento do mundo.

O ilustre Deputado Erasmo Dias, dentro de um enfoque de prevenção, e considerando que o problema do menor é que é o ponto crucial na questão da violência, observou e sugeriu: "*o problema capital, no momento, é o atendimento dos menores na faixa de 10 a 12 anos. É preciso que se retire essa massa de circulação, carente, abandonada, delinquente ou não, durante cerca de cinco a seis anos, numa infra-estrutura patrocinada pelo Estado, num regime até quase paramilitar, dando-lhe casa, educação, assistência. Imaginamos, inclusive... A criação, no meio em que eles vivem, porque o menor tem que ser tratado no meio onde ele vive, nas cinco zonas de São Paulo, de extensas casas, ou cidades da criança, com capacidade de três, quatro, cinco mil crianças, na faixa de 10 a 12 anos, em grande alojamento, com famílias já aposentadas servindo de pai e de mãe, com escolas do SENAI a lhes dar profissionalização, com cursos de 1º e 2º graus a lhes dar educação, para que, durante seis anos no mínimo, esse potencial tenha um retorno que justifica qualquer tipo de recurso... Muito mais importante, ou talvez tão importante quanto o egresso, quanto o menor já delinquente, ou o cidadão marginal, é salvar essa faixa que está prestes a cair no precipício*" (Ib. Grifos nossos).

Exemplificou com uma instituição existente em São José do Rio Preto, a "Cidade da Criança ou Cidade do Padre Gregório", que abriga 800 menores, e que é um exemplo, um modelo que por todos deveria ser conhecido... E finalizou: "... o importante é criar essa criança no meio em que ela vive; tirar uma criança dessa e internar fora do meio em que ela vive será, realmente, empanar a realidade, e com um retorno possível ao meio de onde

surgiu, com todas as mazelas que uma cidade conhece..." (ib.).

O Dr. Laércio Talli, encerrando sua participação na Reunião, acentuou que outra coisa não fez São João Bosco senão aquilo que o ilustre Deputado Erasmo Dias advoga.

CAPÍTULO XII

Prefeito Jaime Lerner, de Curitiba

Na 10ª Reunião, realizada a 22 de maio de 1980, foram ouvidos os Prefeitos de Curitiba, Dr. Jaime Lerner; de São Paulo, Dr. Reinaldo de Barros, e do Rio de Janeiro, Dr. Israel Klabin.

O Prefeito Jaime Lerner, conceituando a violência como "... a quebra dos valores éticos que a lei costuma proteger para bem da sociedade como um todo," e levando em conta que "a grande maioria do povo brasileiro está à margem dessa sociedade e, portanto, de seus valores éticos", concluiu que "a lei deixa de ser para todos: está a serviço de uma minoria".

Alinhou diversos dados que configuram os agudos desníveis da sociedade brasileira: alta taxa de mortalidade infantil; 40 milhões sem luz; 65 milhões sem água; 32 milhões sem instalações sanitárias domésticas; 2 milhões de menores abandonados; milhões com lesões cerebrais irreversíveis provocadas por desnutrição; 75 a 80 milhões vivendo à margem, sem trabalho sistemático; concentração da propriedade das terras e das empresas; diminuição das pequenas empresas artesanais; mecanização da agricultura; com liberação de mão-de-obra não-absorvível pela indústria, que precisa incorporar avanços tecnológicos; incidência do Imposto de Renda sobre os 20 milhões que têm a sorte de trabalhar; distribuição de renda das mais concentradas do mundo, com tendência a concentrar-se ainda mais. "Diante de tanta iniquidade e de tanta injustiça — observa — é difícil concluir de que lado está a maior violência: nessa sociedade ou nos que a agridem. É claro que com isso não pretendo justificar qualquer espécie de delinquência ou comportamento anti-social, mas apenas lembrar que *a violência é um ato de falta de respeito para com valores éticos e humanos de um sistema social que, como mostram os números da realidade, não tem qualquer respeito pelos valores éticos e humanos de milhões de brasileiros... Milhares e milhares de famílias... não estão conseguindo lugar nesse barco... São marginalizadas as oportunidades de trabalho, as condições de moradia, as possibilidades de educação, de acesso à saúde, de lazer, a expectativa de um futuro melhor... Não poderia haver melhor caldo de cultura para o florescimento da descrença, do desespero, e, naturalmente, da violência. É da marginalização da sociedade que nasce o marginal da lei*".

Entrando na fase de proposição, sustentou que "... É preciso assegurar melhores condições de vida ao homem no lugar onde ele está, ou seja, em cada um dos quatro mil municípios brasileiros. Ao invés de investir imensos recursos nas grandes cidades, para tentar remediar a situação dos que já não têm remédio, esses mesmos recursos poderiam ser aplicados na origem, ou seja, nas pequenas cidades. Se encontrasse Trabalho, Educação, Saúde, nas pequenas cidades, nenhuma família iria tentar alcançar isso nas grandes metrópoles, onde o que a espera não é a vida melhor com que sonha, mas a deterioração de sua existência... "... Uma pequena injeção de recursos nos pequenos municípios, nas cidades de porte médio, se houvesse uma reformulação tributária nesse sentido, os municípios teriam condição de melhorar a sua qualidade de vida, e, aí, absorver parte da população que hoje migra para as grandes cidades... Na medida em que se confira escala humana às nossas cidades e se dê poder político ao indivíduo no seio de sua comunidade, certamente a violência encontrará menos motivos para nascer e crescer" (DCN-II 30-9-80, págs. 5132-5133. Grifos nossos).

CAPÍTULO XIII

Prefeito Reinaldo de Barros, de São Paulo

O Prefeito de São Paulo, Dr. Reinaldo de Barros, começou concordando em gênero, número e grau com a

exposição de seu antecessor, dizendo quealaria, dentro do tema da violência, do Município de São Paulo. "Dentro de meu Município se encontra hoje a maior riqueza do País, mas não deixo por menos, encontra-se, também, a maior pobreza... Dentre os 9 milhões de habitantes, 75% recebem menos do que cinco salários mínimos mensais. E grande parte dessa população, eu diria em torno de 2,5 milhões de habitantes, recebe dois ou um pouco mais de dois salários mínimos... As favelas de São Paulo estão crescendo à razão de 30% ao ano, quando no mesmo período a população do Estado, a população do Município cresce aproximadamente 4% ao ano". São Paulo hoje conta com 900 núcleos e cerca de um milhão de habitantes em favelas.

Sobre as causas que considera principais e intimamente ligadas ao problema da violência urbana, enumerou: a pobreza nacional; as desigualdades provocadas pela pobreza geral; a má distribuição de renda e seus efeitos; o enriquecimento ilícito, através de especulação fundiária, de alimentos, e de outros bens; a posição relativa, débil, das municipalidades no conjunto governamental. Informou que dentre as modalidades de morte violenta em São Paulo, os acidentes de trânsito respondem com 50%. Possuindo um milhão e oitocentos mil veículos, 50% dos existentes em todo o País, São Paulo registra 16,6% óbitos por acidentes de trânsito para cada dez mil veículos registrados no Município. Comparando com Nova Iorque, o mesmo índice para cada dez mil veículos é de 3,2%. Comparando com Chiacao, é de 2,2%. Comparando com Los Angeles, é de 2,4%. Comparando com Osaka é de 2,4%, e comparando com Tóquio é de 1,5%.

CAPÍTULO XIV

Prefeito Israel Klabin do Rio de Janeiro

O Prefeito do Rio de Janeiro, Dr. Israel Klabin, começou por ressaltar que "a violência é um aspecto permanente da conduta humana, de base instintual e é sujeita a um conjunto de fatores psicossociais e psicoculturais... Existe uma constante história. E uma relação direta com a densidade demográfica; é maior sempre nos centros urbanos" (Ib.).

"Na perspectiva das ciências sociais — afirmou — importa particularmente *levar em conta as relações entre a violência e a ordem social*... Dadas as características da ordem social e da cultura vigentes em uma dada sociedade, variam tanto os graus de violência para a preservação dessa ordem social quanto os da violência orientada para sua modificação."

"Na cidade do Rio de Janeiro — sublinhou — como em outras — é mais do que conhecido, *já é um caso patológico o fenômeno da violência*... O Rio participa das características básicas das grandes cidades brasileiras. Em particular, entretanto, o Rio, delas se distingue por duas notas. A primeira se encontra no fato de que o Rio é, entre as principais metrópoles do País, aquela em que tem havido menor expansão de oportunidades novas de emprego, relativamente a um acelerado crescimento demográfico recente... cerca de 20 milhões de pessoas migram, ou seja, emigram na década (60/70). Destes, 15% provinham de pequenas cidades e 5% de áreas rurais... A segunda nota importante sobre o Rio de Janeiro decorre de sua topografia e também de sua história: *é a de que, no rio, se verifica, mais que em qualquer outra do País, a mais estreita contiguidade e coexistência, no espaço e no tempo, de grupos sociais os mais díspares: a favela e a alta classe média*..." (Ib. Grifos nossos).

De 1965 para 1979 o número de favelas subiu de 211 para 309. "E enquanto a população não favelada do rio de Janeiro subia apenas de 10%, a população favelada subiu de 317%, ou seja, o Rio de Janeiro, hoje, são duas cidades de contexto e de patologia distintos, é a segunda maior cidade do Brasil e a terceira maior cidade do Brasil, sendo que a terceira são as favelas do Rio de Janeiro, com um total de cerca de 1 milhão e 400 mil habitantes. E estou falando apenas do Município..."

"... Observamos no Rio de Janeiro o seguinte: a) ocorrência de maior heterogeneidade social do mundo; b) que se manifesta em uma sociedade que tem, sem apreciáveis segmentações, a mesma cultura básica; e, ou seja, uma mesma perspectiva vivencial em todos os segmentos da população...; finalmente, o fato gravíssimo: c) onde se verifica uma generalizada dissolução dos valores éticos e morais tradicionais... O que se pode constatar é a existência de uma mesma cultura básica, geradora de uma visão do mundo comum a todos os estratos sociais, com aspirações básicas extremamente semelhantes" (Ib. Grifos nossos).

Comparando com o caso da Índia, salientou: "... a Índia é um mosaico de dezenas de milhares de culturas e milhares de grupos culturalmente segmentados. No caso brasileiro, isso não é verdade... Os princípios básicos da cultura ocidental hoje (estão) diluídos sobre formas existenciais distintas, fundados no legado clássico cristão da liberdade e da igualdade dos homens. Mas, esse legado é frontalmente violado pela marginalização da grande maioria da população brasileira e, sobretudo, nos contextos urbanos... Um fato extremamente grave que é a dissolução dos valores morais tradicionais reduziu ou anulou a existência de contenções internas diante de uma postura consumista. A expectativa de realização pessoal, neste mundo, libera os instintos para extrair conseqüências práticas de inaceitabilidade das disparidades sociais..." (Ib. Grifos nossos).

Afirmou que no Rio de Janeiro se pode observar o seguinte: 1º) o aumento geral da criminalidade; 2º) o aumento de menores entre os autores de atos delituosos; 3º) o aumento da proporção de criminosos egressos de instituições penais; 4º) o aumento da proporção de crimes organizados por gangs, quadrilhas, etc.; 5º) o aumento dos crimes de caráter ostensivo, cometidos à luz do dia; 6º) o aumento da perversidade com que os crimes são cometidos; 7º) o aumento dos crimes cometidos por indivíduos das classes média e alta; 8º) o aumento dos crimes relacionados com drogas. Do mesmo modo... o medo da população aumenta em ritmo mais acelerado do que os índices da criminalidade... É indiscutível a existência de uma orquestração da imprensa falada e escrita em torno do tema da violência e da criminalidade. A população carioca vai se tornando uma população amedrontada" (Ib. Grifos nossos).

"A violência e a criminalidade, no Rio de Janeiro, têm condicionantes específicos, a saber: 1º) o Rio de Janeiro é hoje uma cidade situada por uma periferia, onde mais de um milhão de pessoas vivem em condições subumanas: ... insalubridade, promiscuidade, carências básicas de serviços, transportes que são uma prévia do Inferno... 2º) o Rio de Janeiro, sobre um contínuo cultural homogêneo, tolera a contigüidade dos extremos da heterogeneidade social... 3º) as populações pobres e miseráveis, em contato com o meio urbano, perderam os freios morais inibidores que eram garantidos pela cultura tradicional..." (Ib. Grifos nossos).

Levando em conta dois tipos básicos de criminalidade, a) a criminalidade profissional (Gangs, máfias), e b) a criminalidade social, "que atinge as populações pobres e as predispõe para buscar no crime, especialmente contra a propriedade, aquilo de que precisam desesperadamente para sobreviver", entre cujos fatores principais enumera o desemprego e os baixos salários, aponta duas ordens básicas de "caminhos de solução": a) a "estrutural", que, relacionando-se com o "inaceitável grau de heterogeneidade a que chegou a sociedade brasileira", busca acelerar medidas para garantir o pleno emprego, assegurar a todos educação básica, assistência social e previdência, e tenta reduzir as diferenças sócio-econômicas entre segmentos e regiões do País, comporta quatro tipos de providências básicas: 1º) programas para melhorar a condição dos menores e de setores desvalidos, combinando oportunidades educacionais com novas oportunidades ocupacionais; 2º) programas organizados para reestimar a esperança das massas em melhores de vida e levá-las ao entendimento de que elas se beneficiarão

com uma maior integração social; 3º) programas que proporcionem novas e melhores formas de lazer para as massas, como instrumento complementar de sua integração social; 4º) medidas que acarretem pronta melhoria de transporte urbano de massa. b) a "conjuntural", dado ser indiscutível a necessidade de rever fundamentalmente os instrumentos adequados a conter a violência, com a oferta de maior garantia aos cidadãos, urgindo fazer prontamente algo de sorte a diminuir a atual pressão intolerável da violência sobre o Rio de Janeiro, prevê medidas que se destinam, basicamente, a reprimir a criminalidade profissional, sendo, genericamente falando, de ordem policial.

"É absolutamente urgente e necessário proceder-se, numa estreita e construtiva colaboração entre as autoridades federais, estaduais e municipais, a uma revisão crítica do sistema brasileiro de policiamento civil... Reforço quantitativo de nosso sistema policial... Esforço no redimensionamento geral de suas tarefas e formas de ação substancial incremento da capacidade de policiamento civil e da dimensão ostensiva desse policiamento" (Ib. Grifos nossos).

Informou estarem em fase final os estudos para a criação de um Sistema Municipal de Vigilância para a Cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de exercer vigilância nos próprios municípios, nas ruas comerciais, praças, praias e outras áreas de lazer... O que se deseja é vigilante de elite, identificado efetivamente com a comunidade e, por isso mesmo, capaz de propiciar uma relação de respeito recíproco".

Dando início à fase dos debates, o ilustre Senador Orestes Quêrcia, Presidente da Comissão, informou que no Congresso Paulista de Municípios, recentemente realizado, a Associação, através da maioria dos prefeitos presentes, aprovou a idéia de se criar uma comissão municipal de prevenção criminal.

Em nossa intervenção, salientamos, preliminarmente, que os três depoimentos ouvidos nos deixam perplexos, tal o grau de dramaticidade dos problemas e põem a nu nossa pobreza e carência de recursos que possibilitariam a solução do problema da violência que, no diagnóstico de cada um, tem origens variadas, mas cuja causa próxima é, realmente, o estado de pauperismo em que se encontra a Nação, como um todo e, especificamente, essas comunidades que passaram por um processo de inchaço e de crescimento desmesurado... Reconhecemos a dificuldade, num País democrático, de se estabelecerem regras muito rígidas de contenção das migrações, e que uma política de melhoria do nível de vida nas grandes cidades acaba sendo um fator de aliciamento das massas pobres do campo e do interior. A Reforma Tributária feita ao tempo do Presidente Castello Branco, por outro lado, se de início ensejou um alívio na situação das municipalidades, com o passar do tempo acabou por tirar dos municípios, através da escamoteação burocrática, aquilo que lhes tinha sido dado. A pobreza dos Municípios brasileiros pode, perfeitamente, ser arrolada com uma das causas desse fenômeno de inchaço urbano...

Perguntamos ao Prefeito Jaime Lerner que coteje ele poderia fazer entre melhoria dos níveis e qualidade de vida de Curitiba e criminalidade.

Quanto à reforma urbana, perguntamos aos três prefeitos o que imaginam fazer com relação ao problema da contribuição de melhoria, do lucro imobiliário e da taxação do espaço aéreo.

Aos prefeitos Reinaldo de Barros e Israel Klabin indagamos sobre alguma constatação que esteja sendo feita, em São Paulo e no Rio de Janeiro, relativamente à correlação entre a melhoria da qualidade de vida e a criminalidade.

Em resposta, o Prefeito Jaime Lerner disse que Curitiba realmente conseguiu dominar o seu crescimento e ter um bom nível de vida. Mas a preocupação é que seja acessível a todos, pois o índice de crescimento da população marginalizada, também em Curitiba, assusta. "O problema de violência pode ser menor se o morador, na ci-

dade, passa a definir as coisas a nível de sua vizinhança... Estamos procurando associar programas de nível global com programas localizados em cada vizinhança, de tal maneira que o morador organizado possa definir aquilo que seja sua prioridade. É o que tenho dito muitas vezes: o homem só respeita as coisas de que ele participa" (Ib. Grifos nossos).

Finalizando, apresentou propostas concretas. "Em relação ao problema específico do campo, uma proposta de Comunidades Urbanas, que são pequenas comunidades ao longo das estradas, pequenos bolsões que teriam condições de absorver aquele percentual de população do campo que migra por falta de condições... Reforma Tributária que possa dar mais condições aos Municípios. Modificações: ICM do combustível aos Estados e Municípios; a legislação, que possibilita a cobrança do lucro imobiliário" (Ib. Grifos nossos).

O Prefeito Reinaldo de Barros começou dizendo que o problema da migração em São Paulo diminuiu. Hoje, o que mais preocupa, ali, é o empobrecimento real da população... "O que nos preocupa hoje são os que diminuíram o "status", aqueles que moravam em casa alugada, aqueles que o salário atual não dá mais para pagar a casa de aluguel e não dá mais para comprar uma nova casa. E aí, acaba batendo com os costados numa favela... Estamos dando uma ênfase toda especial ao problema do menor. Hoje, posso dizer que há 400.000 menores soltos em São Paulo... e provavelmente sendo treinados para trombadinhas ou delinquentes, aumentando a violência urbana... A população encortada de São Paulo é bastante grande. Mas ela está estável... O que está preocupando é aquela que vive em barraco, mesmo com invasores de áreas particulares, áreas governamentais, tanto federal, estadual ou municipal, vivem em brejos, em palafitas, nas piores condições de vida possível. E cada família desta, a grande média é de 3 ou 4 crianças, vivendo num barraco. E essas crianças sem nenhuma perspectiva de atendimento... São Paulo teria que ter 2 mil creches... Outro problema sério é o que fazer com a criança de 3 a 6 anos, que é a idade em que ela entra na escola... E, por último, o problema de transporte, que, indiretamente, é um problema que envolve tudo... O Município de São Paulo ou o Poder Público teria que procurar arrumar habitação perto do local de trabalho dessa população..." (Ib. Grifos nossos).

Urgiu a premência da Reforma Tributária... "Em vez de o Prefeito ficar no seu local, no seu município, administrando, passa dois terços do tempo correndo atrás de dinheiro..."

O Prefeito Israel Klabin respondendo disse que seria muito difícil estabelecer correlação entre nível de vida e criminalidade, ainda que todos estejam de acordo com a influência das condições sociais na criminalidade. "...O que se dá em termos de interação entre nível de vida e criminalidade parece-me que deveria ser tomado, muito mais, em termos globais e altamente sofisticados — em termos de conceituação de qualidade de vida, levando em conta o futuro longínquo... O problema fundamental, a meu ver, está naquilo que falei superficialmente, na interação de uma proposta política com o Modelo Econômico" (Ib. Grifos nossos).

A ilustre Senadora Eunice Michiles, dirigindo-se ao Prefeito Jaime Lerner, disse: "Senti, na exposição de Vossa Excelência, também uma angústia que me parece presente nos três depoimentos. É a necessidade vital do fortalecimento da autonomia dos Municípios, como um elemento para evitar a migração que é, de certo modo, aquilo que alimenta as populações periféricas das grandes cidades e causa da cultura, sem nenhuma dúvida, da violência, violência essa que me parece, no Rio de Janeiro, já atingiu a níveis tais que parece mórbida... "E perguntou: "Como Vossa Excelência conseguiu esse aumento notável da área verde que, de certo modo, parece-me, assim, um elemento amenizador da violência?"

Respondendo, disse o Sr. Jaime Lerner: "...A resposta é esta: a idéia de que é possível entregar rapidamente

uma área verde à população, em 15 dias, através da desapropriação, é mais conveniente, é mais barata, do que se esperar um ou dois anos para se construir uma praça e, depois, mais 20 anos, até que essa arborização atinja a sua maturidade".

Com a palavra, o ilustre Senador Hugo Ramos disse que esta vem sendo uma Comissão Parlamentar de Inquérito de pesquisa e que já se pode verificar "uma voce", nas duas Casas do Congresso Nacional, uma crítica fundamental: Os Municípios brasileiros estão falidos. Estranhou também que se pretenda cuidar, com uma legislação idêntica, de um longínquo município do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro ou a capital do Estado de São Paulo ou outras grandes cidades do Brasil. É estabelecer uma medida uniforme para assuntos inteiramente heterogêneos. Afirmando ter sido assaltado 4 vezes e seu filho 4 vezes também, apenas tendo havido uma comunicação à polícia, ponderou: "O que ocorre, na Cidade do Rio de Janeiro, é que 80% dos assaltos não são comunicados à autoridade pela incapacidade que as mesmas têm de resolver os problemas de violência urbana. Este aspecto também é pertinente à cidade de São Paulo" (Ib. Grifos nossos).

O ilustre Senador Dirceu Cardoso afirmou: "Todos os jornais combatem os policiais. Tudo. A televisão, o rádio, tudo, em cima do policial, mas ele é que é o agente, a malha de segurança nossa, ele que nos dá tranquilidade, o sossego, o respeito a nossa casa e ao nosso lar... Portanto, uma das coisas é melhorar o aparelhamento repressor, a malha de segurança é a polícia, não é só o judiciário não, é a polícia... *Setenta por cento da criminalidade é por causa da favela, é por causa da maior número... É o aparelhamento repressor que precisa ser mais cuidado. Principalmente a polícia*, tão malsinada pelos nossos jornais, rádios e administradores, políticos, etc., mas eles é que são a primeira linha de defesa da sociedade para combater o crime, na hora em que se comete, na hora em que se pratica, na hora em que ele se desencadeia..." (Ib. Grifos nossos).

O ilustre Deputado Erasmo Dias, referindo-se ao problema da violência no trânsito, "*O grande assassino em São Paulo é o trânsito*", asseverou: "Acreditamos... que é um problema exclusivamente de educação... Educando a criança, nessa tenra idade de sete e dez anos, o que é o trânsito, o que é o sinal, como se anda nas ruas, é uma concientização que vai dar maturidade e educação a respeito do trânsito, a única solução, a nosso ver... "Enfatizou que "*O problema da violência urbana é o problema do menor... que a união baixe uma política de Segurança Nacional, dando autonomia aos Estados e aos Municípios, para que, dentro de certas normas, ela possa, realmente, baixar uma uniformidade... no Sistema Policial Brasileiro... Enquanto a União não levar a sério uma política do menor, enquanto a União não levar a sério uma política... de manutenção da ordem pública, baixando diretrizes, deixando que o Estado resolva seus problemas, vamos ficar, pelo menos nesses dois aspectos, eternamente — desculpem-me a expressão — enxugando gelo e discutindo o sexo dos anjos...*" (Ib. Grifos nossos).

O prefeito Israel Klabin, respondendo, esclareceu: "A minha proposta, de uma certa maneira, seria *fazer com que a comunidade, ela própria, pagasse pelos seus serviços*, sob a supervisão do Governo é interado juridicamente, em todos os níveis possíveis, com os Estados e com a União" (Ib. Grifos nossos).

O prefeito Jaime Lerner, dizendo discordar das colocações dos ilustres Senadores Dirceu Cardoso e Hugo Ramos, sublinhou que no Brasil se deu importância demasiada ao automóvel, que é apenas um dos elementos da cidade, bem como a educação para o trânsito, que lhe é correlata. "*Resolver bem uma cidade economiza às vezes mais combustível do que uma simples troca de combustível...*" Não estou dizendo que nenhuma das medidas levantadas aqui no sentido de melhorar as condições de policiamento deva ser abandonada, pelo contrário. Mas... *O fato de nós colocarmos aqui o diagnóstico das*

causas significa que estamos chegando perto do problema e tentando modificar..." (Ib. Grifos nossos).

O ilustre Deputado Erasmo Dias, em nova intervenção, dentre outras considerações, reafirmou que "*... A própria ação da Justiça, não punindo aqueles que participam do processo, praticando homicídios dolosa ou culposamente, faz com que a impunidade seja um fator gerador do acréscimo nesse tipo de crime...*" (Ib. Grifos nossos).

O prefeito Reinaldo de Barros, secundando tese do ilustre Deputado Erasmo Dias acerca da importância da educação para o trânsito, testemunhou: "*... toda vez que uma campanha é feita em São Paulo, o índice de acidentes tende a diminuir*" (Ib. Grifos nossos).

O ilustre Deputado Daniel Silva, concordando com o Prefeito de São Paulo, admitiu que o problema maior será realmente na educação da nossa juventude e das nossas crianças, que serão o futuro de amanhã. Realçou a expressão do prefeito Jaime Lerner no sentido de que "*a marginalização deve ter prioridade sobre os marginais*." "*E o favelado — destacou — já começa marginal no berço. Cada favelado que nasce já é um marginal, porque o pai dele, como disse o Prefeito, vai formar um barraco clandestinamente. E ele está num terreno ilegal, ele é um invasor. Então, a criança já nasce como um marginal. O problema é complexo... não é só combater a violência, mas combater a causa da violência, combater a marginalização mais do que os próprios marginais*" (Ib. Grifos nossos).

O ilustre Deputado Péricles Gonçalves asseverou: "*... A experiência nos impulsiona a dizer que A incidência criminal tem as suas raízes no problema Sócio-econômico. Mas não é menos verdade que a violência, a incidência criminal, no País, tem suas raízes também profundas numa Legislação caduca, capenga e antiquada*" (Ib. Grifos nossos).

Após receber os elogios do ilustre Deputado Miro Teixeira no sentido de que soube ordenar o crescimento da Cidade do Rio de Janeiro, o prefeito Israel Klabin, encerrando sua participação, frisou que "*a frustração diária do homem que se dedica diretamente a sua comunidade, dentro do modelo político e econômico que nós vivemos, é total*".

Na 11.ª Reunião, realizada a 10 de junho de 1980, foram ouvidos os senhores Dr. René Ariel Dotti, criminalista da Capital do Paraná, e Dr. José Tavares da Silva Neto, Deputado Estadual no Paraná.

CAPÍTULO XV

Dr. José Tavares da Silva Neto

O ilustre Deputado Estadual pelo Paraná, Dr. José Tavares, inicialmente, afirmou: "Indiscutivelmente, o modelo econômico, a concentração de rendas nas mãos de poucos, em detrimento de toda a população que vive marginalizada, é, sem dúvida, o reflexo de um regime capitalista monopolista implantado no País. Isto é também reflexo da implantação, em nosso País, desse capital espoliativo representado pelas multinacionais" (DCN—II 5-9-80. pág. 4 233).

Arrolou os seguintes fatores como responsáveis pelo aumento da criminalidade: "*a) Marginalização por que passa grande parte da população que vive no campo; b) Injustiças sociais e trabalhistas; c) Falta de assistência Médica e Odontológica; d) Falta ou a grande precariedade do Ensino do 1º grau; e) Mecanização e prevalência da máquina sobre o homem; f) Substituição de Culturas que dependem de mão-de-obra por outras que não dependem; g) Erradicação de cafeeiros, especialmente, nas regiões onde essa cultura sempre predominou...*" (Ib. Grifos nossos).

"Em decorrência desses fatores ocorre o *Desordenado crescimento demográfico*, que é, em última análise, responsável pelo aumento do desemprego, diante do diminuído mercado de trabalho, o que, por sua vez, leva o homem a delinquir para sobreviver. A crescente-se a isso, a *precária e injusta distribuição de renda* que hoje se processa no País" (Ib. Grifos nossos).

Trouxe à colação alguns dados do IBGE: "...Somente em S. Paulo, a percentagem de analfabetos chegou a aumentar entre 1977 e 1978 de 16,9% para 17,5%;... a parcela economicamente ativa, de São Paulo, que ganhava menos de um salário mínimo elevou-se, no mesmo período, de 22,9% para 23,9%, perfazendo mais de dois milhões e quinhentas mil pessoas, enquanto decrescia a população dos que recebiam mais de 5 salários mínimos, numa percentagem de 18,5% para 17,9%... Isso tudo sem contar os milhões de paulistas sem qualquer rendimento que atingiria hoje 39% da população de mais de dez anos, que não têm nem carteira de trabalho, o que daria uma percentagem de 28,7% dos empregados, em cujas casas não há água, correspondeu um milhão e duzentos mil domicílios, correspondendo a dois milhões e quinhentos mil domicílios, numa porcentagem de 48% do total da população; nem luz elétrica, numa população de 300 mil domicílios, numa porcentagem de 7% do total da população".

Invocando sua experiência de ex-Delegado de Polícia, passou a referir os fatores que entende mais relacionados com o aumento da criminalidade.

Arrolou, primeiro, o PROBLEMA DO MENOR. O menor "... se encontra total e definitivamente desassistido. A DELIQUÊNCIA JUVENIL, com bastante incidência no quadro negro de violência urbana, é um problema que há muito vem preocupando os pais, educadores, autoridades e especialistas, não somente no Brasil, mas de todos os países em desenvolvimento... Nunca é demais lembrar que a *delinquência juvenil começa a parecer no meio familiar*, manifestando reações violentas e muitas vezes agressivas entre pais e irmãos... Infelizmente, os órgãos governamentais encarregados de prevenir, reeducar, recuperar os menores delinquentes, nada ou quase nada têm feito nesse sentido. O que temos assistido é exatamente o contrário. *A maioria de menores delinquentes, reincidentes, são oriundos desses institutos. Exemplos típicos: FEBEM E FUNABEM...* As condições estruturais, tais como pessoal despreparado e até com vínculos com menores delinquentes (recolhidos a esses órgãos de custódia e tratamento) têm contribuído em muito para a reincidência juvenil em nosso País..." (Ib. Grifos nossos).

Abordou, depois, o problema do tóxico: "A inoperância da polícia, inclusive a da polícia federal, contribuiu indiscutivelmente para, através dele (do seu uso), o crescente aumento da violência urbana em nosso País... Os delitos sexuais, via de regra, são praticados por indivíduos sob efeito de substâncias entorpecentes..." (Ib.).

Citou dados estatísticos para comprovar a pouca eficiência da polícia no combate a essa e a outras modalidades de crimes, no Paraná.

"Pior que um câncer é ter um filho jovem, saudável altamente dependente, física e psicologicamente, desse mal que corrói, que destrói a juventude brasileira. Infelizmente confesso que não tenho visto, durante minha carreira nem após ela, nada que tenha sido feito para que se possa extirpar, uma vez por todas, do seio da população brasileira, este mal que preocupa a todos nós..."

"O crime organizado é outro assunto que alcançou grandes proporções aqui no Brasil..."

Denunciou o *alto índice de corrupção dentro do organismo policial*, dizendo ter sido ele, aliado a interesses políticos escusos, a causa de sua saída da polícia do Paraná. "Isso no Paraná ocorreu, ocorre e continua ocorrendo com maior incidência, a *participação de policiais em quadrilhas, em cometimentos delituosos*. E, na maioria das vezes, policiais, quando são punidos, não vão para a cadeia" (Ib. Grifos nossos).

"Cidade onde autoridade policial e seus agentes combatem o crime como devem, os seus índices diminuem sensivelmente... a causa da violência e da criminalidade não reside tão somente na inoperância, na ineficiência, na conivência, na corrupção policial, mas estas, sem dúvida, contribuem, e muito, para o aumento desses fatores criminosos do País... Onde o policial é imbuído dos melhores

propósitos, onde a ele é dado o direito de cumprir a lei, indiscutivelmente, os índices de criminalidade diminuem sensivelmente. Isto pode ver na prática. Os marginais — esse é um dado interessante — respeitam as autoridades eficientes e honestas... Eles não respeitam muito são as autoridades com as quais eles mantêm vínculos imorais e desonestos... Tendo dinheiro, o indivíduo recebe a proteção da polícia e da Justiça Criminal..." (Ib. Grifos nossos).

"A exploração livre e pública de determinados atos anti-sociais tais como o jogo-do-bicho e a exploração de lenocínio, também são causas geradoras da criminalidade... Normalmente os banqueiros do jogo-do-bicho, os traficantes de entorpecentes — que nunca usam a droga, mas usam sempre os jovens — esses homens, em razão de seu poderio econômico, normalmente procuram relacionar-se com as autoridades... para terem delas a sua proteção".

Citando entrevista sua dada à "Folha de Londrina", sobre a corrupção policial, e que passou a nossas mãos, denunciou o conferencista: "... Verdadeiras fortunas têm sido edificadas por policiais, notadamente delegados".

Afirmou que, em razão do modelo econômico vigente, predominam no País os delitos patrimoniais, cometidos, segundo ele, em razão do desemprego, da miséria, da fome. "Se a autoridade policial é honesta... e se investe, não violentamente, não arbitrariamente, mas cumprindo a Lei, porque a Lei Penal em si já é rigorosa, o índice de criminalidade numa região tende a desaparecer" (Ib. Grifos nossos). E citou, para ilustrar, sua experiência pessoal no Município paranaense de Arapongas, onde conseguiu a extirpação do jogo-do-bicho, apesar do conluio dos poderosos que o defendiam.

"Não é só a miséria, não é só o modelo econômico que são causas significativas para esse aumento. Indiscutivelmente são as causas maiores, mas as causas secundárias estão aí: acobertamento por parte de pessoas que ocupam momentaneamente cargos de influência, removendo, a seu talento, policiais honestos... imbuídos dos melhores propósitos. Estes nunca têm valor, só porque não fazem o jogo dos detentores do poder" (b.).

"Sintetizando, e o que é mais lamentável é que as autoridades responsáveis pela extirpação desse verdadeiro câncer, e que chamo de corrupção policial, dentro da administração pública, em todos os níveis, não só na justiça criminal ou polícia judiciária, nada têm feito" (Ib. Grifos nossos).

"Morosidade da justiça. Este, também, é um fator que contribui para o aumento da criminalidade... A justiça brasileira, da forma como caminha, a passos de tartaruga, é, indiscutivelmente, uma dentre as várias causas geradoras da violência e da criminalidade em nosso País..." (Ib. Grifos nossos).

Como medidas a curto prazo para agilizar os julgamentos, mencionou: "modificação da lei orgânica da magistratura... porque não foram apresentadas alternativas para os entraves que emperram a "máquina judiciária" na primeira instância... Não se cuidou da base que necessita de melhores condições materiais, servidores competentes e com mais elevada remuneração, e que não pode prescindir de juízes independentes e de promotores de justiça mais atuantes. A referida lei serviu também para tumultuar a vida jurídica nacional, gerando-se na população a desconfiança no Judiciário... A nossa Legislação Penal e Processual é, indiscutivelmente, altamente contributiva para o aumento da criminalidade. Os Códigos Penal e Processual Penal datam de 1940. É época, a realidade era outra... as leis de imprensa e segurança nacional... também contribuem, porque só geram violência" (Ib. Grifos nossos).

"Inoperância, incompetência e omissão da polícia judiciária... são fatores... que contribuem, e muito, para o aumento da violência criminal em nosso País... É muito comum falar-se, hoje, em crimes insolúveis. Isto, para mim, sempre foi sinônimo de inoperância... Muitas vezes cri-

mes não são esclarecidos por falta de recursos materiais" (Ib. Grifos nossos).

"Baixa remuneração da polícia também exerce uma grande influência no crescimento da violência urbana, decorrente, é claro, da própria atividade que desenvolve..." (Ib. Grifos nossos).

"... O comando político é o maior inimigo da sociedade, principalmente em dois setores vitais da administração pública: segurança e educação... É muito grande a influência que numa cidade pequena exerce o delegado a favor de um determinado detentor do mando político. Por isso é que os deputados gostam de ter o comando político" (Ib. Grifos nossos).

O ilustre Senador Leite Chaves, congratulando-se com a convocação do conferencista, admitiu que poderia estar havendo algum entusiasmo no que diz respeito a conceitos, mas que a exposição valia sobretudo pelos fatos.

Abordando o problema da violência policial, ressaltou o conferencista que "ela ocorre tão-somente contra os envolvidos (presos e detidos) que não tenham nenhuma representatividade... Contra os ricos, contra os poderosos, o tratamento é completamente diferente... E aos outros, àqueles que não têm nenhuma representatividade, resta-lhes, e tão-somente, o rigor da lei, às vezes, a violência policial" (Ib.).

"A desunião entre as polícias civil e militar — É outro assunto muito sério... Se o delegado diz para um policial militar: olhe, você vai levar... Não, não posso fazer, porque o senhor não é meu superior, só posso fazer se o comandante der ordem... É muito oportuna esta hora para que na reformulação e reorganização policial se acolha a afirmação maior de que a polícia necessária é obrigatoriamente a polícia civil, que é a polícia judiciária... Devem se adequar... As polícias em benefício da causa maior, que é o combate à violência e a criminalidade".

"Os meios de comunicação. A televisão, no meu entendimento, discordando de muitos, contribui para a violência... A televisão contribui, sim, para o aumento da criminalidade. Ela desperta em milhares de pessoas, que às vezes não têm o que comer, mas têm um televisor, ou na casa do vizinho, falam: olha lá, um negócio bom de eu faturar um dinheiro aí... Não há dúvida que a televisão desperta, sim, interesse à criminalidade..." (Ib. Grifos nossos).

"O sistema penitenciário... Existem no Paraná as Cadeias e as Penitenciárias Públicas e as considero verdadeiros cemitérios de gente viva... As Cadeias Públicas sem as menores condições de higiene e alimentação, nas condições mais subumanas possíveis... A superpopulação carcerária. A superpopulação carcerária e não separação de presos por modalidades delituosas, inclusive a presença de menores nesse meio, constituem um dos maiores crimes que o próprio Governo comete contra os seres humanos ali recolhidos. Como forma de pelo menos minimizar esse gravíssimo problema, é entregar a direção desses estabelecimentos a pessoal especializado... 99,99% — isso em termos de Paraná — das pessoas recolhidas ao cárcere é composta de pessoas pobres e miseráveis" (Ib. Grifos nossos).

Finalizando, deu sua visão política do problema: "A causa de tudo o que acabo de afirmar reside na falta de legitimidade do poder implantado no País... A aplicação autoritária da doutrina de segurança nacional... tem apenas gerado o reforço da autoridade... A política econômica, posta em prática nos últimos anos, exacerbou as notórias desigualdades regionais, setoriais e de classe... Vejo... o Poder institucional implantado neste País, indiscutivelmente, a causa primeira, ou seja, o grande responsável pela difícil situação por que passa a Nação, inclusive no campo da violência urbana, que nada mais é que o reflexo da ilegitimidade do Poder" (Ib. Grifos nossos).

CAPÍTULO XVI

Dr. René Ariel Dotti

O Dr. René Ariel Dotti, começando por lembrar o universal fracasso das penas privativas da liberdade,

alertou: "...o nosso País deve marchar com a preocupação de analisar a violência e a criminalidade não como fenômeno de uma epidemia, a justificar uma terapia de choques, mas como um fenômeno endêmico, de maneira a proporcionar estudos de caráter especializado e permanente... A instituição em caráter obrigatório da criminologia, nos cursos de direito e de sociologia, seria... uma das propostas concretas..." (DCN-II 05/09/80, pág. 4239. Grifos nossos).

"A violência e a criminalidade são fenômenos complexos que não têm, evidentemente, uma causa ou fator uniforme, e que, a exemplo do que ocorre nos Congressos Internacionais de Direito e Criminologia, há necessidade de que se movimentem diversas frentes para o combate à violência e à criminalidade, desde os meios necessários à implantação de uma educação efetiva, de medidas de natureza econômico-social e política, até os meios considerados de tratamento formal do problema" (Ib. Grifos nossos).

"Parece-me, então, extremamente importante que se promova, que se estimule, através das Universidades, o estudo das causas, dos fatores e das condições da criminalidade, e que tenhamos, nas faculdades de direito, nas faculdades de sociologia, e de psicologia também, a oportunidade de um contato direto com o nosso objeto de estudo... É importante, dentro dessa perspectiva, a criação de um instituto nacional de criminologia..."

Declarando achar importante que a abordagem do problema não se faça a nível meramente formal, apresentou as proposições que ofereceu ao Grupo de Trabalho instituído pelo então Ministro da Justiça Petrônio Portella, sob o título de "Da qualidade de Vida e do Meio Ambiente":

"Proposição nº 1: ... Planificação familiar e humanização das cidades... Proposição nº 2: ... Estimular a fixação do homem no meio rural... mediante: ... uma política... de estabilizar o fluxo de habitantes nas cidades e a dispersão ordenada... reestruturar a vida e o sentido dos bairros... encorajar os habitantes a personalizarem o seu bairro... descentralizar certos equipamentos gerais... estimular a vida associativa... fazer da cidade um ponto de encontro... reabilitar as ruas e praças... favorecer a extensão da zona para pedestres... evitar sistematicamente o gigantismo em todos os estabelecimentos dos poderes públicos... fomentar a ocupação racional dos vastos espaços despovoados do território nacional... Proposição nº 3: A proteção dos direitos humanos, econômicos, sociais, políticos, culturais, deve merecer o empenho permanente do Governo... Proposição nº 4: Para melhor defesa dos direitos... não apenas declará-los formalmente como também alertar que... serão interpretados de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os tratados e acordos... Proposição nº 5: A proteção efetiva e ordenada do consumidor deve ser incluída no capítulo dos direitos e garantias individuais descritos na Constituição... São inafastáveis e urgentes as seguintes medidas: a) consolidar extensa legislação que trata do assunto... b) revisão das sanções penais... c) especialização de juízes e tribunais... d) instituição do rito sumário... e) maior estímulo às associações de defesa do consumidor... Proposição nº 6: A qualidade de vida e o meio ambiente constituem os velhos e os novos fatores de violência e criminalidade. Uma grande variedade de delitos contra a pessoa pode ser evitada com a harmonia entre o Homem e a Natureza. Para tanto... a) resguardo em nível constitucional do direito à boa qualidade de vida e a um meio ambiente sadio... b) elaboração de legislação autônoma, contendo, entre outras normas, sanções administrativas, fiscais, civis e penais para os predadores do meio ambiente..." (Ib. Grifos nossos).

"...As reformas propostas nos modelos do Código de Processo Penal não podem... se fazer de maneira globalizada... devem ser introduzidas através de setores... O nosso Código Penal... poderia, desde logo, criminalizar determinados comportamentos que ofendem gravemente a segurança individual e coletiva e que, na atualidade, estão sendo tratados como simples contravenções penais... O

porte ilegal de armas ou depósito de armas constituem modalidades de infrações perigosas à vida e à integridade corporal, que mereciam, desde logo, a criminalização... Que os arts. 130 e 131 do Código Penal vigente (perigo de contágio venéreo e perigo de contágio de moléstia grave) sejam suprimidos, para que, em seu lugar, se criminalizem esses comportamentos dos arts. 18 e 19 da Lei das Contravenções Penais..." (Ib. Grifos nossos).

Advogou o *Aprimoramento da Justiça Criminal*. "A chamada prisão cautelar foi recomendada pelo Grupo de Trabalho para atacar determinada criminalidade gravíssima, consistente no roubo qualificado, na extorsão qualificada, na extorsão mediante seqüestro, no estupro, no atentado violento ao pudor e no rapto violento, além do tráfico de tóxico..." (Ib. Grifos nossos).

"Não temos, isto é muito comum nas grandes Capitais, em determinado horário da noite, a prestação jurisdicional contínua... que numa eventual reforma da Lei Orgânica da Magistratura se instituísssem Juizados de Plantão Permanente" (Ib. Grifos nossos).

"Que se instituíam os sistemas de estagiários nas delegacias de polícia, nos juizados criminais, nos juizados de família... O ideal seria que se instituisse legalmente, em nível de estágio, em caráter obrigatório, a participação de estudantes de quarto e quinto anos... A prática de estágios, inclusive, seria um dos meios de contenção da própria corrupção policial nas delegacias".

"Parece-me falível... essa dupla frente de instrução: a instrução policial e a instrução criminal... O Ministério Público, como *dominus litis* nos crimes de ação pública, deveria ter, em nosso entendimento, a titularidade não só do exercício da ação penal, como a capacidade legal para requisitar, permanentemente, da autoridade policial os meios de prova necessários para a formação de seu convencimento e à instauração da ação penal..." (Ib. Grifos nossos).

"A especialização da Magistratura... seria uma das metas importantes..."

"... Maior agilização da Justiça Criminal... instituindo-se que o Procedimento sumário deve ter efetivamente o caráter sumário, vedado às partes o recurso dos memoriais, e vedado também, consequentemente, ao juiz o recurso ao prazo para a redação de sua sentença..."

"Um dos aspectos gravíssimos da violência consiste no alarmante índice da criminalidade do trânsito... Além, portanto, de uma *Legislação Específica que combata essa grave síndrome da violência no trânsito*, é preciso, como proposta imediata, em nosso entendimento, a *revogação da malsinada Lei nº 4.611* (que instituiu a fase judicial, na polícia, para certos crimes culposos). É óbvio que o combate à problemática da violência no trânsito não pode ser promovido através da frente penal tão-somente, mas de medidas de caráter preventivo, que envolvam a preocupação da família, a preocupação das escolas, a preocupação dos clubes de serviço... A criminalidade é a violência, sendo extratos da comunidade, são problemas da comunidade e que devem ser abordados pela comunidade e que devem ser abordados pela comunidade e que não são apenas problemas do Governo e resolvidos através do Governo..." (Ib. Grifos nossos).

"Também é necessária a elaboração de um Código de Execuções Penais. Um Código de Execuções Penais se constituiria no Estatuto da Pessoa Presa e viria, então, suprir esse hiato de legalidade que existe entre os momentos dramáticos da aplicação e da execução da pena, regulando não apenas os direitos, como também os deveres da pessoa presa... É evidente que a pena privativa da liberdade, com as penas em geral, têm um caráter aflitivo que não desaparece, posto que a pena é, e deverá ser, como tal, sofrimento, enquanto o homem praticar uma infração que mereça esse tipo de reação..."

Frisou, concluindo, ser fundamental que o preso não seja peso morto para a sociedade e para o Estado.

Dando início aos debates, enfatizamos: "De tal modo o problema da violência angustia a sociedade brasileira que desde o primeiro momento se fez um esforço de arti-

culação parlamentar, sob o comando do Senador Orestes Quêrcia, no sentido de não permitir de forma alguma, que o problema da violência, de tão fundas raízes, de tão complicadas indagações, resvasse para o terreno político-partidário, ideológico, muitas vezes, até conjuntural, de somenos importância".

Lamentamos que o primeiro dos conferencistas resvasse para esse terreno.

Em seguida, frisamos achar da maior importância algumas das colocações do Dr. Ariel Dotti, como a proposta da *inscrição, no corpo da Constituição, da proteção ao meio ambiente*, "em relação" ao qual se perpetraram uma das maiores e mais dramáticas formas de violência no mundo moderno. Reconhecemos, também, que *as prisões brasileiras se constituem, por força de uma estrutura deficiente e deformada, nas maiores escolas de violência, talvez, em nosso País*.

Indagamos-lhe se ele continua achando que é necessário, nos casos de tóxicos e de atentados violentos ao pudor, a adoção da prisão cautelar.

"... Na atualidade, respondeu o Dr. René Dotti, um assaltante de banco ou o autor de um seqüestro, se for processado segundo os termos do Código penal, receberá uma intimidação policial para comparecer à autoridade e ser interrogado, qualificado ou pregressado com prazo suficiente para evasão... Confesso que não teria nenhuma dúvida em substituir essa proposta, a partir do momento em que sentisse haver prestação jurisdicional mais intensa e que a qualquer hora do dia ou da noite tivéssemos o Judiciário aberto para as medidas em defesa da liberdade e da segurança social. *Teremos que ter a coragem de insistir na necessidade de fazer com que a magistratura seja diuturna*, para obviar esses inconvenientes. Na falta dessa fórmula e diante do reconhecimento de que a prisão para averiguações, embora tolerada, é uma prisão criminosa, eu manteria a proposta da prisão cautelar..." (Ib. Grifos nossos).

Assinalando que o problema do juizado em plantão permanente difere um pouco do juizado de instrução, perguntamos qual mecanismo poderia dar grande celeridade à justiça.

Respondeu o Dr. Dotti que haveria o exame de medidas urgentes, uma espécie de pronto-socorro judicial.

Confirmou ele, também, a proposta de utilização de estagiários acadêmicos, nesses plantões, bem como de juizes em início de carreira.

Perguntamos se a eliminação da instrução criminal na polícia não seria outro fator de aceleração dos julgamentos.

Respondeu o Dr. Ariel Dotti que a requisição de provas urgentes deve ficar com a autoridade policial, mas a colheita de elementos mais sensíveis, como a reprodução de depoimentos, a cargo da autoridade judiciária.

Perguntamos-lhe se a permanência do criminoso solto, depois de pronunciado, como ensaja a Lei Fleury, não seria outro fator de desmoralização do Júri e da Justiça em geral perante a opinião pública do País, respondendo o Dr. Ariel Dotti que, atualmente, o réu é julgado pelo Júri quando ele quer, e que após o trânsito em julgado da sentença de pronúncia é que se poderia tornar executável o mandado de prisão, e que a presunção de inocência deveria ceder diante de duas evidências: o trânsito em julgado da sentença de pronúncia e o trânsito em julgado da sentença de condenação.

Perguntamos se, no caso de legislação complementar pelos Estados, adotaria o conferencista, quanto ao Código de Processo Penal, a complementariedade ampla ou apenas restrita.

Respondeu sua Senhoria que em relação a certos atos de caráter complementar, a lei complementar pelos Estados, em País de dimensões continentais como o nosso, é viável e necessário. Apenas seria contrário a uma liberação anárquica. O esvaziamento dos presídios, ao invés da construção dos presídios, ao invés da construção dos necessários, seria desastrosa. A construção de penitenciárias regionais é uma necessidade urgente.

Quanto às nossas ressalvas sobre digressões político-partidárias e ideológicas por parte de conferencistas, o ilustre Presidente da Comissão, Senador Orestes Quêrcia, declarou: "Se entender que uma das causas da violência é exatamente a forma pela qual se administram os destinos do País, o depoente tem o direito, e até o dever, de expor sua opinião" (Ib.).

Intervindo no debate, o ilustre Senador José Richa creditou ao "modelo político autoritário", que favoreceria a impunidade, o ser uma das causas geradoras da violência, bem como a praxe do comando político.

O ilustre Senador Leite Chaves perguntou ao Dr. René Ariel Dotti se ele seria a favor ou contra a manutenção da Lei Fleury, respondendo o conferencista; "... Seria possível, talvez, compatibilizar as exigências da segurança coletiva, que estariam ameaçadas pela massificação da aplicação da Lei, e a liberdade individual, no sentido de a pessoa ser garantida livre até a sentença final da sua causa com trânsito em julgado ou até a pronúncia com trânsito em julgado, salvo — é claro — os casos de prisão preventiva que as circunstâncias estejam a exigir" (Ib.).

Referindo-se ao Anteprojeto do Código de Processo Penal, perguntou o ilustre Senador se o conferencista está a par de algumas refutões ou alterações que o Projeto retirado sofreria antes de ser novamente encaminhado ao Congresso Nacional, respondendo o Dr. Ariel Dotti que os estudos ainda estão em nível de Grupo de Trabalho no Ministério da Justiça.

Perguntou, por fim, o ilustre Senador, se, a propósito da necessidade de diminuir o ritmo das migrações, entende o conferencista que o aproveitamento das terras férteis do País, notadamente na região Oeste, num sistema de colonização, para amparar aquelas pessoas que se estão deslocando dos campos para as cidades, seria uma solução interessante, respondendo o conferencista que sim, pois *as populações periféricas, sem condições de voltar à seus núcleos de origem, constituem um dos fatores do aumento da violência e da criminalidade*.

O ilustre Deputado Nivaldo Krüger, observando que a ausência de cuidados na formação do homem brasileiro atual está na raiz de toda a problemática da violência, perguntou ao conferencista se a ausência de recursos para investir no homem brasileiro não seria uma das causas da violência, respondendo o Dr. René Ariel Dotti que isso contribuiria, sem dúvida, para diminuir o ritmo do crescimento dos índices de violência e criminalidade, mas não eliminaria o problema, mesmo porque, "... A violência e o crime não desaparecem, porque nos modelos econômicos mais perfeitos eles continuam ainda sob várias formas. O filme "Laranja Mecânica", por exemplo, é uma demonstração das mais vivas de que a violência pode ter outro tipo de fator que não seja o fator ligado indissolavelmente à qualidade de vida deficiente... Assim como determinadas instituições cuidam da saúde em caráter metódico, permanente e científico, também a defesa contra a violência está a exigir do Governo e da comunidade uma união profundamente importante, e que tenhamos esta análise em caráter permanente" (Ib. Grifos nossos).

A 19 de junho de 1980, realizou-se a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, sendo ouvido, inicialmente, o Cel. Paulo Azambuja de Oliveira, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, e, em seguida, o Deputado Erasmo Dias, ex-Secretário de Segurança Pública de São Paulo.

CAPÍTULO XVII

Cel. Paulo Azambuja de Oliveira

O Secretário de Segurança do Distrito Federal começou assinalando que as causas da violência, aqui, são as mesmas que se notam em toda a atual conjuntura mundial. Citou *Problemas de origem sócio-econômica*, acentuando: "... O Distrito Federal não tem estrutura para absorver, de modo algum, essas famílias que para

... se dirigiram e para cá se dirigem. São famílias carentes de tudo... O Distrito Federal não tem como absorver a mão-de-obra de baixa qualificação que, normalmente, aqui existe. Aquelas pessoas que ajudaram a construir Brasília, que eram empregadas na construção civil, hoje já não dispõem desse mercado de trabalho, porque Brasília, com os seus 20 anos, é uma cidade já construída, já consolidada... É comum, pois já tive oportunidade de presenciar, o que se chamou aqui, da invasão..." (DCN-II 27-8-80, pág. 075 — Suplemento).

"Nós temos que dar um mínimo de educação ao nosso povo. Temos que mostrar que colocar uma criança no mundo é algo muito sério e só pode fazê-lo quem realmente tem condições de dar um mínimo de alimentação, vestuário, habitação e um pouco de escolaridade pelo menos mandar à escola... Refiro-me especialmente ao Distrito Federal, onde os criminosos, os que têm praticado os maiores crimes principalmente assaltos, homicídios, furtos de veículo, são indivíduos muito jovens, com a média de idade de 18, 19 anos... Essa gente como é que aparece? a origem está nesse fato que acabei de apontar, que é a falta total de informação dos nossos brasileiros mais carentes sobre o que é ser pai, o que ser mãe. O problema que esta desinformação gera, na minha opinião, aqui no Distrito Federal, é a raiz de toda violência e criminalidade que aqui, realmente, está aumentado. A paternidade tem que ser responsável. Temos que mostrar a eles que quem colocar uma criança no mundo tem que se responsabilizar por sua sobrevivência, tem que lhe dar comida, vestuário, um teto e mandar à escola, se não, não vai adiantar tomar-se nenhuma medida para o combate à violência. Isto que estou dizendo, para que ninguém confunda, é a realidade, a necessidade de se estabelecer um planejamento familiar. Não é o controle da natalidade, que é diferente. O planejamento familiar tem que ser feito; as pessoas têm que ser esclarecidas sobre como proceder, as pessoas mais carentes, porque as pessoas de mais cultura já fazem naturalmente o seu planejamento familiar..." (Ib. Grifos nossos).

"Outro problema sério, também, no Distrito Federal, são as migrações; pessoas carentes, principalmente do Norte e Nordeste, para cá se dirigiram e continuam a se dirigir. O atual Governo, o do Governador Lamaisson, está desestimulando as migrações para o Distrito Federal. O DF não pode receber mais ninguém... O governo atual do DF está promovendo o desenvolvimento do que se chama a região geoeconômica..."

"Outro fator muito sério, que é o flagelo de nossa sociedade, e infelizmente está aumentando consideravelmente no Distrito Federal, é o tráfico de entorpecentes, o uso de tóxicos. Nos crimes mais bárbaros, praticados no Distrito Federal, seus autores, quase todos, estavam sob a ação do tóxico..."

Contribuem, também, para a violência a má utilização e o mau comportamento de alguns meios de comunicação. O rádio, televisão, jornais, revistas, filmes, quando mal utilizados, constituem fator importante no aumento da violência... Vez por outra... alguns profissionais mal avisados, procurando vender os seus jornais, os seus programas, transformam os marginais em verdadeiros heróis, e a polícia passa a ser o marginal... Eles criam mitos... Nós precisamos da imprensa para nos ajudar no trabalho de combate à violência..."

"Outro fator que também contribui para que a violência não seja combatida como deve ser é, naturalmente, a falta de melhores condições dos organismos policiais... Devemos aproveitar ao máximo o que temos... A missão da Polícia Militar é dar segurança através de policiamento ostensivo; então, ela tem que reduzir ao mínimo os homens utilizados nas ações, nos trabalhos administrativos. E mais: não deve ter horário de trabalho... O policial deve ir para a rua... Policiais que há muito tempo não iam para o policiamento, desempenhar a função para a qual são pagos, estão indo para as ruas, estão indo para o policiamento ostensivo, estão, o que é melhor ainda — tendo uma maior motivação para o exercício

de sua profissão. Quanto aos recursos materiais, temos de trabalhar com o que nos dão..."

"Outro problema sério, também, que contribui para a violência, é a legislação desatualizada existente... Esta última Lei de 77, a Lei nº 6.416, que permite que o criminoso primário responda processo em liberdade, tem nos causado problemas seriíssimos, muito graves... Também aquela prerrogativa de o primário responder em liberdade a uma condenação..." (Ib. Grifos nossos).

Apresentou, para concluir, sua sugestões. "Acho da maior importância todos se concretizarem para o problema da violência... Todos os brasileiros têm que se conscientizar do problema da violência..."

"Planejamento familiar é uma necessidade... Melhor distribuição de renda... Atendimento ao menos abandonado é imprescindível; se não, ficaremos sempre fabricando criminosos... Integração da polícia com a população... Estamos desenvolvendo aqui no DF diversas atividades no sentido de valorizar e dar melhor qualificação... Muita gente entra numa delegacia com medo... A Delegacia tem que receber bem qualquer cidadão... Sempre os casos que aparecem na delegacia são casos sociais; muitos deles têm que ser atendidos por assistentes sociais... Essa integração é imprescindível... Desenvolvemos, também, outras facetas do policial... Através do esporte temos, também, as nossas olimpíadas, que têm de ser realizadas, desenvolvidas... Justamente por incompreensão é que muitos policiais ficam empedernidos e perdem a sensibilidade" (Ib. Grifos nossos).

CAPÍTULO XVIII

Deputado Erasmo Dias

O Deputado Erasmo Dias, ex-Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, começou encarecendo que, no campo da prevenção e da repressão ao crime, impõe-se reformular uma política geral e também tomar medidas a curto prazo.

Esboçou o que deveriam ser as grandes linhas de uma Política Nacional de Defesa Social. "Defesa Social entendida como mobilização das forças vivas da comunidade para enfrentar o problema da marginalização dentro de um contexto global de uma Política Nacional enfeixada no âmbito do Executivo. Nos vários campos, seja da prevenção ou da repressão ao crime e à criminalidade, portanto, na faixa marginalizada da sociedade, existem políticas dispersas difundidas por órgãos heterogêneos, sem uma definição clara e precisa que possa responder objetiva e racionalmente ao problema que entendemos prioritário, nesta atual conjuntura e urgente" (Ib. Grifos nossos).

"No campo da prevenção, a definição de uma política do menor, do favelado, do migrante, do posseiro, etc., bem como da repressão, particularmente no sistema judiciário e policial, impõe-se definir políticas, dentro de uma Política Nacional, para que a curto e médio prazos se tomem medidas objetivas e práticas para fazer frente à marginalização, faixa comum onde grassa a violência, o crime e a criminalidade... No campo do menor... Torna-se imperativo tomar medidas para prevenir e aproveitar uma massa numerosa que, se não assistida, fatalmente se marginalizará. Na faixa de 10/13 anos, nos grandes centros, massa enorme de menores carentes e abandonados, se não assistidos, fatalmente se tornará delinqüente! Esta é a prioridade" (Ib. Grifos nossos).

Dentre as favelas dos grandes centros existem algumas delas marginalizadas, que exigem um tratamento prioritário no campo da defesa social" (Ib. Grifos nossos).

Apontou, igualmente, os problemas do Migrante e do Posseiro como problemas de marginalização.

"Nossa tentativa será Levantar e equacionar, em termos de Defesa Social, os Problemas do Menor, do favelado, do migrante, do posseiro, do egresso, isto é, na faixa perigosa da marginalização".

"Impõe-se, globalmente, Definir uma política no campo judiciário, englobando todos os aspectos desde a administração da justiça ao cumprimento da pena, dos quais

não poderá estar desligada uma política do sistema policial... Existem faixas distorcidas de atuação nos campos da Justiça e da Polícia; existem outros tantos, seja na Polícia e na Justiça".

"A desatualização da nossa Justiça é um fato notório, gerida pela década de uma sociedade de 40; nós já estamos na década de 80... Durante a minha gestão, de 5 anos, inclusive o assalto a banco era gerido pela Lei de Segurança Nacional; tivemos, no Estado de São Paulo, menos de duas dezenas de assaltos a bancos. Neste ano de 80, quando o assalto a banco tornou-se crime comum, de 1º de janeiro a 16 de maio, em São Paulo, ocorreram 40 assaltos a bancos. Somente no dia 10 de maio deste mês, em São Paulo, ocorreram 5 assaltos a banco, com desvio de 11 milhões de cruzeiros".

Ressaltou que a Impunidade do crime é um dos grandes fatores alimentadores da violência e da criminalidade.

"... Enquanto tivermos a Dicotomia da Polícia Militar, do nosso policial militar atendendo à ocorrência, da nossa Polícia Civil fazendo inquérito, e do nosso aparelho judiciário novamente fazendo inquérito, haverá sempre faixas de marginalização nessa processualística, que vão beneficiar o marginal e gerar a impunidade".

"Mesmo no cumprimento da pena, impõe-se reformular o problema penitenciário e carcerário... Além da nossa penitenciária sofisticada de custo onerosíssimo, de quase 12 mil cruzeiros por mês para o nosso penitenciado, o resto é depósito de preso... Uma grande massa de condenados tem-se tornado mais criminosa face à impunidade decorrente do próprio crime no aparelho judiciário-policial, e à própria maneira como eles são chamados a cumprir a pena" (Ib. Grifos nossos).

"Sistemas penitenciários de grande capacidade e baixo custo em regime de semiliberdade, com formação profissional, educacional e mesmo cívica, poderão responder à reeducação de grande parcela de nossos delinqüentes... É muito mais importante conscientizar a nossa polícia do que ela precisa realmente, pode realmente fazer pela nossa sociedade, do que conscientizar o próprio cidadão de que deve defender a sua vida... Mesmo o Poder Complementar da Polícia tem sido encarado irracionalmente pela União... É preciso que haja uma Política Nacional, definindo o próprio poder de Polícia e o que é de sua competência..." (Ib. Grifos nossos).

"Existem, portanto, dentro dos grandes problemas, alguns prioritários, urgentes, que precisam ser resolvidos imediatamente; mas, se nós não tivermos uma política nacional que estabeleça, no campo da defesa social, suas metas a curto e médio prazos, tudo será inútil..."

"Não vamos falar, aqui, que o crime tem causa, tem efeito, que é problema social. Mas, o fato é um só: a marginalização incide particularmente sobre certos setores de nossa comunidade. Eu gostaria de deixar a nossa contribuição sobre um problema... Prioritário; é o Problema do Menor... Independentemente de políticas específicas para cada caso, parece-nos crucial que a faixa dos 10/13 anos deveria ter uma mais alta prioridade, porque é a faixa em que o menor carenciado passa à fase de abandonado, e, imediatamente, à de delinqüente. É preciso salvar essa massa; ela precisa ser amparada imediatamente, para que não se envolva no processo criminoso..." (Ib. Grifos nossos).

"Outro problema que nos parece essencial é o problema carcerário... Impõe-se definir uma política carcerária, particularmente no sentido de evitar que esta massa continue a ser fator alimentador do crime. Pela impunidade que o nosso Código dá aos criminosos; pelas condições em que eles cumprem as poucas penas a que estão condenados, eu não tenho dúvidas, isso gera e alimenta o crime, dia a dia. Se se fizer qualquer estatística em qualquer centro populoso do Brasil inteiro, ver-se-á que 80% dos crimes são praticados por menores e por egressos; 20% é uma faixa marginalizada, que está à beira de cair no precipício. Presídios, como a Casa de Detenção, com 6.000 presos, as nossas Cadeias de Polícia, com mais de 8.000 presos, devem imediatamente ser desativadas..."

impõem-se soluções para enfrentar o crime e tratar o condenado que realmente possa ser reeducação... Daqueles que estão sendo punidos, alguns deles podem ser reeducados... Por outro lado, é fato notório que *existem apenas de todos os tipos em promiscuidade em nossas cadeias de de primários se tornam secundários em curto prazo*. É preciso, com urgência, que esse sistema de depósitos de presos e a reforma nos nossos Códigos, alterando essa impunidade, atente para o problema do egresso" (Ib. Grifos nossos).

"Outro problema... Fundamental... É o problema Jurídico-Policial... É preciso imediatamente a União tomar a si a regulamentação desse poder de polícia... A dicotomia de atribuições, os conflitos e as distorções na própria Justiça geram embaraços a todo o sistema... Impõe-se dar autonomia aos Estados, dentro de uma política Global da União com vistas à reformulação do problema policial em sua organização, remuneração, formação e atribuições... Não tem nexos nós darmos a um policial atribuição judiciária. As duas fazem a mesma coisa diuturnamente... A citada política deveria *integrar a ação Policial e Judiciária dos Estados*. A União deveria *homogeneizar, normatizar e supervisionar o Poder de Polícia*, seja da Polícia Militar no âmbito do Ministério do Exército seja da Polícia Civil no âmbito do Ministério da Justiça. (Ib. Grifos nossos).

"É fato notório que hoje a comunidade exige um outro tipo de ação complementar ao Poder de Polícia, traduzida no guarda, no vigilante... Prisão cautelar, tribunais de instrução, Polícia Judiciária, policiamento ostensivo; são alguns pontos de conflito entre a ação da Polícia e da Justiça que precisariam ser definidos, dentro dessa política global de um Poder de Polícia dos Estados..."

Concluindo, resumiu o Conferencista: "Abordamos alguns aspectos essenciais com propostas de solução a curto prazo, em alguns aspectos prioritários e urgentes. Urge a definição do conceito de Defesa Social que integre todas as Políticas específicas, dentro de uma política Política Nacional de Defesa Social que se irradiaria aos Estados e Municípios inclusive *formando verdadeira consciência nacional quanto ao problema da violência, do crime e da criminalidade*."

O ilustre Senador Jutahy Magalhães, funcionando como Relator devido a nossa ausência por impedimento, dirigiu, de início, algumas questões ao Coronel Paulo Azambuja.

À pergunta sobre se haveria em Brasília uma maior incidência de crimes de menores, respondeu o Secretário de Segurança do Distrito Federal que isso realmente ocorre, havendo, inclusive, criminosos perigosos, com 16 e 17 anos.

Sobre a idéia que deve haver uma delegacia especializada também para o combate ao uso de tóxicos, e não apenas ao tráfico, e sobre a tese de que o problema de tóxicos seria um problema médico, respondeu o Conferencista: "Eu não acho, de modo algum, que seja uma questão médica. Eu não posso admitir isso. O que eu admito é que o uso do tóxico tem sua origem nas camadas de melhor poder aquisitivo da sociedade, na falta de orientação dos pais... É o fator principal do uso de tóxicos por jovens... da classe média de outras classes mais altas. É a falta de orientação. Estamos assistindo, lamentavelmente, a dissolução da família sob vários aspectos. E isso contribui decisivamente para o uso do tóxico" (Ib. Grifos nossos).

"Esclareceu que ainda não há em Brasília uma Delegacia Especializada no combate ao uso do tóxico. O combate ao tráfico compete à Polícia Federal. "... O trabalho tem que ser integrado entre todos, Polícia Federal, Polícia Estadual, todos os outros organismos, e, principalmente, os pais."

Quanto a se é possível fazer uma triagem de policiais, com os ordenados que atualmente são pagos, respondeu o Conferencista: "Nossos policiais (de Brasília) estão recebendo uma remuneração justa para os trabalhos que estão desenvolvendo... O policial militar, o soldado deve estar hoje, com vantagens, etc. na ordem de Cr\$

12.000,00, o que é bem razoável... Hoje podemos fazer alguma seleção para o ingresso na Polícia".

Sobre o nível médio de educação de nossos policiais aqui, informou que, na Polícia Militar, o jovem precisa ter o curso primário completo. Na Polícia Civil, precisa ter o 2º Grau.

A propósito das alterações que o Conferencista julga necessário realizar no Código de Processo Penal para evitar certos problemas que criam maior condição de violência, respondeu achar que deve haver uma legislação mais severa, com uma processualística mais ágil, exemplificando a duplicação, na Justiça, do que se faz na Polícia, e com certas formas de semi-impunidade. "Não é possível que um criminoso que mata um policial seja condenado só a dez anos e solto no dia seguinte; isso dói para o policial, dói muito, porque ele se arriscou para prender".

Sobre a prisão cautelar, opinou: "... Se vier, virá apenas legalizar o que tem acontecido... Acho que a prisão cautelar virá corrigir esta grande falha que existe atualmente e vai permitir tornar os policiais mais responsáveis, porque o policial que praticar uma exorbitância, numa prisão, será responsabilizado... Então, com a prisão cautelar a polícia terá mais cuidado na detenção de um indivíduo, porque o policial... será responsável em caso de arbitrariedade. Sou plenamente favorável.

Dirigindo-se ao ilustre Deputado Erasmo Dias, disse o ilustre Senador Jutahy Magalhães: "Eu considerei da maior validade aquela sugestão de nós termos uma *preocupação prioritária com os jovens*: da faixa de dez a treze anos, criando condições para que eles convivessem com famílias, como V. Exª citou o exemplo de três comunidades já existentes em São Paulo. *Acredito que essa sugestão tenha sido a principal apresentada, aqui, nesta comissão, até hoje*. V. Exª enfatiza a necessidade de construção de prisões perto da área de origem dos presos e acho que essa sugestão... muito importante, desde que o preso, ficando de seu local de origem, da sua cidade, a sua família poderia manter-se naquela localidade e não haveria mais um foco de migração. Pergunto se entendi certo".

Respondeu o ilustre Deputado: "Exato, Senador! Aliás, é o mesmo problema do nosso condenado, desde que, entendo, possa ser reeducado; é o mesmo problema do menor. *Se eles não forem mantidos junto à comunidade de origem, criam-se outros tantos problemas*. Ao manter, como se tem em São Paulo, quatorze mil presos, com quarenta ou cinquenta presos numa cela, se homossexualizando, se pervertendo de toda forma, qualquer que seja a pena dele, ele vai voltar para a sociedade e continuar na senda do crime... Esses presídios da polícia, em São Paulo, são uma excrescência..." (Ib., Pág. 082, grifos nossos.)

Quanto a se existiria alguma estatística a respeito de menores que são recuperados nesses centros existentes das FUNABENS e das FEBENS, de egressos que saem e não voltam, respondeu o Conferencista: "Eu tenho dois exemplos positivos disso. Em São Paulo, existe uma comunidade — inclusive funcional junto ao Rotary Club de São Paulo — integrada por elementos da comunidade de São Paulo, em que vi realmente exemplos de egressos recuperados. É uma parcela muito pequena, mas é patrocinada pelo Rotary Club de São Paulo... Eu tenho quase que certeza de que aquele cidadão que foi submetido, nas nossas cadeias, àquele regime de um mês, dois meses, um ano, dois anos, de prevaricação de todo o tipo, de convivência homossexual de todo tipo, ele fica marcado para toda a vida, de modo que até a recuperação desses egressos, às vezes, sofre o impacto moral de eles próprios se recuperarem, porque eles ficam marcados perante a sociedade e perante eles mesmos. O que importa, para recuperar alguém, é mudar o sistema carcerário, penitenciário... Quanto aos menores na gestão do Dr. Mário Altenfeld, quando ele era Secretário de Promoção Social e eu Secretário de Segurança Pública, realmente, nós nos demos as mãos 24 horas por dia, no sentido de minimi-

zar o problema... Não vejo, nesses depósitos da FEBEM, em São Paulo, condição, absolutamente, de recuperação, não dá o calor humano, não dá trabalho, não dá emprego, não dá educação àquela gente. São paliativos que apenas agravam... Naturalmente, a não ser feito nada, há sempre algo que deva ser feito, mas enquanto não se racionalizar isso tudo... Não teremos uma solução razoável para esses problemas do menor e do nosso egresso" (Ib. grifos nossos).

O ilustre Senador Lázaro Barboza perguntou ao Secretário de Segurança Pública do DF se ele dispunha de estatística sobre a percentagem de crime organizado e de crime eventual no DF, tendo o Conferencista respondido que 95% dos crimes que preocupam mais em Brasília, que são os assaltos e os roubos, são praticados por profissionais do crime.

Sobre se a legislação penal continha os maiores entraves para mais eficiente ação da Polícia no combate à criminalidade, respondeu o Conferencista: "Exatamente, eu defendo uma legislação mais severa. O criminoso, o assaltante não pode ser posto em liberdade nunca... *A criminalidade aqui em Brasília está aumentando, mas não na proporção que parece. A imprensa, dando essa impressão à opinião pública, causa um impacto, uma intranquilidade muito grande*" (Ib. grifos nossos).

Encerrando sua participação, disse o ilustre Senador, referindo-se à exposição do Deputado Erasmo Dias: "Sempre me alinhei entre aqueles que se colocam contra a chamada prisão cautelar, pelo receio de cometimento de abusos. Se V. Exª disse que a prisão cautelar viria, na realidade, legalizar uma situação de fato, e obrigando, assim, o policial a agir com maior rigor, com maior responsabilidade, e isso, efetivamente, calou fundo em mim" (Ib.).

O ilustre Deputado Péricles Gonçalves, lembrando sua antiga condição de Delegado de Polícia por muitos anos, e após referir medidas preconizadas em projetos seus em tramitação, entre as quais o rebaixamento da idade de responsabilidade penal, perguntou ao Secretário de Segurança Pública do DF por que S. Exª fala que vai criar uma delegacia para os fumantes, os viciados, e não para os traficantes, quando a própria lei que cuida dos tóxicos atribui à autoridade competente e não estabelece competência da Polícia Federal. Revelou não saber qual o critério, aqui no Distrito Federal, para que haja, dentro de sua estrutura policial, delegacia especializada que possa combater tanto o fumante como o traficante.

Respondeu o Conferencista: "Vamos parar um pouco de teoria, não é nobre Deputado? Vamos parar de falar em problemas socio-econômicos, esses problemas todos abordados muito bem pelo Deputado Erasmo Dias, quanto ao menor e tudo o mais, tenho muita tristeza de constatar que não serão resolvidos tão cedo. Então, temos que passar para a parte prática. *E a parte prática é esta: dotar o nosso organismo policial de uma legislação mais adequada...* A nossa estrutura policial, da Secretaria de Segurança, precisa ser completada rapidamente... *Nossa idéia é esta: Vamos combater tanto o traficante como o usuário de tóxico. Não posso admitir que exista uma legislação que favoreça o viciado... Porque o viciado é o criminoso que tem praticado todos esses assaltos aqui em Brasília*".

A propósito de fato ocorrido em Brasília, conforme indagou o ilustre Presidente da Comissão, informou o Conferencista sobre as providências, juntando: "... Sou... contra qualquer tipo de violência e muito mais sou contra a violência dentro de uma Delegacia".

A 13ª Reunião da Comissão, realizada a 21 de agosto de 1980 (DCN-II de 23.09.80), destinou-se a elaborar um roteiro dos trabalhos da Comissão para o período após os depoimentos dos Senhores Professor Dalmo Dallari e Doutor Octávio Gonzaga Júnior, Secretário de Segurança Pública de São Paulo, a analisar o requerimento do ilustre Senador Henrique Santillo.

Na 14ª Reunião da CPI, realizada a 26 de agosto de 1980, ouviu-se o depoimento do Professor Dalmo de Abreu Dallari, Advogado, ex-Presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo.

19) Prof. Dalmo Dallari

Abrindo os trabalhos da Reunião, o ilustre Senador Orestes Quêrcia, Presidente da Comissão, esclareceu que, além do objetivo específico da Comissão, que é a análise da violência urbana em todos os seus aspectos, resolveu-se que a CPI examinasse, também, a violência urbana com características políticas.

Iniciando sua exposição, assinalou o Prof. Dallari: "Um dos sinais mais evidentes e mais agressivos da crise contemporânea é a explosão de violência, que apresenta aspectos peculiares em cada país ou mesmo em cada região ou cada cidade. A violência tem os seus adeptos, os seus beneficiários, os seus incentivadores..." (Notas Taquigráficas, pág. 2/2. Grifos nossos).

Passou, a seguir, à análise das "principais situações de violência que são constantes ou frequentes no Brasil de hoje".

Urbanização da Vida Social. Focando o fenômeno das migrações, observou: "A confrontação direta entre esses novos contingentes de população e aqueles que já viviam há mais tempo na cidade, especialmente os que gozavam de melhor situação econômica, tornou muito evidente a existência de grande desequilíbrio da distribuição da riqueza e quanto às oportunidades de ascensão na escala social. A par da "ilusão urbana"... houve também a atração exercida pela real superioridade de potencial de ganho nas atividades urbanas... Desse modo surgiu na cidade a categoria do "refugiado econômico"... É a falta de apoio e estímulo para o retorno ao campo, bem como o gozo efetivo de algumas vantagens, têm contribuído para que o migrante rural permaneça na cidade, ainda que vivendo em situação marginal."

Enumerou os principais problemas comuns a todos os grandes centros urbanos brasileiros.

Habitação. "Um número consideravelmente elevado de brasileiros mora em condições deficientes." As favelas, "quase sem exceção, hoje são habitadas predominantemente por trabalhadores... É comum encontrarem-se nas grandes cidades brasileiras famílias inteiras perambulando pelas ruas durante o dia e à noite procurando abrigo sob viadutos e pontes, em condições subumanas".

b — Alimentação: Grande número de pessoas vivem em estado de subalimentação... Na cidade de São Paulo, onde existe a maior concentração de riqueza do País, muitas crianças continuam a freqüentar as escolas durante o período de férias, exclusivamente para obter alimentos, uma vez que, permanecendo em casa, não terão o que comer... muitas pessoas que trabalham em fábricas, escritórios, repartições públicas ou na construção civil levam de casa sua alimentação, que é tomada em condições precárias..."

c — Educação — "A Rede Escolar Insuficiente é fato constante nas grandes cidades brasileiras... A par de milhões de semi-analfabetos, há um grande número de analfabetos nas grandes cidades, não havendo sinais de que esse número tenda a diminuir... Os Professores ganham salários muito baixos e, por isso, geralmente, trabalham em mais de uma escola ou fazem do ensino uma atividade paralela ou secundária... É muito comum que os pais não possam acompanhar o desempenho escolar dos filhos, não sabendo mesmo se estes estão freqüentando a escola... Grande número de crianças não recebe a educação formal sistemática dada numa escola nem a educação permanente e global que deveria ser propiciada pelo grupo familiar... É cada vez maior o número de indivíduos vivendo nos grandes aglomerados urbanos sem terem recebido qualquer espécie de orientação para sua integração na sociedade..." (grifos nossos).

d — Saúde: "...Muitos já nascem inferiorizados, embora iguais perante a lei... A falta de cuidados de saúde para a gestante e o recém-nascido contribui para a existência de uma população doente, que, mesmo quando re-

cebe alguma oportunidade de educação e de trabalho, não tem aptidão orgânica para um desempenho normal. A falta absoluta de assistência médica, psiquiátrica para muitas crianças e muitos adolescentes, ou mesmo a assistência deficiente recebida por muitos, são fatores que pesam consideravelmente para a existência de grande número de doentes mentais ou desajustados psicológicos... Esses indivíduos, convivendo com as populações dos grandes aglomerados urbanos, entram inferiorizados na luta pela sobrevivência e freqüentemente sofrem agressões de várias espécies por causa de sua inferioridade. E sem disporem de meios para fugirem aos confrontos, bem como por não receberem orientação para contornar ou enfrentar pacificamente as situações de conflito, agredem preventivamente ou reagem agredindo, ficando o uso de maior ou menor violência na dependência de fatores meramente circunstanciais".

e — Transporte. "... Expansão horizontal das cidades... Os trabalhadores de mais baixa renda foram obrigados a procurar moradia nas áreas urbanas... Não houve qualquer planejamento para que as pessoas pudessem residir perto do seu local de trabalho ou estudo... A circulação urbana passou a ser extraordinariamente intensa... Desde a década de 50, o Brasil deu ênfase especial aos meios de transporte individual com evidente prejuízo dos meios de transporte coletivo... Além de dispêndio econômico... o trabalhador e sua família despendem muito tempo para se locomoverem de casa para o trabalho ou para a escola. Além de ficar bastante reduzida a possibilidade de convivência familiar, é comum que a locomoção se faça em condições desfavoráveis, com grande desconforto e mesmo com risco para a saúde e a integridade física. Isso explica, em grande parte, a irritabilidade muito mais acentuada entre os habitantes das grandes cidades, o que é um fator a mais para gerar violência".

f — Serviços urbanos — em nenhuma grande cidade brasileira os serviços urbanos fundamentais como de abastecimento de água, o fornecimento de energia elétrica e o serviço de esgoto atingem de modo satisfatório a maioria da população. O crescimento das cidades foi, quase sem exceção, desordenado... A falta de recursos dos municípios impede a ampliação das redes e a melhoria da qualidade dos serviços..."

g — O menor abandonado. "A existência de grande número de menores em situação de abandono... É da máxima gravidade, pois, além da injustiça de condenar à marginalização indivíduos que mal começaram a viver, é uma fonte de delinquência que começa pelas pequenas infrações e termina fatalmente na criminalidade adulta, mais grave e geralmente muito violenta. O equacionamento do problema ainda não foi feito de modo satisfatório, insistindo-se na criação e manutenção de recolhimentos... Falta... O apoio afetivo e psicológico... Ao atingir a maioridade o menor deve ser posto na rua, o que muitas vezes ocorre com a fácil previsão de que ele irá delinquir, pois a falta de uma família, o preparo deficiente para o exercício de uma profissão e as lições de crimes aprendidas no recolhimento se conjugam para tornar quase impossível uma vida honesta. O menor desajustado tem grande probabilidade de se tornar um criminoso violento, ou, quando menos, um adulto desajustado no meio social" (grifos nossos).

h — Os meios de comunicação. "... É desastrosa a influência dos meios de comunicação que ensinam a violência, fazem a exaltação dos violentos e dão aos violentos o caráter de componentes normais da vida cotidiana. Escreveu certa vez André Malraux que "A crônica policial banalizou a violência". Isso tem o sentido de que a violência deixou de ser proclamada com heroísmo, mas também lembra a inclusão da violência no cotidiano da cidade... Mais grave é a exaltação de "Justiçeiros" que, agindo à margem da lei e cometendo friamente todas as violências, substituem os organismos institucionais de combate ao crime. A falta de um código de ética dos meios de comunicação e de uma eficiente ação comunitária influenciando sobre esses meios, sobre os anunciantes que os utilizam e

sobre os consumidores a que se dirigem as mensagens, deixa campo aberto à ação negativa desses recursos técnicos que poderiam ser altamente positivos" (grifos nossos).

Discorreu, depois, sobre o que denominou de "contradições da repressão", começando por denunciar que "há organismos oficiais mantidos com o dinheiro do povo para combater a violência e que agem em sentido oposto, por falta humana ou institucional..." Após dar seu testemunho sobre a violência física de que foi vítima recentemente, disse o Conferencista: "Com base em toda a minha experiência, como cidadão e como advogado, posso indicar, objetivamente, algumas falhas graves do sistema oficial de repressão à violência" (grifos nossos).

a — "Organização Policial Tumultuada..." Há organizações federais e estaduais, militares e civis, numa inevitável superposição, onerando demasiadamente os cofres públicos e, contraditoriamente, reduzindo a segurança dos cidadãos... Essa multiplicidade de organizações não tem um comando comum... Isso acarreta conflitos de atribuições e... Diluição de responsabilidades... (grifos nossos).

b — "Descumprimento da Lei. Generalizou-se no Brasil a convicção de que aqueles que agem em nome da Segurança Nacional ou individual não precisam respeitar a constituição e as leis do País. Existe aí evidente confusão entre os Poderes Discricionário e Arbitrário e isto tem sido fonte de violências... Para agirem com a necessária eficiência Os Agentes Policiais têm poderes discricionários, ou seja, eles podem escolher o meio legal mais adequado para o cumprimento de uma tarefa e sua competência... Poder Arbitrário é poder livre de qualquer limitação legal. Num Estado constitucional ninguém, absolutamente ninguém pode agir arbitrariamente, ferindo um direito de outrem... Não existe incompatibilidade entre agir com eficiência para prevenir ou reprimir a delinquência e cumprir a lei... Não tem sentido praticar atos legais para coibir a prática de atos ilegais. A ação policial, embora às vezes forçada a utilizar a violência, em resposta a uma agressão ou então para interromper uma ação criminosa violenta, é essencialmente contrária à violência quando respeitados os limites legais e os objetivos que dão nobreza à profissão de policial" (grifos nossos).

c — "Falhas do Sistema Penitenciário. Outro fator de agravamento da violência é o Sistema Penitenciário Brasileiro. Os Presídios, normalmente superlotados, são pavoseros depósitos de pessoas, onde o criminoso primário ou ocasional, muitas vezes mal saído da adolescência, é obrigado a conviver com delinquentes habituais, altamente agressivos, portadores de graves desvios psicológicos ou até mesmo evidentes psicopatias... O Encarceramento utilizado para punir a violência e evitar sua reiteração, acarreta feito contrário, contribuindo para que criminosos ocasionais se convertam em profissionais do crime, fazendo a violência ocasional transformar-se em violência crônica" (grifos nossos).

Concluindo, apontou o caminho de superação pelo menos da fase aguda da problemática da violência. "A consequência de todas as deficiências aqui apontadas é a deterioração da qualidade da vida humana, pela presença constante e intensa da violência individual e institucional. A formação de grandes aglomerados urbanos, em curto prazo e sem planejamento, criou, no Brasil, sociedades excessivamente competitivas e mal organizadas, que provocam ou estimulam a prática de atos anti-sociais. As pessoas vivem com medo dos indivíduos violentos e das situações violentas, chegando-se a um ponto em que cada pessoa vê num desconhecido um provável agressor e muitos tomam a iniciativa de atacar, apenas por medo do ataque dos outros..."

"O fenômeno da urbanização da vida social, grande responsável pela deterioração da qualidade da vida, incluindo o estímulo à violência, é fruto do mito do desenvolvimento econômico. Coagido por uma propaganda persistente a adquirir bens materiais, ganhar mais e consumir mais, o homem brasileiro afastou-se dos valores cristãos

que se encontram na raiz da nacionalidade. E lançou-se numa competição selvagem, introduzindo a violência em todos os setores da vida social" (grifos nossos).

"Restabelecendo o respeito à lei, fazendo cada um responsável pelos atos que praticar, dando condições para que seja possível viver com dignidade e atender de modo satisfatório às necessidades essenciais da vida, sem deixar a zona rural e as pequenas cidades, assegurando a todos uma efetiva igualdade de possibilidades, a sociedade brasileira estará reduzindo a violência à sua dimensão adequada de manifestação patológica. E os brasileiros crescerão espiritualmente e viverão em paz".

Iniciando a fase de debates, manifestamos ao Conferencista nosso entusiasmo pela maneira simples e objetiva de sua exposição e pela precisão de seu diagnóstico da problemática da violência e de suas causas, e lhe perguntamos, quanto ao problema do menor, se o atual sistema paulista e nacional, representado pelas fundações do bem-estar do menor, seria um caminho razoável de solução para se amenizar o problema.

Respondendo à nossa pergunta, disse o Prof. Dalmo Dallari que essa tentativa tem aprovado muito pouco, porque vem insistindo na técnica do recolhimento. Lembrou que algumas experiências, como a feita através do Juizado de Menores de São Paulo, estão provando que a verdadeira solução para o menor abandonado é a colocação familiar... O menor colocado num grupo familiar, ainda que não seja no seu próprio grupo familiar, tem um amparo muito maior, tem o apoio afetivo, tem muito mais possibilidade de uma integração social. Existe na cidade de São Paulo a prática do fornecimento de recursos financeiros às famílias que queiram receber menores... Então, desse modo, se dá ao menor o ambiente familiar, com todas as vantagens, com toda a proteção do ambiente familiar e se dá à família pobre a possibilidade econômica de receber o menor..." (Ib. Grifos nossos).

Pedimos ao Conferencista uma abordagem do problema do Planejamento Familiar.

Sintetizando sua posição sobre o assunto, respondeu ele que o grande problema do Brasil não é ter gente demais, é ter proprietários de menos..." (Ib. Grifos nossos).

Citou o caso de famílias enraizadas que são desalojadas para dar lugar a grandes projetos agropecuários, o que pode ser vantajoso do ponto de vista econômico, mas é desastroso do ponto de vista social.

E continuou: "... A quantidade, a extensão de terras desabitadas no Brasil é extremamente grande e não me parece que seja absurdo pensar-se na idéia de desenvolvimento de planos para a fixação dessas pessoas na terra... é isso que me parece que se está perdendo de vista, a função social... quando for muito grande o número de proprietários, haverá muita gente querendo o respeito à propriedade... Um sistema que tenha um grande número de proprietários... é seguro por si mesmo..." (Ib. Grifos nossos).

Ressaltamos, a essa altura, o reverso da medalha, ou seja, a existência de informações segundo as quais o minifúndio está se multiplicando no Brasil, com graves prejuízos para a produtividade econômica.

Redargüiu o Conferencista que, se o nosso critério for o estritamente econômico, então, talvez, se possa dar preferência à extensão, à concentração mesmo. Todavia, "é talvez necessário admitirmos que o crescimento econômico será menor, nós desmistificarmos a idéia de crescimento econômico rápido e necessário para que rapidamente o Brasil se torne uma grande potência e optarmos por um desenvolvimento menos acelerado, porém mais equilibrado e justo" (Ib. Grifos nossos).

Concluindo, aplaudimos o diagnóstico do Conferencista com relação ao problema das migrações e quanto à questão da organização policial tumultuada e às deficiências do Judiciário.

A ilustre Senadora Eunice Michiles, após elogiar a simplicidade, profundidade e objetividade do depoimento do Prof. Dallari, destacou, quanto ao problema do me-

nor abandonado, que, realmente, "... as nossas casas correccionais não estão levando a nada..." Os menores recolhidos, quase todos, "... saem da casa de correção com sérios problemas de conduta... estamos pagando para criar delinquentes... Parece-me que a adoção de uma família substituta é a melhor prótese que se podia dar".

Quanto ao Planejamento Familiar, "defendo intransigentemente a tomada de posição nesse sentido", enfatizou. "... Não importa o nome que se dê, mas que se dê às famílias menos favorecidas o direito e os elementos para que ela possa planejar a sua família..."

Testemunhando que "entre as famílias pobres há um espírito de solidariedade muito grande", disse o Prof. Dallari poder inferir que a ilustre Senadora acha muito melhor a colocação em nova família que em recolhimento.

No que diz respeito a Planejamento Familiar, ponderou: "Que cada família tome a sua decisão. Que tenha os esclarecimentos necessários e a possibilidade de decidir efetivamente. Apenas dois pontos é que me parece importante ressaltar. Primeiro, a rejeição absoluta do planejamento compulsório... o segundo é que, embora concordando com essa necessidade de dar a possibilidade de opção, nós precisamos... cuidar do oferecimento de possibilidades àqueles que têm poucas possibilidades..."

O ilustre Senador Leite Chaves perguntou ao Conferencista se seria possível a contenção do progressivo índice de crescimento da criminalidade sem um processo vertical de reforma agrária ou um processo muito racionalizado de colonização.

Respondeu o Prof. Dalmo Dallari entender que há uma vinculação muito estreita no Brasil entre o problema da terra e a criminalidade. "... O começo da solução do problema deve ser o enfoque social, quer dizer, dar preferência, dar absoluta prioridade a quem ocupa a terra para trabalhar a terra..." Lembrando o exemplo do México, e o depoimento de um Professor mexicano que recentemente esteve entre nós, ressaltou: "... Não podemos ficar na exterioridade ou na formalidade de dar a terra a quem, depois, não vai ter recursos para trabalhar a terra. Ele (o Professor mexicano) dizia isto: "é uma coisa impressionante na História do México verificar que, desde 1910, periodicamente são feitas reformas agrárias e distribuições de terras, no entanto, a quantidade de miseráveis na zona rural continua muito grande. O que significa que a simples entrega de terra não resolve. É preciso todo um conjunto que implique a situação agrária em termos de posse e propriedade da terra, mas também uma política agrária de apoio a quem quiser trabalhar no campo..." (Ib. Grifos nossos).

O ilustre Senador Leite Chaves ressaltou que, ao falar de sua dolorosa experiência pessoal recente, quando foi vítima de seqüestro e maus tratos, o Professor Dallari o fez sem mágoa e sem sentimento de vingança, o que demonstra sua grandeza de alma.

Agradecendo a referência, o Professor Dallari disse que dava graças a Deus por tê-lo poupado do sentimento de ódio e da vontade de vingança. Proclamou que, numa atitude de compreensão, se vai perceber que quase todos os brasileiros querem fundamentalmente a mesma coisa.

O ilustre Senador Hugo Ramos perguntou ao Conferencista qual a diferença que ele, como jurista, vê entre o atentado e o assalto urbano.

Respondendo, disse o Prof. Dallari: "Não temos, no nosso sistema legal, a definição do atentado... É frequente que se reserve a expressão atentado para o ato de delinquência que tenha algum objetivo político... e o assalto tem o objetivo precípuo de retirar o patrimônio, o assalto tem a conotação de ofensa ao patrimônio, que o atentado não tem".

Perguntou, ainda, o ilustre Senador Hugo Ramos, a propósito do direito de propriedade, se o Conferencista considera alguma diferença entre igualitarismo e igualdade.

Mencionando a exaltação liberal da liberdade, em detrimento da igualdade, observou o Prof. Dallari que a

reação a isso foi a exaltação da igualdade. "... A supervalorização da liberdade, não pela liberdade em si supervalorizada, na verdade pela concepção liberal da liberdade, havia gerado uma profunda desigualdade... E daí o desenvolvimento de uma idéia segundo a qual o valor fundamental deve ser a igualdade e com a afirmação de que, uma vez assegurada a igualdade, mesmo que haja restrições à liberdade, essas restrições não serão injustas porque serão iguais para todos. Isto é o que muitos denominam, e eu menciono também, como um igualitarismo, uma supervalorização da igualdade com uma conotação extremamente perigosa. É que pode levar à idéia de que é justo, de que é de acordo com a natureza humana e as necessidades humanas impor a igualdade, coagir o homem, retirar a liberdade do homem para que ele viva com igualdade... Nós podemos superar esse aparente conflito, concebendo a liberdade como liberdade do ser social (liberdade do homem que convive com os outros) e a igualdade como igualdade de possibilidades. Como igualdade, não como igualitarismo".

O ilustre Deputado Erasmo Dias assinalou que subcreveria o depoimento do Prof. Dalmo Dallari. Relativamente a outras considerações ligadas a nossa legislação penal e ao funcionamento do aparato policial-judiciário, citou o Prof. Dallari ao penalista Prof. Soares Melo, que dizia ser mais importante a certeza que a gravidade da pena "... a certeza da pena é fundamental. Que o delinquente saiba que, delinquindo, sofrerá uma punição..."

Referindo-se aos atentados de natureza política, indagou o ilustre Senador Henrique Santillo se já é possível vislumbrar as causas desses atentados e se existe alguma ligação entre eles e a violência que foi cometida no período mais negro de nossa História pelas próprias forças repressoras.

Respondendo, afirmou o Prof. Dallari achar que as nossas polícias políticas não teriam muita dificuldade para esclarecer tais atentados se houvesse mais empenho na apuração. Opinou que tais atos parecem ser praticados por "grupos que já atuaram no Brasil com grande desenvoltura e que, agora, já estão no final de sua atuação".

Aos 4 de setembro de 1980, realizou-se a 15ª Reunião da Comissão, sendo ouvido, na oportunidade, o depoimento do Desembargador Dr. Otávio Gonzaga Júnior, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO XX

Desembargador Otávio Gonzaga Júnior

"Nos últimos anos — disse o Conferencista — quando os números relativos à criminalidade começaram a apresentar, no mundo todo, um angustiante aumento, principalmente porque as condutas delituosas passaram a se caracterizar pela violência, houve uma preocupação geral dirigida ao estudo do fenômeno, procurando precisar-lhe as causas, e abrandar-lhe os efeitos... Desde logo delinear-se dois campos de estudos e atuação: um, voltado à etiologia do novo tipo de comportamento anti-social. Outro, ligado à sua sintomatologia ..." (DCN-II 10-10-80, págs. 5561-5562).

"Conceituados criminólogos, sociólogos, psicólogos e juristas, após faina intensa, apreciando a conjuntura brasileira, já estabeleceram seus trabalhos e suas conclusões de cuja análise pode-se extrair um verdadeiro consenso. Assim é que entre as causas mais importantes do recrudescimento da violência urbana, podemos referir: 1) a desagregação familiar; 2) a densidade populacional; 3) as favelas e os conglomerados; 4) o abandono do campo; 5) as correntes migratórias; 6) o menor abandonado; 7) o desemprego e o subemprego; 8) a insuficiência de escola; 9) a insuficiente assistência médico-hospitalar; 10) a falta de planejamento familiar; 11) a perda do poder aquisitivo, fruto da má distribuição de renda; 12) o alcoolismo e as drogas; 13) A permissão dos costumes; 14) a inadequação dos sistemas carcerários e de recolhimento de menores." (Ib. Grifos nossos).

Está claro que a maioria das causas apontadas guardam uma estreita correlação entre si, e podem até ser tomadas como concausas. O que importa, entretanto, é sua identificação, para que, como passo seguinte algo de útil e realmente profícuo possa ser feito".

"A simples menção do elenco das causas dá idéia da grandiosidade e dificuldade da tarefa da retransquilização social, como a contenção e retração da violência que hoje caracteriza o crime... Esse estado de coisas não é privilégio exclusivo do Brasil. Praticamente todos os países do mundo o enfrentam, porque o crime violento a todos assola, sejam desenvolvidos ou não, ricos ou pobres, grandes ou pequenos, antigos ou recém-formados. O que torna o assunto ainda mais complexo é justamente o fato de que também os países ricos e desenvolvidos sofrem esse açoitamento da violência, conquanto a análise de sua conjuntura sócio-econômica não apresente problemas similares aos nossos, tais como o abandono do campo, correntes migratórias, favelamento, abandono material do menor, desemprego, deficiência das redes escolar e médico-hospitalar e outros... A experiência alheia, assim, só nos será útil na medida em que a realidade dos países em coito guardem traços de similitude. Não haveremos de desesperar também ante a idéia de que, suprimidas, atenuadas ou neutralizadas as causas, o crime e a violência emergirão novamente sob outras formas e sob a inspiração de outros fatores. Esse constante processo de renovação, esse confronto milenar entre o bem e o mal, fazem parte de nossa predestinação, do nosso destino. E a nós cabe a tarefa interminável de prover o equilíbrio social, mantendo e contendo a conduta humana dentro de limites toleráveis, utilizando os recursos éticos e legais que a sociedade nos delegou" (Ib. Grifos nossos).

"Função primordial no prover-se o equilíbrio social é a da prevenção do crime... A prevenção é uma forma de intervenção social que visa reduzir a ocorrência de fatos considerados indesejáveis, tornando-os impossíveis, mais difíceis, menos atraentes, ou, de qualquer modo, menos prováveis, através de mudanças nas condições físicas, jurídicas ou sócio-econômicas do meio, ou de mudanças nas características psicológicas ou biológicas de um grupo ou de um indivíduo..."

"No campo legal... devemos destacar: a) edição da Lei nº 6.416, de 1977, que alterou os Códigos Penal, Processual Penal e a Lei das Contravenções Penais...; b) a edição da Lei nº 6.368, de 1976, que disciplina os crimes de tráfico e uso de entorpecentes...; c) o novo Código de Menores; d) a sugestão do Grupo de Juristas que visa a criminalização de algumas condutas contravencionais, principalmente o porte de armas e a ab—rogação da Lei nº 4.611, de 1965; e) a recente criação, pelo Ministério da Justiça, de um Conselho Penitenciário Federal..."

"No campo social é que o problema do combate às causas da criminalidade assume proporções gigantescas. Sabemos, por exemplo, que do abandono do campo pelos pequenos e médios lavradores, podem decorrer e quase decorrem as correntes migratórias, o aumento da densidade populacional, o crescimento dos conglomerados, a desagregação da família, a promiscuidade, a subcultura, o abandono do menor, o alcoolismo, etc., até chegar-se ao crime e à violência. Está claro que o abandono do campo não deve ser a grande causa da violência urbana. O processo pode ser desencadeado a partir de cada uma das causas apontadas ou ainda de outras nem sequer relacionadas. A observação diária do comportamento violento informa-nos, mesmo, que considerável parte do contingente dos delinquentes não proveio dos campos, mas foi forjada no próprio ambiente urbano... Como, em curto lapso de tempo e, simultaneamente, dar condições ao homem do campo para permanecer em seu habitat, conter a migração interna, o favelamento, o desemprego, a desagregação familiar, prover a infância carente e abandonada?" (Ib. Grifos nossos).

"Louve-se e reconheça-se, entretanto, o cicloópico esforço do governo que, procurando facilitar o financiamento agrícola e a garantia de preços mínimos ao produtor, dá melhores condições de desempenho e ao agricultor; que, objetivando a erradicação das favelas e dos con-

glomerados promíscuos, constrói e financia a venda de casas populares; que constrói escolas; que alarga o atendimento na área previdenciária; que adota uma política fiscal que onera proporcionalmente o mais dotado economicamente, em benefício do menos aquinhado, buscando uma mais justa distribuição de renda. Além dessas dificuldades todas de ordem material, despontam outras de caráter psicológico, pedagógico, moral, religioso, cultural, etc., que dão ao conjunto um tal grau de complexidade que só a ação diuturna e integrada do Poder Público e das forças mais vivas e representativas da sociedade poderão eventualmente superar".

Para concluir, apresentou dados estatísticos da criminalidade na Grande São Paulo.

Iniciando a fase de interações, perguntamos ao Conferencista: "V. Exª tem conhecimento da existência, em São Paulo, de grupos organizados que se entregam à prática de atos de violência... que vão desde o assalto organizado a bancos, à prática de crimes dolosos contra a vida, e de atentados que têm conotações ou aparência de serem gerados por motivação política?"

Respondeu o Secretário de Segurança Pública de São Paulo que não tem nada, depois de muita pesquisa, que o possa conduzir à afirmação da existência de grupos, a não ser de marginais, que mais propriamente se denominariam grupinhos... Essa forma de coagir, de ameaçar ou influenciar outras pessoas, ou de impor-lhes a vontade pelo uso sistemático do terror, ou, ainda, a forma de ação política e combate ao poder estabelecido, mediante o emprego de violência, em São Paulo, ainda não conseguimos detectar" (Ib.).

Sobre se o aparelhamento policial de São Paulo tem condições técnicas, materiais e humanas, para enfrentar a situação, respondeu o Desembargador Otávio Gonzaga Júnior que não.

O ilustre Senador Nelson Carneiro indagou do Conferencista que resultados até agora as autoridades do Estado de São Paulo lograram obter no que se refere ao seqüestro e às violências sofridas pelo Prof. Dalmo Dallari.

Respondeu o Desembargador: "Quanto ao primeiro caso, ou seja, a detenção do Dr. Dalmo de Abreu Dallari, em sua residência, no dia 19 de abril de 1980, por volta das 6h30m, estávamos vivendo em São Paulo um momento difícil, uma situação explosiva, até perigosa. O curso da greve dos metalúrgicos na região do ABC estava alcançando o seu ponto máximo de tensão... Grupos ou facções radicais aproveitam-se de ocasiões como essas para agirem disfarçadamente, confundindo as autoridades e as partes envolvidas, em busca da consecução de seus objetivos extremistas... Em relação ao Professor Dalmo Dallari, segundo as informações que me prestou o Dr. Delegado-Geral de Polícia, quando eu soube, Sr. Senador, da prisão, — não chamaria isso de prisão, chamaria de detenção — imediatamente liguei ao DOPS, chamei o seu Delegado-Chefe, Dr. Romeu Tuma, que é um excelente policial, avesso a qualquer tipo de violência, e disse que o soltasse imediatamente. E telefonei ao Prof. Dalmo Dallari, pedindo-lhe desculpas. Eu, pessoalmente... O meu Delegado-chefe, louvado nas informações do DOPS, explicou, e eu confirmei a veracidade disso que essa detenção do Prof. Dalmo Dallari e sua condução ao DOPS, não foi efetivada por nenhum integrante da Polícia Civil, e que de nenhuma de suas autoridades partiu ordem nesse sentido..."

Quanto à segunda parte, ainda não há conclusões esclarecedoras, segundo o Conferencista, ajuntando o ilustre Senador Nelson Carneiro: "Agradeço a V. Exª e estou certo de que, magistrado ilustre que V. Exª é, e com uma tradição liberal, e sendo visceralmente contra a violência, fará tudo que lhe for possível para apurar esse fato, e Deus permita que outros não se reproduzam em São Paulo".

O ilustre Senador Henrique Santillo, dentre outras considerações, afirmou: "... Não podemos desconhecer, e nem tentarmos usar de meias palavras, de que não existe, em quase todos os meios no País hoje, de certo modo, uma suspeição de que determinados setores do aparelho

policial de repressão estão envolvidos com a violência política, direta ou indiretamente..."

"Sobre as falhas que possam ter ocorrido por parte do DOPS paulista, no dia da detenção do Prof. Dalmo Dallari, admitiu o Dr. Otávio Gonzaga Júnior: "Confesso, reconheço que teria havido uma falha da polícia do DOPS, nesse dia, mas a justifico pela anormalidade fora do comum do que aconteceu naquele dia... Posso até chegar a admitir, ainda que remontamente, a hipótese de a condução ter sido efetivada até por pessoas não integrantes do Poder Público. Até posso admitir".

O ilustre Senador Henrique Santillo cita entrevista do Deputado Erasmo Dias, ex-Secretário de Segurança Pública de São Paulo, à Revista *Veja*, na qual ele afirma: "os responsáveis por esses atentados devem ser buscados entre os inconformados e fanáticos de Direita, gente que fez a Revolução de 64, sofreu por ela e está desesperada com a inteligente articulação da Esquerda para desestabilizar o regime".

Retrucou o Conferencista: "Senador, li estas declarações. Mas não é o meu caso, evidentemente, porque eu, realmente, não sei".

O ilustre Deputado Alberto Goldman, após elogiar a forma digna com que o Conferencista se tem portado, quando da ocorrência de fatos graves em São Paulo, perguntou: "Há alguma ação da Secretaria de Segurança Pública no sentido de eliminar, de uma vez, a existência desses agrupamentos clandestinos de repressão?"

Respondeu o Conferencista: "Se houver um caso em que haja um delito, um crime, uma contravenção até, eu mando apurar. Agora, contra outras medidas mais extremas, fuge de minha alçada, completamente".

O ilustre Senador Evelásio Vieira, abordando o fenômeno da corrupção, indagou: "A corrupção tem moradia, também, na Polícia de São Paulo?"

Respondeu o Conferencista: "... Casos de corrupção existem em todas as polícias do mundo... Casos isolados existem e aparecem em qualquer lugar. Existem na Polícia inglesa, na polícia suíça, na polícia americana. Agora, moradia fixa, creio que não".

Perguntou, ainda, o ilustre Senador: "No elenco de causas da violência no Brasil, V. Exª colocou em sexto ou sétimo lugar a insuficiência de escolas. Não seria essa a causa primordial, no Brasil?"

Respondeu o Conferencista: "Penso que não. É uma concausa, ela evidentemente concorre, mas eu penso que a miséria, a inflação, o desemprego, tudo aquilo que relatei aqui, tudo isso forma um conjunto em que não se pode dar prevalência a um ou outro fator. Tudo isso influi conjuntamente, complexamente.

O ilustre Senador Amáral Furlan perguntou ao Conferencista: "O Prof. Dalmo Dallari afirmou que a Polícia de São Paulo não estava muito interessada em esclarecer o atentado que sofreu. E, ainda mais, que ela não teria fornecido a ele aquelas fotografias das pessoas que pertenciam, ou que pertencem ao DOI, para que ele pudesse vislumbrar se desta organização partiriam aqueles que cometeram a violência contra S. Exª".

Respondeu o Conferencista: "Aí iríamos partir de um princípio, e já de uma convicção prévia de suspeita contra os integrantes dessa unidade. Em segundo lugar, é um serviço reservado, e estou, no decorrer do inquérito, verificando sobre qualquer possibilidade, fizemos inclusive o retrato falado. Mas, senti que não poderia requisitar, e talvez nem pudesse, porque exibir um álbum desses que eu nem sei se existe..." (Ib.).

Perguntou, ainda, o ilustre Senador: "... Os assaltos a bancos, joalherias, postos de gasolina, se sucedem a todo dia, até assaltos engraçadíssimos, como aquele que foi filmado por um jornal, que é uma verdadeira piada, mas que levaram 2 milhões. Gostaria de saber quais as providências reais que a Polícia está realizando no aprimoramento dos sistemas de alarme e desses guardas bancários. Porque o que acontece é o seguinte: o guarda bancário é o primeiro a ser rendido pelo assaltante, e este ainda ganha uma ou duas armas a mais, para assaltar o banco. Qual a solução para esse problema?"

Respondeu o Secretário de Segurança de São Paulo:

"... Essa vigilância bancária realmente é lastimável. Estou nesse plano até para baixar uma resolução, porque é decreto federal, mas a resolução para regulamentar o decreto é da Secretaria. Estou estudando até a exigência de um estágio de 3 meses na Academia de Polícia de São Paulo, para esses elementos de vigilância particular".

Em sua intervenção, declarou e perguntou o ilustre Deputado Pêricles Gonçalves: "V. Sª não acha que, entre 14 causas, não estaria uma chamada a ineficácia, não do aparelho policial, só, mas, sobretudo, da própria legislação?... Estou tentando, inclusive, estabelecer a fixação da responsabilidade penal do menor, a partir dos 16 anos... Preserva-se a figura do menor, contra o desejo da maioria da população, mas se permite que esses menores, bandidos mirins, adultos, estuprem, violentem, agriem os menores de 12 anos, 13 anos, às vezes, até, sem absolutamente qualquer incidência criminal..."

Respondeu o Conferencista: "... Essa relação que fiz, não excludente, é exemplificativa... Já levei muitas bordoadas, por aí, quanto pugnei pela diminuição da idade para efeitos da imputabilidade criminal. V. Exª sabe que na Áustria, que é um país ultracivilizado e pequeno, o limite de idade é 14 anos? Em Ribeirão Preto, em São Paulo, há um menor de 13 anos, apelidado caveirinha, que já matou 6. Sempre pugnei por essa diminuição de idade, para efeitos penais, com a criação concomitante de presídios juvenis. Mas, essa relação que fiz, não exclui outras concausas... Não vou criticar a Justiça, mas, também esta não está bem atualizada. Porque as soluções, as conclusões dos processos criminais, têm que ser muito mais rápidas."

Perguntou, ainda, o ilustre Deputado, a propósito da informação do Conferencista de que tinha havido uma diminuição do número de assaltos em São Paulo: "... Rara é a família no Rio de Janeiro que não tem um elemento, em seu seio, que não tenha sido assaltado, agredido, violentado. Então, pergunto a V. Sª — essa diminuição, V. Sª atribui à eficácia do aparelho policial, naturalmente".

Respondeu o Conferencista: "Não apenas... Por uma série de fatores... Com relação a esse programa polícia-povo, às vezes até me sinto meio ridículo, porque acho que o brasileiro tem uma mania: encara sempre o policial como um bandido, como um culpado... Estou procurando com esse programa polícia-povo, conscientizar o povo de que ele precisa da polícia, a polícia também precisa dele".

A 4 de setembro de 1980, realizou-se a 16ª Reunião da CPI, tendo sido ouvidos, na oportunidade, o Vereador Antônio Carlos Carvalho, em cujo gabinete na Câmara Municipal houve um atentado a bomba, e o Deputado Erasmo Dias, ex-Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO XXI

Vereador Antônio Carlos Carvalho

O Vereador Antônio Carlos, referindo-se às investigações concernentes ao atentado a bomba ocorrido em seu gabinete, denunciou que "está sendo montada, nas investigações do Rio de Janeiro, não uma investigação com o objetivo de levar até às últimas consequências, de identificar os culpados, mas de montar uma farsa..." (Notas Taquigráficas, pág. 1.3).

"Nós soubemos que uma boa parte das conclusões que se aprofundaram na Ordem dos Advogados do Brasil se deveu ao fato de que se continuou persistindo nas pesquisas, nas buscas, nas reconstituições durante uma semana até que a sala fosse totalmente desfeita. Entretanto, na Câmara dos Vereadores não ocorreu o mesmo."

"... Passaram-se durante esse tempo, 10 dias. Naquele evento, pelo menos 6 testemunhas oculares foram atingidas e foram vitimadas, uns mais e outros menos, e até hoje, apesar da insistência da Câmara Municipal, de pronunciamentos diversos, da imprensa, nenhuma dessas testemunhas foi sequer ouvida..."

"... As investigações — e falo de "investigações" entre aspas — se dirigem unicamente para inverter os papéis e transformar as vítimas em réus..."

Terminando, reiterou sua denúncia básica: "Nós não queremos obstruir nenhuma investigação; Queremos

apenas dizer que não acreditamos que as investigações estejam sendo levadas a efeito, com a necessária profundidade, com a necessária presteza que a Nação reclama, que o Governo reclama e que o povo brasileiro tem consciência de ser necessária" (Ib. Grifos nossos).

CAPÍTULO XXII

Deputado Erasmo Dias

Após esclarecer que havia suspeita de que a CEBRAP fosse uma espécie de Centro de Inteligência de Esquerda, o que não veio a se confirmar, pelo menos com a amplitude que se supunha, explicou o ex-Secretário de Segurança Pública de São Paulo que, quando do atentado a essa entidade, nada ficou apurado. "... O fato não foi apurado porque realmente não tivemos condições de chegar a maior profundidade".

O ilustre Senador Pedro Simon, dirigindo-se ao ilustre Deputado Erasmo Dias, indagou: "Gostaria de saber a opinião de S. Exª, que é um homem que entende dessa matéria, que ocupou um cargo relevante nesse setor, se ele acha que o que está acontecendo, esses atentados vêm há cerca de 18 meses, e, até agora, absolutamente nada aconteceu, em termos de encontrarem os responsáveis... O que ele acha daquela divergência que havia até aquela última bomba que estourou na ABI e na Câmara dos Vereadores, quando o Ministro da Justiça dizia que a responsabilidade era dos Governos estaduais, enquanto o Governador de Minas, por exemplo, dizia que a responsabilidade competia ao Governo federal."

Respondeu o ilustre Deputado: "... Em matéria de peritagem de bomba, os grandes peritos de bombas, no Brasil, estão realmente na Polícia Federal... O Delegado responsável pelo inquérito da Polícia Federal poderá mobilizar logicamente não só a ela, mas todos os outros setores de segurança do Estado para que se apure, porque ela, sozinha, realmente, talvez não tenha capacidade de apurar, porque... É preciso montar uma rede de busca que requer um trabalho de todos os interessados em realmente esclarecer... É preciso haver realmente uma mobilização grande para que se possa chegar a indícios, a circunstâncias, a testemunhas, a provas..."

Perguntou o ilustre Senador Pedro Simon ao ilustre Deputado Erasmo Dias, se era verdade, conforme noticiaram os jornais, que ele teria afirmado que os últimos atentados ocorridos no País seriam de direita.

Respondeu o ilustre Deputado que essa era uma análise simples, dentre as hipóteses levantadas. "... Já que se tem que levantar as hipóteses, a primeira hipótese mais válida. Realmente seria uma tentativa... De extrema direita, e uma de extrema direita estúpida, idiota, que se pretendeu ter neste País, que nunca vi na minha vida, primeira vez que vi com essa pujança, estúpida, marxista, masoquista... Como também é possível seja um atentado da extrema esquerda, que nesta altura dos acontecimentos é possível, mas é menos provável" (Ib. Grifos nossos).

"E também avento outra hipótese: Talvez nem de direita nem de esquerda, mas paranóico que, às vezes explorando a possibilidade de um clima psíquico de extrema direita, de extrema esquerda, aproveita. Pode ser isso" (Ib. Grifos nossos).

"Quando os assaltos a terroristas começaram em São Paulo, triplicou o número de assaltos a Banco por marginais. Nós ficamos em confusão; não sabíamos se eram marginais, ou se eram terroristas... Quando eu era Secretário de Segurança, durante cinco anos houve cinco assaltos a Bancos. Hoje, em São Paulo, até o dia 30 de junho houve 77 assaltos. Motivo da mudança dessa legislação..." (Ib.).

Perguntou o ilustre Senador ao ilustre Deputado Erasmo Dias se os órgãos com os quais ele disse que trabalhava em conjunto, em seu tempo de Secretário de Segurança, eram a Polícia Federal e o II Exército.

Respondeu o ilustre Deputado: "... O responsável pela segurança interna de cada área é o comando do Exército da área... Então, quando é assunto de segurança interna, realmente, pelo menos em meu tempo, era problema do II Exército... Agora a interpretação de como deva a segu-

rança interna assumir, é um problema que foge a minha alçada... O problema específico do combate à subversão, pretensamente ou não comunista, ficou sempre na mão do II Exército... "Se não houver um entrosamento entre a Secretaria de Segurança Pública, os órgãos militares da área e o Governador, nunca se chega a bom termo, como expliquei agora e o Sr. deve ter entendido, porque é fácil... A própria missão da Polícia Militar está muito mais subordinada ao Exército do que à Polícia..."

Perguntou o ilustre Senador Pedro Simon qual a razão para o caso Herzog sair das mãos do Secretário de Segurança Pública.

Respondeu o ilustre Deputado: "Porque todas as atividades enquadradas na Lei de Segurança Nacional, mais especificamente, subversivas ou comunistas, o Exército avocava a si... Os DOI — CODI dos Exércitos eram conglomerados de policiais militares, policiais civis, policiais do Exército, policiais da Aeronáutica, comandados por oficiais do Exército... Todo o setor de combate, por exemplo, à subversão e aos comunistas, no meu tempo, foi entregue ao 2º Exército... Ato de subversão, fora das unidades legais, em que pese dirigidas e planejadas e executadas pelos órgãos do 2º Exército, eram na fase final processualística feitas por nós".

Sobre como viu o afastamento do Comandante do 2º Exército, com o qual, ao menos em tese, deveria estar agindo em conjunto, respondeu o ilustre Deputado que na área dos outros só poderia responder pelo que a ele lhe dissesse respeito, manifestando, ainda, sua convicção real de que a morte de Herzog realmente foi suicídio".

A propósito do problema dos alcagüetes e do interesse que eles possam ter na anormalidade, para que possam prestar seus serviços e continuar recebendo pagamentos, respondeu o ilustre Deputado que realmente é uma arma de dois gumes, mas de utilização inevitável. "... É preciso entender que isso sempre é um problema, é uma trama, e essa trama tem inúmeros participantes e quando nós sempre procuramos transformar um informe numa informação é sempre fruto de uma análise, de uma pesquisa, de uma interpretação de inúmeros órgãos e nunca de uma pessoa isolada. Mas faz da doutrina esse tipo de informação. Agora, tem os seus pecados... Em tese concordo com V. Exª em gênero, número e grau".

Perguntou o ilustre Senador Pedro Simon: "V. Exª, que foi membro do Serviço, mas que, hoje, é parlamentar, não acha que o Parlamento poderia até ajudar se ele participasse, ao invés de ser totalmente excluído desses fatos?"

Respondeu o ilustre Deputado Erasmo Dias: "... Eu acho que, daqui a pouco, eu vou ficar na situação de nosso amigo Carvalho, vou virar réu aqui. Não vim aqui com o intuito de me tornar réu de nada. Porque não sou réu de coisa alguma..."

Num campo mais estreito, no campo da informação, eu sou visceralmente contrário à indústria de informações negativas... A informação, quando atinge um certo indivíduo depois de um certo tempo, há que se tornar pública porque é preciso que a própria pessoa tenha como se defender... Agora... eu vou falar como político. O que acontece é que certos setores da Oposição, não digo todos, nunca estiveram interessados, não estão interessados em esclarecer certas coisas, de colaborar, de fiscalizar; querem é derrubar o regime mesmo! Esse é que é o ponto capital. Esse é o meu entendimento... Se é para apurar bandalheira da PETROBRÁS, estarei aqui a qualquer momento. Mas se é para pretender inverter o regime, subverter o regime, não vai nunca ser para o meu lado. Não.

A 9 de setembro de 1980, realizou-se a 17ª Reunião da CPI, tendo comparecido o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Eduardo Seabra Fagundes, especialmente para falar sobre o atentado de que foi alvo a Ordem dos Advogados do Brasil, do qual resultou a morte da funcionária Dª Lida Monteiro da Silva, bem como sobre a violência política em geral.

CAPÍTULO XXIII

Dr. Eduardo Seabra Fagundes

Assinalando a diferença entre os objetos de seu primeiro comparecimento à Comissão — falar da violência comum e da criminalidade — e o do segundo — a violência de motivação política — disse, inicialmente, o Depoente: “O fenômeno sobre o qual a douta Comissão pretende ouvir-me é inteiramente diverso: a violência surge, exatamente, numa camada social em nada atingida pela pobreza e os seus objetivos, de cunho inintimidante político, residem exatamente na manutenção, por parte de grupos que se dedicam a esta forma de ação política, de alguns privilégios conquistados, ao longo destes últimos anos. A violência mais rudimentar nos seus métodos. Esta que nos atingiu é mais sofisticada, do ponto de vista tecnológico, inclusive. O artefato que atingiu a Ordem dos Advogados do Brasil não pode ser fabricado senão por umas poucas pessoas, altamente especializadas na técnica de explosivos... O autor do atentado, além da segurança, pode ter razoável margem de certeza de que ele vai atingir exatamente o seu destinatário, ou chegar muito próximo dele, como aconteceu na Ordem dos Advogados do Brasil, por uma fatalidade... As bombas que explodiram na Ordem dos Advogados do Brasil e na Câmara dos Vereadores, no Rio de Janeiro, são bem semelhantes, se não absolutamente iguais. Por outro lado, pouquíssimas pessoas, no Brasil, estão em condições de fabricar tal tipo de instrumento de destruição, não só pela dificuldade na obtenção de matéria-prima, como também pela técnica necessária para seu manuseio. Não se pode cometer a injúria de atribuir às autoridades governamentais sequer a idéia da autoria de um atentado desses. Mas ninguém pode afastar a possibilidade de que a origem dessa violência esteja nos quintais do regime... O terror, apesar de não ter origem oficial, é nitidamente alimentado pela incapacidade do sistema no que concerne à coibição de sua prática. Não é fácil identificar os autores de um atentado, mas em certos casos, os órgãos de segurança se mostram desatentos e displicentes, deixando escapar algumas pistas que poderiam ser valiosas... os grupos extremistas, que se utilizavam de métodos violentos, sentem-se a cada dia mais encorajados, uma vez que as autoridades encarregadas das investigações têm procurado responsabilizar as próprias vítimas pela autoria dos atentados... (DCN — II 31-3-81. Grifos nossos).

“Recentemente a vítima mais notória da violência política foi a OAB... Muito recentemente a atuação da OAB se voltou para dois episódios que talvez possam ser identificados como o estopim próximo da bomba que foi lançada em nossa sede: o primeiro, o atentado contra o Prof. Dalmo Dallari; o segundo, a investigação de dois desaparecimentos, no interior de Goiás, entre Rio Verde e Jataí. Começarei por este último, pois creio que há setores, digamos, dos organismos de segurança ou de uma ala um pouco mais extremada à direita da sociedade brasileira, que julgam que a Ordem atua, numa linha por assim dizer revanchista, o que não é verdade... Não interessa à Ordem revolver o passado, mas sim construir o futuro”.

Quanto ao caso ocorrido em Goiás, após informar que se tratava de esclarecer a morte de dois jovens cujos cadáveres foram encontrados numa fazenda, estando os advogados contratados para elucidar o caso bem como as testemunhas a receber ameaças, revelou: “Chegou-se ao ponto de algumas pessoas irem ao local onde esses corpos estavam sepultados para, de lá, retirarem os restos mortais e os levarem para lugar desconhecido, o que choca os sentimentos cristãos do povo brasileiro. Os advogados, então, sentiram-se cerceados em suas atividades e pediram a proteção da Ordem dos Advogados para sua atuação profissional. Ora, nenhum Presidente da Ordem dos Advogados, nem aqui e nem em lugar algum do mundo, negaria a esses advogados o respaldo de que eles necessitavam para exercer uma atuação profissional legítima... Designei o Vice-Presidente da Ordem para ir com eles ao interior e colher os elementos que ainda restavam para o esclarecimento da verdade, sabendo que as testemunhas — fato inconcebível — vinham recebendo cons-

tantes ameaças. Apurou-se, integralmente, o que ocorria anos atrás, quando duas pessoas foram praticamente executadas... Foi este o primeiro caso. Nele chegamos muito perto do aparelho repressivo, que até mesmo, como eu disse, se permitiu subtrair restos mortais de uma sepultura improvisada” (Id., ib.).

“No outro caso, havia um advogado, um ilustre advogado aliás, envolvido num atentado como vítima: O Professor Dalmo Dallari, que foi seqüestrado, na sua casa, e seriamente agredido, a ponto de ter uma de suas vistas seriamente atingida... Havia algumas denúncias com detalhes altamente significativos, com envolvimento de nomes de oficiais da Polícia Militar, com explicitação dos órgãos que haviam atuado e a sua localização. Todos os dados externos foram, finalmente, confirmados por advogados. Só não se chegou aos agentes. Todos sabem, também, que algumas pessoas ligadas à Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo envolveram-se — e isto foi constatado através de fotografias publicadas pelos órgãos de imprensa — em alguns conflitos que descambaram, claramente, para a violência” (Id., ib.).

“... O Presidente da Ordem se havia disposto a ficar com ele (o Professor Dallari) durante o período em que ele permanecesse no DEOPS mas o Delegado-Titular daquela repartição afirmou não ser isso possível, porque o Professor Dallari estava preso e incomunicável. Este sistema de segurança que prende e depois nega a prisão, quando chamado à responsabilidade, não pode agora pretender estar acima de qualquer suspeita... Há uma clara resistência dos organismos de Segurança a que se chegue à verdade”.

“... Foi pouco após sua atuação neste caso e no inquérito do Professor Dalmo Dallari, que a Ordem sofreu o atentado. O atentado era dirigido à sua própria sede, de uma maneira extremamente violenta, de uma maneira que permite classificar os seus autores como pessoas inteiramente sem escrúpulos e sem princípios, porque a violência da explosão foi realmente uma coisa impressionante... Este atentado não foi um simples aviso: foi, evidentemente, uma represália contra alguma coisa, que só pode ser a atuação da ordem nesses casos mais recentes. Não consigo vislumbrar um outro móvel para essa atitude de represália, principalmente uma represália tão violenta, tão desumana” (Id., ib.).

“... Não creio que se possa enfrentar essa escalada do terror sem que haja uma atuação enérgica no sentido de identificar os autores do atentado, não com espírito de vingança, mas com o objetivo de desfazer a trama que, evidentemente, existe, e fatta de recursos, porque, como já disse, não é qualquer pessoa que tem a tecnologia empregada no atentado. Fora isso, eu diria que a posição da Ordem continua a mesma, especialmente contra a idéia de uma lei antiterror, que armasse o Poder Executivo de poderes ainda maiores do que os que ele já detém. Como todos sabem, a Ordem é adepta, até mesmo, de uma reformulação da Lei de Segurança Nacional, para que esse instrumento jurídico, tendo um caráter mais democrático, não possa ser utilizado como instrumento de pressão sobre a sociedade civil e os opositores do regime...”

Iniciando os debates, indagamos ao Depoente em que fase se encontram as investigações para apuração do atentado à Ordem dos Advogados.

Desculpando-se por não descer a detalhes, respondeu o Depoente: “Recebi da Polícia Federal uma solicitação no sentido de não divulgar o andamento das investigações publicamente, porque isso poderia dificultá-las, permitindo que eventuais suspeitos se valham das informações para destruir vestígios do crime perpetrado. Assim, então, o compromisso de não divulgá-las, também porque faço absoluta questão de ser informado de todos os passos daquela investigação... Confesso também, que não há muita coisa a ser dita... Decorridos já quase quinze dias, desde o atentado, não existe nada de substancial, que nos passa levar a um estado, digamos, otimista, embora eu hoje não possa negar que, realmente, a Polícia Federal está se empenhando nos trabalhos.”

Sobre se tem mantido contato com o Ministro da Justiça, especialmente sobre esse assunto, respondeu o Depoente que não.

Sobre se a Ordem comunicou ao Ministério da Justiça a demora nas investigações, respondeu o Depoente: “Aguardamos, em vão, por cerca de trinta horas, que aparecesse um agente da Polícia Federal na Ordem. Passei, então, um telex ao Ministro da Justiça, comunicando que, decorridas cerca de trinta horas, nenhum agente comparecera à Sede da Ordem. Hoje, há uma reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana com o Sr. Ministro, e nela pretendo relatar de viva voz a minha impressão pessoal sobre o andamento do inquérito... O fato é que o ocorrido não despertou, digamos assim, um interesse maior das autoridades que, eu suponho, teriam alguma preocupação com o ocorrido, dada a sua natureza” (Id., ib.).

Sobre se a Ordem faz investigações à margem, por conta própria, além do perito criminal designado, respondeu o Depoente que a Ordem não faz investigações por conta própria, limitando-se a acompanhar e colaborar nas investigações realizadas pela Polícia Federal, no sentido de sugerir providências.

O ilustre Senador Gilvan Rocha, após manifestar sua convicção de que há inequívocas demonstrações da existência de grupos interessados em sabotar o inquérito do atentado do Professor Dalmo Dallari, indagou ao Depoente se não acreditava haver também, no caso da OAB, pessoas ou entidades interessadas, de alguma maneira, em torpedear a conclusão desse inquérito.

Respondeu o Depoente: “Creio que existem grupos interessados em impedir que as investigações caminhem... Eles vão se movimentar, porque esse atentado tem, certamente, uma origem em uma camada que está disposta a resistir à caminhada que o País desenvolve no sentido de sua democratização”.

O ilustre Senador Leite Chaves perguntou ao Depoente quem no Brasil detém esse tipo de explosivo encaminhado à Ordem dos Advogados. Respondeu o Depoente não dispor dessa informação.

O ilustre Senador Henrique Santillo perguntou se a Ordem já tem conhecimento exato do explosivo que foi utilizado, respondendo o Depoente que pode afirmar tratar-se de um explosivo de utilização muito rara.

Sobre se a Ordem já teria conhecimento de que esse explosivo seria controlado por algum organismo governamental, ou se há sobre a sua distribuição e utilização algum controle do Governo, respondeu o Depoente ser impossível que o sistema de segurança interna do País não exerça um rígido controle sobre a sua produção, importação e utilização.

Sobre se era exato que as bombas dos atentados anteriores eram sempre de fabricação caseira, sendo apenas a do atentado à Ordem e a do atentado à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro um tipo diferente de artefato, respondeu o Depoente que de fato tiveram não só a originalidade do artefato e do explosivo, como também a utilização da via postal para fazê-las chegar. “...Acho que é possível concluir que os agentes (dos primeiros e dos dois últimos atentados) são diferentes... Do ponto de vista político existe um elo entre esses atentados.

Sobre se seria possível concluir pelos métodos diferentes, tratar-se de agentes diversos, respondeu o Depoente achar que é possível, podendo também tratar-se dos mesmos agentes, com métodos aperfeiçoados, dado haver um elo político entre esses diversos atentados.

Sobre se há condições ou indícios de que esses atentados todos sejam de autoria de pessoas ligadas aos DOI-CODI, confirmou o Depoente a publicação, pela imprensa, de algumas denúncias e de alguns indícios nesse sentido.

Sobre se estaria havendo contemporização com setores do Governo eventualmente envolvidos nesses atentados, respondeu o Depoente: “Haveria, talvez, entendimentos no sentido de uma contemporização, pelo menos, para que se obtivesse, em troca da não punição dos culpados, uma detenção da escalada do terror... Acho que a preocupação em dar uma dimensão muito ampla àquele atentado de Minas pode significar que há uma

profunda preocupação por parte do governo, no sentido de dizer que a origem não é uma só..."

O ilustre Senador Jutahy Magalhães, iniciando sua intervenção, ponderou: "... Tenho notado... que estão procurando induzir a responsabilizar pessoas ou órgãos, na base de suposições, de hipóteses... Vemos, no mundo inteiro, atos como estes que às vezes não são descobertos os autores, embora lá, na Itália, na Irlanda, na Inglaterra, na Espanha, todos esses órgãos de segurança estejam na realidade procurando também os terroristas... Ninguém pode exigir que se lance, perante a opinião pública, nomes de figuras até então respeitáveis, sem nenhuma comprovação da acusação que lhes é feita. Foi bom o Senador Henrique Santillo ter falado no depoimento do Vereador Antônio Carlos, porque enquanto ele, na semana passada aqui, preocupava-se para demonstrar que o inquérito não estava sendo efetuado com a devida presteza, com o devido interesse na Câmara dos Vereadores, porque não teriam sido ouvidos, até então, as pessoas que trabalhavam com S. S.ª lá na Câmara dos Vereadores, aqui vemos que o inquérito da Ordem dos Advogados está pecando por só ter ouvido as pessoas, e achando que as pessoas não teriam nada a informar. A minha indagação é sobre isso".

Respondendo, disse o Depoente, entre outras considerações: "A voz corrente é de que haveria um envolvimento de alguns setores remanescentes da repressão".

À pergunta do ilustre Deputado Valter Silva sobre se estaria sendo protegido pelo Governo Federal, respondeu o Depoente que não.

Sobre se consideraria o incêndio de Veículo da Seção mineira da Ordem o prosseguimento de uma série de atentados que visariam à ordem dos Advogados, respondeu o Depoente que pode ser que sim e pode ser que não, ajuntando: "A Ordem tornou-se, sem dúvidas, o alvo preferido de pessoas que se julgam atingidas pela preocupação que ela tem em defender a Ordem jurídica e os princípios democráticos". Disse, ainda: "Agora, tenho uma clara impressão de que alguém, na área de setor de informação do Governo, julgou ter encontrado um elemento valioso, para, pelo menos, desviar a atenção da opinião pública, do drama do Rio de Janeiro, que estava, realmente mobilizando a consciência nacional" (Id.,ib.). Ponderou, mais: "... Um dos grandes serviços que o Governo poderia prestar à Nação, no momento, quer esses setores de segurança estejam ou não ligados ao atentado, é desmontá-los... tudo nos leva a concluir que, com ou sem culpa dos organismos de segurança, é preciso reformular integralmente essa área, porque, na verdade, o que se transmite é intranquilidade à população".

Sobre se acredita que o inquérito instaurado no Rio de Janeiro chegará a algum resultado, a alguma conclusão, ou que aponte algum culpado, alegou não desejar fazer nenhum exame prospectivo da situação.

A ilustre Deputada Cristina Tavares perguntou se o Depoente não acha que a impunidade com que determinados fatos têm ocorrido não contribui para o clima de terrorismo que acontece no Brasil respondendo ele que a impunidade desses atentados é, sem dúvida, um dos fatores de realimentação do terror. E acrescentou: "Em que medida nossa postura, diante do passado, no sentido de não enfrentar a verdade, vem contribuindo para que, a cada traumatismo do sistema institucional, alguns grupos se permitam transgredir alguns direitos elementares da pessoa humana?" E enfatizou: "... Acho que é extremamente perigoso que existam regimes nos quais alguns setores, algumas pessoas, alguns departamentos oficiais podem ficar acima de qualquer suspeita, fora do poder de investigação do Senado Federal, como V. Ex.ª muito bem acentuou".

Sobre se via uma relação entre o ato terrorista que em São Paulo atingiu o Prof. Dalmo Dallari e a carta que lhe foi endereçada na Ordem, respondeu: "Eu disse, de início, que os únicos dados novos, no posicionamento recente da Ordem, eram a sua atuação no caso do Profes-

sor Dalmo Dallari, exigindo uma investigação séria, e sua atuação naquele caso de Goiás, dando respaldo ao trabalho de advogados que estavam sentindo dificuldades para o pleno exercício de sua profissão. Não há outros dados. Não posso atribuir essa onda de violência deflagrada contra a Ordem senão a esses dois fatos próximos".

O ilustre Deputado Odacir Soares indagou se a perícia realizada pelo consultor técnico da OAB já levou os órgãos encarregados da investigação ou o próprio Conselho Federal da OAB a determinadas conclusões, não apenas relativamente à origem dos atentados, como relativamente a outros aspectos, quando se sabe, principalmente num caso como este, que a perícia é peça vestibular indiscutível na apuração dos fatos, tendo o Depoente respondido: "Ela ainda não está concluída, porque houve uma certa demora no envio do material para o exame do explosivo. Só depois deste exame é que será possível chegar a uma conclusão mais concreta".

O ilustre Deputado João Cunha perguntou: "... É de se saber se V. Ex.ª vem notando alguma discrepância entre o que estes órgãos fazem, na execução da pesquisa, da investigação, da análise dos fatos do atentado, com a disposição posta às claras à Nação, pelo Presidente da República, João Baptista Figueiredo..."

Respondendo o Depoente: "Hoje eu diria que não disponho de nenhum elemento para negar que os agentes da Polícia Federal que se debruçam sobre o atentado da Ordem estejam realmente interessados na investigação. Eles estão, realmente, cumprindo com fidelidade, as determinações que o Senhor Presidente da República lhes transmitiu, segundo se tornou público. Tenho dito que, se em algum momento eu verificar que houve uma mudança nessa atitude dos agentes da Polícia Federal, eu serei o primeiro a denunciar este fato à Nação..."

Insistiu o ilustre Deputado: "... A partir da entrada da Polícia Federal, avocada pelo Senhor Presidente à investigação, a partir desse instante, V. Ex.ª teve e pode testemunhar que estão agindo com esmero e cuidado no que se trata a essa investigação? Antes não?"

Respondendo o Depoente: "A Polícia Federal tem demonstrado interesse na atenção em torno do caso. Não sei se eu classificaria de atividade esmerada, porque houve certas demoras, inclusive no exame de laboratório do explosivo, como já disse. No entanto, também debito alguma deficiência às estruturas burocráticas brasileiras, que, todos sabemos, se ressentem de defeitos viscerais. Não tinha havido, antes, qualquer interferência da Polícia Federal, que, a rigor, só surgiu, na Ordem, na sexta-feira de tarde, ou seja vinte e quatro horas após o telex ao Sr. Ministro da Justiça, em que reclamávamos o não-comparecimento da Polícia quando já haviam decorrido trinta horas após o atentado... Houve uma certa coincidência entre a chegada dos peritos da Polícia e a do perito Antônio Carlos Vilanova, da Ordem. Os dois tiveram, então, que trabalhar simultaneamente. A partir daí, a Polícia Federal passou a revelar interesse pelo andamento do caso".

O ilustre Deputado Oswaldo Macedo indagou se, além da ausência de elemento representativo do Governo no enterro de Dona Lida Monteiro, o Presidente da Ordem dos Advogados, que era o destinatário da Cartabomba, recebeu, pessoalmente ou por escrito, alguma solidariedade de alguma autoridade do Governo, tendo respondido o Depoente: "No dia seguinte ao atentado, recebi um telex do Sr. Ministro da Justiça, no qual S. Ex.ª transcrevia a nota oficial do governo que determinava a apuração pela Polícia Federal, manifestando o pesar de Sua Excelência... pelo ocorrido".

Perguntou, ainda, o ilustre Deputado João Cunha se, durante o acompanhamento ou a observação do inquérito do Professor Dalmo Dallari, recebeu o Depoente, ou as investigações receberam qualquer tipo de colaboração, ou de ajuda, ou de esclarecimento por parte do Comandante do II Exército, General Milton Tavares da Silva.

Respondendo o Depoente: "... Não posso dizer que, oficialmente, o Comandante do II Exército teria recusado qualquer colaboração. Não posso, por outro lado, afirmar que a teria prestado, se solicitado fosse..."

Perguntamos ao Depoente que grupos o procuraram após o atentado, propondo-lhe retaliação, tendo ele respondido que se tratava de jovens, a quem não pôde e não quis identificar. "... Tive a impressão de que havia, sim, jovens desorientados pela tragédia, achando-se, talvez, no direito ou no dever de articular um movimento contra a violência..."

Como últimas observações, tecemos, dentre outros, os seguintes comentários: "... Não me pareceu uma boa colaboração do Presidente da Ordem dos Advogados o seu depoimento, a partir do instante em que começa aceitar tal tipo de diálogo com a Oposição, admitindo suspiciões, suspeitas infundadas, acusações concretas, sem que se pudesse obter do Presidente da Ordem, que é, sabidamente, um homem responsável, acreditado, honrado, que só tem títulos que o engrandecem e o enobrecem, uma palavra definitiva e esclarecedora. O Presidente da Ordem aceitou, docemente, suavemente, o jogo de palavras que a Oposição lhe impôs..."

Aos 11 de setembro de 1980, realizou-se a 18ª Reunião da CPI, tendo sido ouvidos na oportunidade os depoimentos do Vereador Antonio Carlos de Carvalho e o do Deputado Federal Erasmo Dias.

CAPÍTULO XXIV

Vereador Antônio Carlos de Carvalho

Reportando-se a seu primeiro comparecimento à Comissão, disse o Vereador do Rio de Janeiro: "Manifestávamos nossa preocupação e, de certa forma, a partir da véspera do dia em que depusemos aqui nesta Comissão, as buscas dos culpados se dirigiam unicamente às vítimas" (Notas Taquigráficas, págs. 01/3).

Prosseguindo, desenvolveu outras considerações, das quais extraímos alguns tópicos que nos parecem mais relevantes "... Não temos, e como falei naquele momento, nenhuma intenção de obstruir as investigações. Todas elas devem ser feitas, sobre quem quer que seja... Não sou especialista no assunto, mas creio que a Polícia teria e tem condições de se aprofundar nas investigações... Já foram decorridas mais de duas semanas, duas semanas e um dia desde a explosão da bomba, e não temos conhecimento de nenhum indício a respeito de questões técnicas do laudo, se era alguma coisa ou se não era, embora não queiramos saber nada que seja sigiloso. Não temos intenção alguma de saber aquilo que quebre o sigilo das investigações. Entretanto, não acreditamos que seja necessário sigilo total a respeito de todas as coisas, que nenhuma informação seja vazada, quando se trata de um poder municipal, de um Poder Legislativo, principalmente quando ele próprio foi violentado pelo atentado... Não achamos que os culpados devam ser apontados à Nação, doa a quem doer, do lado que estiverem... O que há é um profundo desvirtuamento das investigações que se procedem a respeito da Câmara Municipal do Rio de Janeiro..."

"... Sabemos — e digo em meu nome pessoal — que o povo brasileiro, os setores democráticos, os homens de bem neste país, não têm interesse, hoje, em perturbar a vida do País, os caminhos democráticos que o País está seguindo..."

"... Abriu-se uma expectativa muito grande na Nação no momento em que o General Figueiredo, representando o Governo, representando as forças que têm a única condição de apontar para a Nação e para o mundo os culpados por essa ignomínia, abriu uma expectativa que tem de ser preenchida, e se não for preenchida com os verdadeiros culpados, é possível que seja preenchida com alguns bodes expiatórios..."

Iniciando os debates, manifestamos nosso ponto-de-vista de que deveríamos nos voltar para o exame do problema da violência e passar esse problema conjuntu-

ral dos atentados para a Comissão Mista. E perguntamos ao Vereador Antônio Carlos de Carvalho se era verídica a notícia estampada em um jornal nos sentido de que ele teria pertencido a um grupo revolucionário armado aqui no Brasil, em 1969, tendo respondido o Depoente que a notícia era falsa.

O ilustre Senador Henrique Santillo perguntou ao ilustre Deputado Erasmo Dias se ele confirmaria declaração dada a uma revista da semana em curso de que, se convocada uma constituinte, ele pegaria em armas, tendo o Deputado respondido que sim.

Ainda com a palavra, o ilustre Senador, após várias considerações relacionadas com sua visão do problema dos atentados, manifestou sua convicção de que a causa básica do recrudescimento da violência no País "... É o modelo de desenvolvimento perverso que aí está, concentrando riquezas, oprimindo os trabalhadores, propiciando do campo intensa migração para as cidades. É o próprio estilo do desenvolvimento, implantado no campo deste País, que nos levou a isto: inchando as cidades, gerando violência urbana, e ninguém troca de autoridade no núcleo central..." (Ib., pág. 29 Grifos nossos).

O ilustre Deputado Erasmo Dias, encerrando sua intervenção, afirmou: "... De uma coisa tenho certeza: se há alguém que prega diuturnamente a desestabilização do regime, a inversão do regime, é meia-dúzia de ideólogos fanáticos, incrustados inclusive na Câmara dos Deputados, e esses eu denuncio à Nação, como irresponsáveis e corresponsáveis com esse clima de desconfiança, de intranquilidade, de dúvidas, colocando o Governo no banco dos réus, antes de se chegar, inclusive, à própria conclusão, pois ele é o mais interessado em que essas coisas sejam esclarecidas" (Ib., págs. 7/4 - 7/5).

O ilustre Deputado Adroaldo Campos perguntou ao Vereador Antônio Carlos de Carvalho, quanto ao exame feito na máquina de escrever do seu gabinete pelo Departamento de Polícia Federal, e exame feito, na véspera do atentado, por 4 funcionários da FACIT, na mesma máquina, se sua preocupação é no sentido de que a carta poderia ter sido endereçada na mesma máquina, tendo respondido o Depoente: "Preocupou-me o fato — e estou aqui registrando — de ter havido alguma resistência no registro do fato do depoimento ter mencionado a visita, no mesmo dia, em oportunidades diferentes, de 4 técnicos da FACIT a essa mesma máquina que foi a levada pela Polícia Federal. Certamente não tenho autoridade nem condições, com esses dados, para tirar nenhuma conclusão, exceto para solicitar, é isso aqui eu faço, através desta Comissão, que esse dado seja agregado nas investigações, que seja considerado com maior interesse, no sentido de saber quem eram esses técnicos, se eram realmente da FACIT, suas identidades, quais os gabinetes que visitaram, por que e como (Ib., págs. 7/7 - 7/8).

O ilustre Deputado formulou, também, as seguintes perguntas: "Esses dados V. Ex^a não procurou apurar junto à seção encarregada de encaminhar os técnicos? ... Não acha que foram muitos técnicos reunidos: quatro? para o que o seria? ... forjar qualquer coisa? mas não seria muita gente? Outra coisa: na apresentação no gabinete, eles teriam que se identificar e atendendo a quê?"

Respondendo, disse o Depoente: "... Não estou levantando nenhuma suspeita, nem utilizei este termo. Não disse que eles estariam forjando... Estou preocupado com a máquina, que era do meu gabinete; não me parece que o fato teria algum indício indicador de que estaria sendo forjado. Entretanto, creio que é um fato importante a ser registrado porque a máquina que foi visitada é a máquina apreendida" (Ib., págs. 7/8 - 7/9).

A ilustre Deputada Cristina Tavares perguntou ao Deputado Erasmo Dias se ele considerava um Comunista o Dr. Eduardo Seabra Fagundes, que na CPI defendera a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, tendo respondido o Depoente: "Não, em absoluto. Apenas falei que a tese da convocação da Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana é

uma das metas capitais, senão a capital, do Partido Comunista".

Sobre se pegaria em armas para evitar uma tal convocação, respondeu o Depoente: "Em princípio, sim. Estou disposto a isso. O futuro vai dizer. Porque sei quais os objetivos, quais as finalidades de transformar este Congresso num Soviet ou num Politburo. Da minha parte, darei minha vida se preciso for, mas eu não permito isso".

Sobre se considera o Presidente da OAB, se não um comunista, um instrumento ou inocente útil nas mãos dos comunistas, respondeu o Depoente: "Há muitos inocentes úteis, há muitos acomodados, há muitos intelectuais, há muitas inteligências acomodadas. Aí é um problema de ser esquerdista simpaticante, criptocomunista, filocomunista..."

Sobre se haveria algum grupo ligado a órgão de repressão que esteja provocando os atentados, respondeu o ilustre Deputado: "Eu sempre digo, a extrema-esquerda sempre teve no Brasil uma ideologia muito clara: os fins justificam os meios... Eu digo e repito: o terrorismo tem dois aspectos fundamentais... Minorias inteligentes e radicais, inconformadas, alienadas, que criam um estado psíquico, que transmitem a outras minorias inteligentes, também alienadas, inconformadas e condicionadas e que agem de comum acordo com o pensamento da minoria dominante ou em contra-reação à minoria dominante. Acredito que, na atual conjuntura, a minoria tem agido, pondo em risco o próprio Governo, tenha ou pertença ao que se possa chamar extrema-direita. Essa, para mim, a hipótese mais prioritária e que merece uma atenção mais urgente. Mas me leva a outra hipótese de que a própria extrema-esquerda, nessa ou naquela oportunidade, vá usar desse clima psíquico alimentada por certas minorias da esquerda que diuturnamente convulsionam este País, pregando a inversão e a subversão do regime... Eu apenas concordo com que, na atual conjuntura, deva ser tratado qualquer tipo de grupo, de extrema-direita ou esquerda, já que são caranguejos do mesmo saco... Em última análise isso atenta contra o regime..."

O ilustre Deputado Aurélio Peres, após referir-se a determinados elementos que teriam participado de torturas em órgãos de segurança, e se dizendo vítima de abusos de tal natureza, perguntou ao Deputado Erasmo Dias se ele, então Secretário de Segurança Pública de São Paulo, teve conhecimento desses fatos, tendo respondido o Depoente: "... Não posso responder por determinados tipos de fatos que possam ter ocorrido em área que não estava sob minha jurisdição".

Sobre se não se sentia responsável e não se preocupava pelo que acontecia em São Paulo, quando Secretário de Segurança Pública, e sobre se não sabia quais eram os elementos que atuavam nos DOI-CODI em São Paulo, respondeu o Depoente, após referir-se aos três suicídios havidos no DOI-CODI de São Paulo: "realmente me causaram espécie, na época, os três suicídios e nos deixaram alguns pontos duvidosos. Por que não? Isso é verdade. Mas é um problema de ordem interna do II Exército, que mereceu do Senhor Presidente da República uma atitude clara e definida, exonerando inclusive, o General Ednardo, naquele episódio triste. O que realmente possa ter acontecido, em seus detalhes, eu realmente ouvi falar... Nós temos uma escala vertical em que o Estado foi obrigado a se organizar para enfrentar o terrorismo de extrema-esquerda, a ponto de se condenar como se fosse o terror do Estado. Alguém tinha de combater a extrema-esquerda... Nós fomos obrigados a enfrentar a extrema-esquerda e temos pago caro esse preço até hoje, sob o título de ter implantado o terror do Estado. Mas para ter enfrentado o terrorismo de esquerda, de extrema-esquerda fomos obrigados a montar uma estrutura, que vai desde o novelo até a ponta da linha. Que na ponta pudesse haver elementos despreparados para aquela ação, eu concordo. E onde possa ter havido — é quase certo — alguns tipos de excessos, excessos esses

que, se houve sob a minha responsabilidade, eu apurei e tomei as medidas necessárias. Não posso responder pelos outros..."

Sobre se para por fim ao terrorismo não seria necessário esclarecer os fatos e seus autores, respondeu o Depoente que sim, inquestionavelmente.

Retomando a palavra, reafirmamos que o Governo não aceita, não tolera e não compactua com esses atos de terrorismo. Reafirmamos que ninguém pode, de boa-fé, colocar em dúvida o propósito expresso tão dramaticamente pelo Presidente da República. Afirmamos, ainda: "... Nós, que participamos das posições do Governo, que somos do Partido do Governo... não admitimos críticas injuriosas, ou acusações infundadas ou caluniosas a chefes militares, que se encontram em comandos importantes, primeiro; segundo, não aceitamos que se lance dúvida sobre o comportamento do Governo em torno do problema do atentado à Ordem dos Advogados do Brasil e da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. O Governo se empenha e vai apresentar à Nação os responsáveis por esse tipo de delito..." (Notas Taguigráficas, pág. 87).

TÍTULO II

Conclusões

CAPÍTULO I

Considerações Gerais

A violência e a criminalidade têm sido uma constante na história do Homem. Em todos os tempos e em todos os lugares elas se têm feito sentir na vida das famílias, dos grupos, das tribos, dos povos e das nações. O que tem variado é o grau de intensidade, ora maior, ora menor, na dependência de complexos fatores.

O momento presente, no Brasil e no mundo, é desses períodos em que a violência e a criminalidade têm alcançado índices que tocam as raízes do intolerável. Elas não são fenômenos próprios dessa ou daquela latitude, não são privilégio de nações ricas, remediadas ou pobres. O que há de novo no fenômeno é a sua assustadora dimensão e a sua requintada e variegada morfologia.

Não se pode apontar, a unilateral e exclusivamente, num reducionismo ideológico míope, essa ou aquela causa, esse ou aquele complexo homogêneo de causas explicativas do intrincado fenômeno. Se quisermos atingir o máximo de objetividade possível, podemos falar, quando muito, de concausas, ou, melhor ainda, de complexo de fatores conjugados, sem perdersmos de vista que há sempre uma margem de imponderável, dada a possibilidade — nunca descartável — do mau uso da liberdade por parte das pessoas, movidas pelas paixões.

Como explicações profundas e última do fenômeno, não há como não recorrer às luzes da Revelação Bíblica, que situa na rebeldia a Deus-Criador, por parte do casal cabeça da espécie humana, a origem primeira desses tremendos desequilíbrios que constatamos em nós e à nossa volta, e que ainda agravamos com o mau que tantas vezes fazemos, movidos pelas paixões desordenadas, desse tremendo poder de optar em que a liberdade consiste.

De tudo, porém, que foi exposto e debatido nesta Comissão, podemos extrair alguns pontos de convergência que servem para delinear um complexo de fatores, remotos ou próximos, que ajudam a entender, até certo ponto, o inquietante recrudescimento da violência e da criminalidade, e embasam um elenco de sugestões de esforços e medidas para seu controle.

Sem remontar demasiadamente no tempo e na sucessão de movimentos históricos e de filosofias que vêm moldando, nos últimos séculos, as instituições políticas, sociais e culturais dos povos, e condicionando, em larga medida, as formas de pensar e de agir, de grupos e pessoas, e cujo traço comum é o espírito de secularização, constatamos, atualmente, o influxo cada vez maior de uma mentalidade imediatista, consumística e hedonista, materialista e agnóstica, que gera nas pessoas o enfraquecimento e o abandono dos valores familiares, morais e religiosos. Conforto, gozo e prazer são encarados como

alvos básicos da vida, e o dinheiro é o "abre-te, Sésamo" para a obtenção dos meios de consecução desses objetivos. Acentua-se, dessarte, a um só tempo, o culto do existencial e uma profunda subversão da reta escala de valores, em que o material tem o seu posto exacerbado, e em que o espiritual não é situado em apropriada primazia.

Dentro desse quadro, e como natural resultado da Revolução Industrial e das conquistas científicas e tecnológicas, difundiu-se mais e mais, entre os povos e por camadas cada vez mais amplas de suas populações, o natural e justo anseio de acesso aos bens materiais e culturais da civilização, por uma melhor qualidade de vida sob todos os aspectos. Em decorrência de tais aspirações, vem-se tentando acelerar, também nas nações periféricas, o ritmo do desenvolvimento, para que seja superada a defasagem que mantém considerável disparidade de nível de vida entre as nações e no seio delas. Ao mesmo tempo, surgem movimentos sociais e ideologias messiânicas, prometem eliminar todas as injustiças e desigualdades e que, dentro de uma visão materialista, pregam o ódio e a violência como mola propulsora e meios legítimos para abrir caminho à realização de uma Terra paradisíaca.

A industrialização e a urbanização tomam impulsos cada vez maior. Entre nós, elas ocorrem, de início, em ritmo relativamente lento, acentuando-se durante a 2ª Grande Guerra, também pela necessidade de substituir importações, e se aceleram na década de 50, à medida que a nação se empolga pela busca do desenvolvimento como forma de superar o atraso com a queima de etapas.

Concomitantemente e em estrita correlação com o aceleramento da industrialização e da urbanização, aumenta o êxodo rural, provocado pelas melhores condições de remuneração, previdência, saúde e educação nas cidades — sobretudo nas maiores — e pelas correspondentes marginalização, pobreza e abandono do homem do campo bem como pela dificuldade de acesso do pequeno agricultor à propriedade da terra, persistindo uma estrutura predominantemente concentracionária, e pela mecanização e substituição de culturas tradicionais por outras menos utilizadoras de mão-de-obra. Além do êxodo rural, os desníveis regionais de desenvolvimento incrementam as migrações internas rumo aos centros de economia mais dinâmica.

Incham as metrópoles, surgem as megalópoles, esvaziam-se os pequenos e médios centros urbanos. Nas grandes cidades, nas metrópoles e megalópoles, formam-se os cinturões de pobreza e miséria das periferias. Surgem e crescem as favelas e aglomerados semelhantes. Agravam-se a marginalização, em meio a condições precárias de higiene, saúde, educação, transporte, emprego e lazer.

Nos estratos mais favorecidos da população, a mentalidade materialista e o hedonismo consumístico favorecem o abandono dos valores fundamentais da família, da moral e da Religião. Alastra-se o permissivismo moral. Aguçam-se os contrastes sociais. O conjunto de fatores negativos se reflete na crise da família, célula da sociedade, cuja desagregação é, a um só tempo, efeito-ilustração e causa-síntese da gravidade da crise que atravessamos.

Fruto imediato e eloquente da crise e da desagregação da família, da insensibilidade moral e do vazio de ideais bem como do exercício irresponsável da paternidade, aumenta assustadoramente o abandono material e moral do menor, difunde-se entre eles a toxicomania, crescem a prostituição e a delinquência infanto-juvenil, agrava-se a revolta da juventude e o choque das gerações.

A qualidade de vida — especialmente nas metrópoles e megalópoles — é precária sob muitos aspectos, inobstante os esforços dos poderes públicos e da comunidade despendidos até aqui... Além da situação marginal das camadas periféricas, salientam-se a ansiedade e a insegurança, o vale-tudo da competição desenfreada, o individualismo exacerbado e o isolamento das pessoas. A perda dos freios morais é alarmante. Decresce a influência orientadora e frenadora da Religião.

Ao lado do já mencionado abandono material e moral do menor, com seu cortejo de ociosidade, excessiva permanência nas ruas e em ambientes nefastos, com o exercício de atividades marginais e anti-sociais, deve ser assinalada a situação dos que abandonam os estudos para trabalhar muitas vezes por baixos salários e sem suficientes garantias trabalhistas, bem como a meia-ociosidade das crianças e adolescentes em geral, mesmo dos matriculados nos curtos horários da rede escolar.

Os meios de comunicação endeusam criminosos e expõem como naturais — quando não exaltam — os desregramentos do sexo, além de primarem por noticiários em que fatos negativos e eventos criminais são a tônica dos destaques, numa verdadeira institucionalização do enfoque do lado negro da pessoa humana e da sociedade:

O complexo Polícia—Ministério Público—Justiça apresenta deficiências clamorosas. A dualidade Polícia Civil—Polícia Militar gera rivalidades, incertezas e choques de atribuições. A escassez de recursos e a baixa remuneração do policial acarretam dificuldades de seleção de elemento humano mais qualificado. A ocorrência, em escola insuportável, de corrupção e violência em organismos policiais e o enquadramento de muitos de seus agentes geram a desconfiança e a oposição de amplos setores da comunidade. Tudo isso repercute na inoperância e/ou na ineficiência da ação policial preventiva e repressiva da criminalidade. Ao Ministério Público faltam maiores recursos materiais e técnicos e maior independência para agir como "dominus litis" na esfera criminal. O Judiciário padece do mal do emperramento e da dificuldade de acesso dos mais desfavorecidos e, na esfera criminal, depende quase totalmente — como o Ministério Público — dos dados informativos provenientes da Polícia. Alguns aspectos da legislação processual vigente favorecem em demasia os autores de delitos.

Ao lado da criminalidade miúda, cresce a alta criminalidade. A impunidade fácil, sobretudo dos ricos, desmoraliza o aparelho repressor do Estado e incentiva os desafios do crime individual ou organizado.

O sistema carcerário e penitenciário, falho e obsoleto, com estabelecimentos em número insuficiente, e estes, por sua vez, com instalações inadequadas e pessoal despreparado, superpopulação e promiscuidade, com o cortejo de violências físicas — principalmente sexuais — e morais, ociosidade e ruptura dos laços familiares dos delinquentes, funcionam como verdadeiras universidades do crime. O egresso, piorado no sistema ao invés de recuperado, e rejeitado pela sociedade, é candidato à reincidência, na maioria dos casos.

No campo, notadamente nas áreas de expansão da Fronteira agrícola, a luta pela propriedade e pela posse da terra provoca choques entre proprietários e grileiros, de um lado, posseiros e invasores de outro, presentes, quase sempre, agitadores e aquladores que, movidos por ideologias que pregam a violência e a luta de classes para a solução dos problemas, agravam, mais ainda, o quadro das confrontações.

O terrorismo, com sua lógica insana de agressões indiscriminadas alimentado por ideologias revolucionárias e por suas contrafações, desencadeia, quando menos se espera, toda uma incontrolável espiral de violência, destruição e morte.

CAPÍTULO II

Recomendações

Diante da complexidade da questão muitas foram as sugestões de caminhos de solução apresentadas pelos conferencistas e depoentes que compareceram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, tudo estando a demandar um esforço nacional que englobe os Poderes Públicos das esferas federal, estadual e municipal, as instituições públicas e privadas em geral, as instituições religiosas, as lideranças comunitárias e a comunidade. Todos têm uma parcela maior ou menor de responsabilidade no enfrentamento do problema.

No que diz respeito às medidas atinentes à esfera legislativa, apresentaremos projeto de lei que consubstancie algumas providências.

Arrolamos, a seguir, as principais propostas oferecidas, que fazemos nossas, sendo claro que algumas são passíveis de se enquadrarem como providências a longo, outras a médio, outras a curto prazo.

Seção I

Esforço nacional conjugado dos Poderes Públicos das três esferas, da iniciativa privada e da comunidade em geral no sentido do combate ao analfabetismo e das carências habitacionais, sanitárias e educacionais de amplos segmentos da população nacional, e da obtenção de mais justiça social e de condições mínimas de vida digna para todos, inclusive para os que habitam no campo e nas pequenas cidades. Busca de um desenvolvimento mais equilibrado e justo, ainda que menos acelerado.

Seção II

Medidas voltadas para a detenção do êxodo rural e das migrações, bem como da inchaço das metrópoles e das grandes cidades e do esvaziamento das pequenas e médias cidades. Reformulação da estrutura agrária nacional, paralelamente a medidas de incentivos à fixação do homem do campo. Ampliação das frentes de colonização e expansão da fronteira agrícola. Crescimento e modernização da agropecuária e da agroindústria. Divisão e difusão da propriedade, com assistência apropriada ao médio e ao pequeno produtor rural, com prioridade para quem ocupa a terra para trabalhá-la. Equiparação da previdência social rural à urbana. Encaminhamento das migrações para áreas de novas fronteiras agrícolas e de implantação de novas destilarias. Política de incentivo a salários adequados, máxime no meio rural. Unificação do salário mínimo. Incentivo à implantação de mais escolas técnicas, inclusive no meio rural. Esforço para combate à marginalização e para melhoria da qualidade da vida urbana. Combinar os incentivos aos investimentos necessários com os destinados a investimentos geradores de empregos. Esforço para ampliação das oportunidades de emprego. Incentivo à organização do trabalhador, assim na cidade como no campo. Promoção de equilibrado desenvolvimento regional. Política de desconcentração industrial. Reforma tributária, para reforço da capacidade de investimento dos Estados e Municípios. Implantação de pequenas comunidades urbanas ao longo dos eixos rodoviários. Legislação sobre lucro imobiliário.

Seção III

Medidas voltadas para a problemática do menor em geral, especialmente do menor abandonado e do menor carente. Educação para a paternidade responsável. Incentivo à televisão educativa. Ampliação da rede escolar. Política nacional para o menor. Esforço de defesa e fortalecimento da família. Criação do Ministério da Família. Prevenção educativa na família, no sistema educacional, nos meios de comunicação social. Criarem-se condições para a permanência da mulher-mãe no lar. Incentivo à adoção em lares substituto e à colocação familiar com incentivo e ajuda financeira aos lares-substitutos. Provisão de recursos à família para cuidar do menor. Interiorização da ação preventiva da FUNABEM. Atendimento aos menores com situação irregular. Acompanhamento FUNABEM/Ministério do Trabalho, do trabalho do menor: carteira profissional, trabalho, ambiente. Melhorar condições dos menores desvalidos. Concentração de esforços no atendimento à infância e aos menores na faixa dos 10 aos 13 anos. Intensificação da implantação de creches. Algumas reformulações no Código de Menores, visando à separação entre menores e adultos delinquentes. Abertura de novos escritórios da FUNABEM. Fortalecimento das estruturas estaduais para ensino de repasse de recursos da FUNABEM. Incrementar a cooperação FUNABEM/entidade privada de assistência. Implantar unidades de triagem de menores carentes. Combate à toxicomania infanto-

juvenil, bem como ao respectivo tráfico. Incrementar o tratamento de menores infratores em estabelecimentos apropriados. Instituir Juizados e Tribunais de menores. Criar presídios juvenis. Diminuir a idade da responsabilidade penal. Moralizar as FEBENs.

Seção IV

Medidas relacionadas com o complexo Polícia-Ministério Público-Justiça, bem como com a execução penal e o sistema penitenciário. Unificação das Polícias Civil e Militar. Mais recursos materiais e humanos para a Polícia, o Ministério Público, a Justiça e o Sistema Penitenciário. Redimensionamento das tarefas e formas de atuar da Polícia. Aumento da capacidade da Polícia Civil e do policiamento ostensivo. Criação das guardas municipais. Melhoria da remuneração da Polícia e mais rigor na seleção de pessoal. Atualizações pertinentes da legislação penal e processual penal. Criação do Instituto Nacional de Criminologia. Criação da Cadeira de Criminologia nos Cursos de Direito e Sociologia. No Código de Execuções Penais: Instituir o exame criminológico compulsório; definir os direitos do condenado; estipular as condições de trabalho; delinear a pedagogia penitenciária. Dar ênfase ao policiamento preventivo. Instituir a especialização criminal dos juizes. Instituir, no Código de Processo Penal, a dispensa de fiança ao preso pobre. Criar os juizados de instrução. Instituir, no Código de Execuções Penais, completa reforma do sistema penitenciário-prisional. Instituir, no Ministério da Justiça, o Conselho de Polícia Penitenciária. Promover a descentralização de prisões. Criar as colônias agrícolas para reeducandos. Criar os juizes de trânsito. Transformar a prisão-albergue em prisão domiciliar. Erigir casa de custódia e tratamento. Criar Grupo Permanente de Estudo Sobre a Violência na Sociedade Brasileira. Reforçar o poder dos Estados. Instituir o controle do comércio de armamentos. Reforçar o combate aos diferentes tipos de esquadrões. Realizar a profilaxia dos presídios. Criar condições para melhor cumprimento das leis. Melhorar o aparelho repressor. Aumentar os contingentes de policiamento. Aprimorar a Justiça Criminal. Instituir a prisão cautelar. Instituir os juizados de plantão permanente. Instituir o estágio acadêmico obrigatório em delegacias e juizes. Reforçar, no Código de Processo Penal, o poder investigatório do Ministério Público. Revogar a Lei nº 4.611. Vedação, no processo sumariíssimo, de redação de memoriais pelas partes e de prazo ao juiz para redação de sentença. Restabelecer a prisão obrigatória em caso de pronúncia e de condenação. Desenvolver esforços no sentido da certeza da punição em caso de delito comprovado. Criminalizar a contravenção de porte de arma. Enquanto não se unificam desenvolver política conjunta PMs/Polícias Cíveis. Instituição das varas regionais. Criminalizar o depósito de armas. Completar a reforma do Judiciário para obtenção de Justiça mais acessível, mais rápida e mais barata. Esforço nacional de criação de mentalidade de respeito à Lei. Política nacional definindo o próprio poder de Polícia. Incentivo à recuperação de delinquentes via Religião. Construir penitenciárias regionais. Criar um sistema penitenciário de grande capacidade e de baixo custo. Prisão e cumprimento da pena o mais próximo possível da cidade do delincente. Formar pessoal penitenciário especializado. Traçar uma Política Nacional de Defesa Social, com metas a curto, a médio e a longo prazo.

Seção V

Medidas Relacionadas com os meios de comunicação de massa. Urgir o cumprimento do Código de Ética. — Código Nacional de Regulamentação Publicitária (CONARP), subscrito pela ABERT e pela ABA (anunciantes). Substituição de filmes estrangeiros indutores de desregramentos de sexo e de extravasamentos de violência por filmes nacionais, preferentemente de caráter educativo. Incentivo à TV para colaborar na educação e na formação da consciência comunitária. Despertar o senso de co-responsabilidade comunitária, bem como do autocontrole e do heterocontrole dos meios de comunicação. Incrementar o diálogo entre diretores, autoridades públi-

cas e lideranças comunitárias no sentido da preservação dos valores fundamentais da família. Incentivo à utilização mais construtiva e positivamente educativa das novelas. Esforço por noticiários menos negativistas e mais focalizadores de valores positivos e exemplares. Contensões dos abusos pelas autoridades competentes.

Seção VI

Esforço nacional de restabelecimento de uma reta escala de valores e normas superiores sociais, morais e religiosas. Prevenção ético-social da violência e da criminalidade, pela transmissão de reto sistema de valores e princípios fundamentais. Redespertar o sentido da responsabilidade pessoal. Educação para o trânsito na família, na escola, nos meios de comunicação social, nas entidades públicas e privadas. Envolvimento comunitário nas decisões de interesse comum. Esforço de redescoberta e revalorização da identidade nacional, de bases cristãs. Esforço nacional de educação e reeducação, na família, na escola, nos meios de comunicação social, nas associações e entidades públicas e privadas, nas igrejas e comunidades religiosas, no sentido dos valores humanos e espirituais fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O projeto lido, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 1/80, será publicado e incluído em Ordem do Dia, oportunamente, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 317, DE 1983

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requero o desarquivamento do Requerimento nº 196, de 1982, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, 15 de março de 1983. — *Murilo Badur*

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O requerimento que vem de ser lido será publicado e incluído, oportunamente, em Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 318, DE 1983

Pelo falecimento do nobre Senador José Guimard requeremos, na forma regimental e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Acre;
- c) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, 15 de março de 1983. — *Murilo Badur* — *Jorge Kalume* — *Mário Maia* — *Passos Pôrto* — *Humberto Lucena* — *Itamar Franco* — *Martins Filho* — *Gastão Müller*.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Em votação o requerimento lido.

Tem a palavra o nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Foi com grande pesar que soubemos do falecimento, ontem à noite, no Rio de Janeiro, do Senador José Guimard, que deixa nesta Casa uma profunda saudade, não só no seio dos seus colegas mas de todos os funcionários do Senado Federal e da imprensa aqui credenciada, tal o cavalheirismo com que sempre se coduziu nesta casa do Congresso Nacional.

José Guimard era militar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tendo chegado ao posto de General, e Engenheiro com especialização em Geodésia e Astronomia, o que lhe valeu um trabalho eficiente e apaixonado na fixação dos limites do Território Brasileiro com países sul-americanos, como a Colômbia, Paraguai e Uruguai. Mas, desde cedo, ele se vocacionou para a vida pública,

como Governador Delegado da União no Território Federal do Acre e Governador do Território Federal de Ponta Porã. Posteriormente elegeu-se, e reelegeu-se sucessivamente, Deputado Federal, pelo Território do Acre nas Legislaturas de 51 a 54, 54 a 58 e 58 a 62. Na Câmara dos Deputados foi um parlamentar eficiente nos órgãos técnicos, participando ativamente dos trabalhos das Comissões de Orçamento e de Valorização da Amazônia.

Mais adiante, continuando a sua vida parlamentar, em 1962, veio para o Senado como representante do Estado do Acre, recém-criado por projeto praticamente de sua iniciativa, pois foi o grande idealizador da transformação do Território do Acre em Estado, tendo conseguido o rápido andamento da proposição respectiva não só na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, e obtido em tempo recorde a sua sanção pelo então Presidente João Goulart, de quem era amigo e aliado político.

Eleito Senador da República em 1962, reelegeu-se em 1970 e 1978, atuando sempre no Senado Federal, além do Plenário, nas Comissões de Segurança Nacional, de Assuntos Regionais, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, chegou a ser Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Segurança Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, são esses, em rápidas pinceladas, os principais traços biográficos do ilustre Senador José Guimard que, como disse, com o seu desaparecimento, deixa-nos a todos sentindo imensamente a sua falta, pois se tratava de uma pessoa lhana, de um patriota, que deu tudo de si para defender, como acentuei no início do meu pronunciamento, as fronteiras do Brasil ocidental.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ouço, V. Exª, nobre Senador.

O Sr. Gastão Müller — V. Exª já falou pela Liderança do PMDB, portanto, em nome da nossa Bancada. Mas, pessoalmente, queria deixar nos Anais desta Casa a minha saudade do Senador José Guimard. Já o conhecia desde Deputado Federal, e da sua existência tinha notícias, no tempo do velho Mato Grosso, porque ele estava ligado à história de Mato Grosso do Sul, pois ele foi, como bem disse V. Exª, Governador do extinto Território de Ponta Porã, que depois de criado foi descreido, vamos dizer assim, e o Território anexado a Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Ele foi Governador desse Território. Ele era, como bem disse V. Exª, além de um oficial de Engenharia, um astrônomo, um matemático, era um homem de nível intelectual superior, em todos os sentidos. E como político foi um vitorioso. Conquistando uma cadeira de Deputado Federal pelo Acre, ele foi reeleito sucessivas vezes, e o que distingue a personalidade do Senador José Guimard, cuja memória homenageamos hoje, é a sua tenacidade. S. Exª lutou, anos e anos, num trabalho de convencimento do Poder Executivo, como do próprio Poder Legislativo, da necessidade de transformar-se o Acre em Estado. Foi uma luta de anos e anos, e que S. Exª, felizmente ainda com vida e saúde, viu concretizar-se e transformar-se no Estado do Acre. Tanto que para os acreanos ele é uma espécie de grande patriarca, e como Deputado, depois como Senador, nunca perdeu uma eleição, porque a história do Acre, nessa sua etapa moderna, está a ele ligada indelevelmente, porque o Acre lembra José Guimard. De modo que são estas as homenagens pessoais e a de Mato Grosso à memória desse notável homem público que, iniciando sua carreira como militar, terminou-a brilhantemente como um grande político.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Fica, portanto, assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, registrada a sentida homenagem da Bancada do PMDB no Senado Federal à memória de José Guimard, que nós esperamos seja transmitida pela Mesa, não só à sua família como ao Governo do Estado do Acre, que muito lhe deve por ter sido inclusive seu criador.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Badaró, para encaminhar a votação.

O SR. MURILO BADARÓ (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Quando peregrinava pelo Estado de Minas Gerais, cheguei, num determinado dia, à pequenina cidade de Perdígão, localizada no Oeste mineiro. E, ali, causou-me grande alegria verificar com que satisfação proclamava o Prefeito e proclamavam os habitantes daquela cidade a honra excepcional de ter sido aquela pequenina urbe mineira a cidade natal do Senador José Guimard.

Nasceu ele em Perdígão, quando ainda Perdígão era distrito de Santo Antônio do Monte, e o destino acabou impulsionando o jovem militar para as aventuras profissionais do desbravamento do Oeste, missão que de certa forma causava grande excitação aos oficiais-engenheiros e especializados em geodésia do Exército, porque ali o Marechal Rondon escrevera uma das mais belas epopeias da história brasileira.

E José Guimard, moço ainda, militar, formado em engenharia, dirigiu-se para aquelas paragens para ali não só prestar relevantes serviços àqueles longínquos recantos da Pátria brasileira, na assistência à população, na demarcação definitiva das nossas divisas, na criação de uma consciência nacional indispensável a que o processo de ocupação não se fizesse apenas por uma mera declaração diplomática ou por um mero ato legislativo.

E foi assim, Sr. Presidente, que José Guimard foi construindo a sua vida, toda ela voltada para o serviço da Pátria.

Militar, fez-se político, e foi aqui, na Câmara dos Deputados e no Senado, que a sua figura adquiriu uma nova dimensão, pois que no exercício do mandato, discreto, austero, probo, fiel aos princípios que sempre informaram a sua existência como militar e como político, ele participou de todos os trabalhos do Congresso brasileiro.

Quem o conheceu nos últimos anos, já combatido pela grave doença, que acabou o levando à morte, ontem, chegava a se emocionar com o enorme sacrifício pessoal que ele, muitas vezes, fazia para atender às indispensáveis e irrecusáveis convocações de sua Liderança. Mesmo doente, nunca faltou ao serviço da Pátria, nunca deixou de ser fiel às suas idéias, nunca deixou de ser leal ao seu Partido.

Mas é, Sr. Presidente, no trabalho feito em favor do Acre que o seu vulto adquire dimensões extraordinárias. Foi ele o principal artífice, foi ele o criador, antes que o propugnador, da criação do Estado do Acre, que fica devendo a José Guimard os serviços mais relevantes.

Aqui nesta Casa e na Câmara dos Deputados, como também assinalaram os Senadores Humberto Lucena e Gastão Müller, José Guimard, deixou vivas admirações e profundas afeições pessoais. Quem se recorda dele, há de sempre ver o seu vulto esquelético, altivo, ereto, e sobretudo modesto, como convém à República. Homem suave no trato, doce no convívio com os companheiros, era todavia um combatente inflexível quando se tratava de defender os interesses maiores do seu Estado do Acre.

Pois bem, Sr. Presidente, a morte o retira do nosso convívio, e ele deixa ao Congresso brasileiro exemplos extraordinários de bem servir à causa pública.

Em nome da Maioria, em meu nome pessoal, creio que em nome do Estado de Minas Gerais, queremos deixar consignados nos Anais da Casa os votos do nosso mais profundo pesar pelo falecimento daquele grande homem público mineiro, que serviu ao Acre, serviu ao Brasil. Muito obrigado (*Muito bem!*)

O Sr. Itamar Franco — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para encaminhar a votação.

O SR. ITAMAR FRANCO (Para encaminhar a votação sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O nosso Líder, Senador Humberto Lucena, já falou pela Bancada, mas eu não poderia deixar de dizer alguma coisa sobre José Guimard.

Muitas e muitas vezes, conversávamos sobre a nossa Minas Gerais, que o viu nascer, que viu nascer meus pais, e recordávamos aqueles tempos de quando ele fez o serviço militar, a sua Escola Militar em Barbacena, o seu conhecimento sobre a nossa Juiz de Fora, sobre o nosso Estado.

A Nação neste momento se entristece com o falecimento do Senador José Guimard, cuja existência, seja como pessoa, seja como homem público, balizou-se permanentemente pelos parâmetros inarredáveis da dignidade, da honradez e do estrito cumprimento do dever de cidadão e de legítimo representante do povo.

Sua carreira política pontificou sempre pelos inestimáveis serviços prestados ao seu querido Acre e ao Brasil, a quem serviu com dedicado amor e patriotismo.

Além dos laços de amizade e companheirismo que nos ligavam, José Guimard nasceu no meu Estado de Minas Gerais, na Cidade de Perdígão, a 23 de março de 1907, onde fez o estudo primário, tendo realizado o secundário na Escola Militar de Barbacena. Já o disse aqui o Senador Murilo Badaró que nós representantes de Minas Gerais o estimávamos e lamentamos muito a sua morte.

Transferiu-se mais tarde para a Capital da República, cursando a Escola Militar de Realengo, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Escola Técnica do Exército da Praia Vermelha, tornando-se, pois, militar e engenheiro, especializando-se, posteriormente, em Geodésia e Astronomia.

Sua vida política iniciou-se em 1950, elegendo-se com expressiva votação Deputado Federal pelo então Território do Acre, na legenda do antigo Partido Social Democrático, reelendo-se, sucessivamente, para este mandato, até 1962, quando, candidatando-se ao Senado Federal, venceu, galhardamente, as eleições.

Seu trabalho fecundo e operoso credenciou-o a buscar a reeleição senatorial em 1970, já pela então ARENA.

Exerceu também o cargo de Governador do Território do Acre e de Ponta-Porã, sendo o autor do projeto que criou o Estado do Acre.

Relevante trabalho para o País, no campo das relações exteriores, deixou o ilustre Senador, participando como membro das Comissões brasileiras demarcadoras de limites com a Colômbia, Paraguai e Uruguai.

Na Câmara dos Deputados, ocupou postos nas Comissões de Orçamento e de Valorização da Amazônia.

No Senado, foi Vice-Presidente da Comissão de Segurança Nacional, membro efetivo das Comissões de Economia, Finanças, Saúde, Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Esteve no exterior em várias e importantes missões oficiais, como observador da Conferência Interparlamentar em Washington e Palma de Majorca; como chefe da Subcomissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados e, a convite do Departamento de Defesa dos Estados Unidos; e como convidado pelo Governo Espanhol visitar aquele país.

Recebeu as seguintes condecorações nacionais e internacionais: Medalha Militar de Bons Serviços (Exército); Medalha Almirante Tamandaré; Medalha do Mérito Naval; Medalha Cruz Boiacá, da Colômbia; Medalha do Mérito do Paraguai; Medalha Rio Branco; Medalha Marechal Hermes; Medalha do Pacificador, do Exército; Medalha da Lagunha e Medalha Tauturgo, do Ministério da Justiça.

Publicou as seguintes obras: "Cinqüentenário do Tratado de Petrópolis", "Mensagem do Acre", "Territórios Federais" e "Grandezas e Misérias".

Este extraordinário desejo de servir à Nação, a que se dedicou com alma e entusiasmo, habilita-o, inquestionavelmente, a merecer as maiores homenagens dos brasileiros, e, particularmente, do Congresso Nacional, o que consignamos nesta triste tarde, da tribuna do Senado, levando nossas condolências e pêsames sentidos à sua viúva Dona Lydia e seus filhos, na certeza de que sua memória será cultuada pelos pósteros.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Com a palavra o nobre Senador Passos Pôrto.

O SR. PASSOS PÓRTO (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Vim esta tarde a este Plenário subscrever o requerimento de condolências de nossa Casa, pelo desaparecimento de uma das figuras mais ilustres deste Sodalício.

Conheci o nobre Senador José Guimard quando ainda Deputado. Fui co-autor do seu projeto que, aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, sancionado pelo então Presidente da República, transformou aquele Território no grande Estado do Acre.

Admirou-me sempre naquela figura de homem discreto e simples a grandeza da sua pertinácia, a sua paciência, lutando junto a cada parlamentar para convencê-lo da oportunidade da transformação do Território em Estado.

Naquela conjuntura, o meu Partido, que era de oposição, não aprovava a criação do Estado do Acre, porque acreditava que seria um pesado ônus à União a responsabilidade da manutenção daquele Estado, até ele atingir a sua autonomia econômica e administrativa.

Mas, pelo espírito de descentralização que deve existir no Brasil, pela vocação que nós todos devemos ter para entregar a responsabilidade aos governos de origem, pela filosofia que deve presidir a administração pública brasileira, entendi que deveria divergir da orientação do meu partido, naquela época, e apoiar o então Deputado José Guimard, para que ele criasse o histórico Estado do Acre, ao qual ele já tinha servido como engenheiro militar, na determinação das divisas com a Colômbia e com outros países limítrofes, fazendo, no final, um trabalho de avaliação do Tratado de Petrópolis, o tratado que deu ao Brasil a condição de receber, através da bravura de Plácido de Castro, aquela área do território brasileiro retomado do litígio com a Bolívia.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, creio que o Senador José Guimard escolheu um dia como este de hoje, singelo e solitário, ele que era tão simples, para desaparecer do nosso convívio.

Em nome do meu Estado, em nome dos seus companheiros, dos seus admiradores, do pequeno Estado de Sergipe, quero trazer nesta tarde o meu apoio e o meu voto ao requerimento de condolências, enviando a sua família ao Governo do Acre, inserindo nos Anais da nossa Casa, o voto de profundo pesar pela perda deste grande brasileiro.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes, para encaminhar a votação.

O SR. GABRIEL HERMES (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, conheci, em 1946, quando chegava ao Acre com uma Delegação de Parlamentares que visitava aquele Estado, José Guimard. Fui surpreendido, ao ser recebido na Capital do atual Estado do Acre, por essa figura simpática que nos deixa hoje, que, no meio de tantos outros companheiros e amigos, virou-se, sem nunca nos termos encontrado, e disse: "este é meu hóspede, vai comigo para o Palácio". Surpreendeu-me, já tantos anos passados, 1946. No Palácio, fui encontrar o jornal oficial do Estado, naquele tempo Território, jornal que me foi entregue pelo nosso querido e saudoso José Guimard, dizendo-me: "sem lhe ter pedido autorização nem pagar nada, mas pelo o que o Sr. faz em defesa deste Território, venho abusando e publicando, com regularidade, semanalmente, todos os trabalhos que o Sr. divulga pela cadeia dos "Diários Associados".

Desde aquela época até a última vez que estive com José Guimard aqui, nesta Casa, conservamos uma boa amizade. Passei a ajudá-lo muito quando éramos ambos deputados, e sempre companheiros, sempre amigos, e eu sempre admirando o homem honrado, amigo do seu País e do Território que governou e do Estado que ajudou a criar.

Deixo aqui o meu abraço para sua Família, a saudade que ele deixou para todos nós, e transmito o abraço de

todos os amigos do Pará, porque José Guimard era para nós um companheiro e um amigo paraense. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lomanto Júnior.

O SR. LOMANTO JÚNIOR (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tomba na escassa floresta política do Brasil um admirável espécime, o jequitibá. Nenhuma outra árvore pode simbolizar figura extraordinária, pois nem a implacável condenação do tempo nem os vendavais da vida conseguiram fazer dobrar aquela erecta figura. Disse bem Murilo Badaró: nem mesmo a tenaz moléstia que minava o seu organismo, que combatia a sua vida, conseguiu fazer dobrar aquela figura. E não há nada a que se pudesse compará-lo, senão a essa árvore que cresce erecta e se destaca nas florestas.

José Guimard nasceu nas Minas Gerais, teve o privilégio de nascer nas Minas Gerais, naquela grande universidade política, a maior do Brasil.

Certa feita, quando um filho pensou em seguir os mesmos caminhos que tracei para a minha vida — e a todos os filhos, adverti — fiz-lhe mesmo uma pregação, mostrando que a política era muito mais um sacerdócio do que mesmo uma atividade, uma profissão. Desestimulei-os, a todos. Cheguei mesmo a afirmar que esta era uma herança que eu não desejava legar, morreria comigo, não sei se por egoísmo ou porque não desejava que os meus rebentos sangrassem nas estradas espinhosas da vida pública os seus pés, e sofressem, como todos nós sofremos, as atribuições, as angústias que a vida pública nos prepara.

No entanto, os jovens não aceitaram, às vezes, os nossos conselhos. Olham apenas para as nossas vitórias. Não participam dos momentos difíceis de nossas vidas. O filho não tomou o conselho. Sugeriu-me fosse fazer um estágio nas Minas Gerais, fosse para a terra de Magalhães Pinto, que neste momento vai entrando neste Plenário, Magalhães Pinto que pode simbolizar o político mineiro na sua expressão maior, Magalhães Pinto que é o exemplo do político vitorioso, do político sofrido, do político que se preparou na grande universidade de Minas Gerais.

Aqui estão contrerrâneos de José Guimard. Quem pode superar — a verdade é esta, vamos vestir a roupagem da modéstia, e até do reconhecimento e da justiça — quem pode superar nesta Casa a figura do mineiro Itamar Franco, que permanece entre nós, continuando, brilhantemente, uma carreira que, embora relativamente curta, já fez história na política do mais politizado Estado brasileiro. Quem pode superar a Murilo Badaró, talento fulgurante que a todos os instantes está-nos a fornecer lições de civismo, de coragem, de bravura, sobretudo, daquilo que Deus lhe deu, e lhe deu de sobra — inteligência.

Minas Gerais é a grande escola. José Guimard não faltavam essas qualidades.

Embora percorrendo caminhos diversos, imaginou ser militar. Na velha Escola de Barbacena, fez os preparatórios, consciente de que iria ingressar definitivamente na carreira militar. Em seguida vai para Realengo, e é declarado aspirante. Depois de um brilhante curso, recebe a Espada de Caxias. Não fica af a sua vocação para a carreira das Armas, que se confundia também com a própria carreira da Engenharia. Especializa-se em Geodésia. Diploma-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em Engenharia Civil. Estava o homem preparado para o exercício da profissão que sonhou, a carreira militar, e da outra que considerava um complemento, a engenharia.

Mal sabia que uma encruzilhada o aguardava.

Percorreu, ainda jovem, as mesmas picadas, os mesmos invios e espinhosos caminhos que o General Rondon, o grande General Rondon, percorreu. E ninguém mais pode ter o título de substituto do General Rondon do que essa figura que hoje se despede deste mundo, porque nós acreditamos que o outro é melhor do que este, e

ele, naturalmente, receberá a compensação naquele mundo de paz para o qual Deus o chamou. Mas, dizia, foi ele que, nas suas peregrinações, atravessou e vadeou rios, adentrou florestas imensas e enfrentou os animais ferozes que naquela região havia em tão grande quantidade. Aquela figura minúscula e ereta — minúscula no físico, que a doença tenaz ainda fez mais minúsculo — adentra o Oeste, traça linhas, constrói ligações telefônicas, prepara picadas para a implantação de ferrovias e chega ao Acre. Era a encruzilhada que ele estava esperando, era aquele outro chamamento que ele ainda não havia escutado, era aquela votação que ainda não tinha despertado na sua consciência. Era homem do diálogo. Quem teve o privilégio, como tive, de lidar com S. Ex^a — era um privilégio, Sr. Presidente, conversar com José Guimard — sabia que ele era um poço de cultura, e, sem dúvida alguma, ouvir aquela sua voz suave, era o mesmo que escutar uma voz de anjo. Era sempre modesto. Erigiu a modéstia como fanel, como luz da sua existência. No sexto andar do bloco "G" ele convivia com a sua dedicadíssima companheira. Quantas vezes eu o visitei, quantas vezes fui com ele conversar e notava o carinho daquela companheira que ele, por certo, sonhou para os últimos momentos da sua vida.

Chega José Guimard do Acre, e a política, com seus tentáculos dominadores e aprisionadores, chama-o para o exercício da mais nobre, da mais empolgante, da mais sofrida, da mais difícil das missões do homem. Manguabeira, que como ele era engenheiro, dizia que como engenheiro só construiu castelos no ar. Teve menos sorte do que seu companheiro José Guimard, que ainda construiu picadas, linhas de telefone, fez mapas, delimitou territórios, enfim, exerceu sua atividade profissional.

Mas a política o tragou. Os tentáculos da arte de administrar os povos segurou-o definitivamente. Governador dos Territórios de Ponta Porã e do Acre, Senador, Deputado Federal, apresenta um projeto criando o Estado do Acre. Vê seu projeto vitorioso, e o defende bravamente, chegando também a alcançar a vitória no Senado da República.

Criado o Estado do Acre — são as coisas da política, naquela época o cidadão podia disputar duas cadeiras — S. Ex^a disputou a cadeira de Governador e a de Senador da República. Concorreu com o Líder trabalhista, uma das grandes figuras da política brasileira, Oscar Passos. O Estado que S. Ex^a havia criado o preferiu, o desejou no Senado da República, talvez até, quem sabe, violentando o seu desejo. A política é assim! Eu diria que ela — podem até julgar um pouco forte — é uma amante exigente, que quer tudo e às vezes nega tudo. Já aí não foi tanto assim, ela não atendeu aos anseios de José Guimard, mas o mandou para a mais alta Câmara legislativa do País. Aqui ele viveu, aqui nós convivemos como ele, aqui nós ouvimos as suas lições diuturnamente. Quem não o contemplava naquela porta ou naquela outra? Já a moléstia não permitia que ele desse os passos que deu nos tempos em que adentrava a floresta viva, trêmulo, esqualido, como disse o Senador Murilo Badaró, mas erecto. Jacarandá perdia, jequitibá perdia as folhas e grande parte daquele que alimenta o caule, emagrecia a olhos vistos, mas a inteligência, pelos menos antes do recesso parlamentar, estava inteiramente lúcida. Uma palavra a revelar uma cultura, que S. Ex^a escondia atrás daquele biombo que formou em torno de si, era a modéstia, a marca principal da sua cultura.

Poderia falar esta tarde inteira. Poderia descrever, com minúcias, a vida de um homem que, militar e engenheiro, se transformou em político por vocação, por imposição da sua terra e da sua gente e honrou a política, e enobreceu a profissão, a atividade, até os últimos suspiros da sua vida. Do Senado, não quis afastar-se. Nunca faltou a uma votação, mesmo que estivesse no leito de dor. Levantava-se e não aparentava, sequer, que dentro de si a tenaz moléstia o alquebrava e as dores eram tantas que ao invés de tristeza, S. Ex^a esboçava sorrisos. Quantas vezes eu o vi sorrir daquela cadeirinha, ali, sentado? Quantas vezes percebi que aquele sorriso era uma forma de S. Ex^a receber de Deus a dor que, realmente,

era a que sentia? Ai dos homens que chegam à situação de transformar a dor em sorrisos! Já começam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a abeirar-se da própria santidade.

Durante o tempo em que eu o conheci, ele foi um santo. Um santo a nos dar conselho, nunca o vi irritado, nunca o vi maldizendo alguém, nunca ouvi proferir uma palavra mais agressiva, uma palavra de censura a ninguém. Era como se ele vivesse num mundo que ele transformou, vestindo a roupagem do sofrimento. E em torno dele gritavam o quê? Homens bons, homens santos, ele era apenas, o pecador.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se há um homem que ensinou muito mais com o exemplo do que com a palavra, esse homem foi José Guimard, que muitos não chegaram a conhecer. Mas aqueles que o conheceram sabem que eu estou apenas tentando fazer, na homenagem última sem palavras exageradas, um modesto esboço de um homem que pode servir de paradigma à sua geração, que pode servir de baliza, de exemplo, aos que se dedicam à espinhosa, à angustiante mas apaixonante carreira política.

Sr. Presidente, o Líder da Maioria falou, o Líder do PMDB também, vários companheiros manifestaram o seu sentimento e a sua saudade no dia de hoje. Quando V. Ex^a transmitir esse sentimento e essa saudade, diga à Dona Lídia que o nome dela foi lembrado como aquele anjo dedicado, como aquela enfermeira que até víamos com asas angelicais, tal o cuidado que dedicou ao seu companheiro até os últimos momentos.

Tomba, Sr. Presidente, um grande jacarandá na escassa floresta política do Brasil, uma dessas árvores frondosas que dão frutos, que dão sombra, que apontam para o infinito. Que Deus o receba naquele lugar que ele conquistou, que ele merece, santo que foi nos seus últimos dias. Que Deus abra as portas do céu e que os anjos cantem os mais lindos cânticos, na hora em que o espírito de José Guimard, deixando seu corpo sepultado nos sete metros de fundura do seu túmulo, alçar ao infinito, hosanas ao homem que dignificou a engenharia, hosanas ao homem que dignificou a carreira militar, hosanas ao homem que foi paradigma da política brasileira. (*O orador é cumprimentado.*)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A Presidência se associa às homenagens prestadas ao insigne desaparecido, em nome da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência designa para a Ordem do Dia de amanhã as matérias constantes da pauta de hoje, que deixaram de ser votadas em virtude do levantamento da sessão, assim constituída

ORDEM DO DIA

1

(Em Regime de Urgência — Art. 371 — C, do Regimento Interno)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1982 (nº 6.766/82, na origem), que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná e dá outras providências.

(Dependendo de Pareceres das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças).

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 108, de 1983, de autoria do Senador Benedito Canelas, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 42, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Dourados (MS) a elevar em Cr\$ 180.975.100,00 (cento e oitenta milhões, novecentos e setenta e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 120, de 1983, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 151, de 1982, de sua autoria, que revoga o Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que dispõe sobre contribuições para o custeio da Previdência Social.

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 121, de 1983, de autoria do Senador Benedito Canelas, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 154, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Pedra Preta (MT) a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

5

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 1983, do Senador Peuro Simon, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 1982, de sua autoria, que fixa prazo para atualização de valores previstos em tabelas de incidência do imposto sobre a renda na fonte e dá outras providências.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 123, de 1983, do Senador Jorge Kalume, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1982, de sua autoria, que denomina "Rodovia Euclides da Cunha" a rodovia federal BR-364 que liga as cidades acreanas do Rio Branco e Cruzeiro do Sul — Fronteira com o Peru.

7

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 1983, de autoria do Senador Benedito Canelas, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 158, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rondonópolis (MT) a elevar em Cr\$ 73.169.900,00 (setenta e três milhões cento e sessenta e nove mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 126, de 1983, do Senador Jorge Kalume, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 1982, de sua autoria, que institui zona franca na cidade de Cruzeiro do Sul, Município do Estado do Acre, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 127, de 1983, do Senador Jorge Kalume, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 1982, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a instalar os cursos superiores que menciona no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, e dá outras providências.

10

Votação, em turno único, do Requerimento nº 129, de 1983, do Senador Raimundo Parente, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1981, de sua autoria, que dá nova redação ao § 1º do art. 39 da Lei nº 5.998, de 14 de dezembro de 1973, que regulamenta o direito autoral no Brasil.

11

Votação, em turno único, do Requerimento nº 130, de 1983, do Senador Raimundo Parente, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 1981, de sua

autoria, que dispõe sobre a cobrança de contas de energia elétrica, água, gás e telefone, pelas empresas concessionárias de serviços públicos e dá outras providências.

12

Votação, em turno único, do Requerimento nº 131, de 1983, do Senador Raimundo Parente, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1981, de sua autoria, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

13

Votação, em turno único, do Requerimento nº 132, de 1983, do Senador Raimundo Parente, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 1981, de sua autoria, que dispõe sobre apuração de saldos disponíveis em caderneta de poupança e dá outras providências.

14

Votação, em turno único, do Requerimento nº 133, de 1983, do Senador Raimundo Parente, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 1981, de sua autoria, que dispõe sobre o serviço de vigilância em navios, por vigias portuários e determina outras providências.

15

Votação, em turno único, do Requerimento nº 134, de 1983, do Senador Raimundo Parente, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 1981, de sua autoria, que prorroga, por dez anos, o prazo assinado no art. 1º da Lei nº 5.755, de 3 de dezembro de 1971, que isenta do pagamento dos Impostos Predial e Territorial Urbano e de Transmissão, no Distrito Federal, imóveis adquiridos por componentes da Força Expedicionária Brasileira.

16

Votação, em turno único, do Requerimento nº 135, de 1983, do Senador Mário Maia, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1982, de autoria da Senadora Laélia de Alcântara, que altera artigos do Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, com alterações posteriores).

17

Votação, em turno único, do Requerimento nº 136, de 1983, do Senador Mário Maia, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1982, de autoria da Senadora Laélia de Alcântara, que dá nova redação ao art. 370 do Código Civil.

18

Votação, em turno único, do Requerimento nº 137, de 1983, do Senador Mário Maia, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1982, de autoria da Senadora Laélia de Alcântara, acrescentando artigo ao Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal, e dá outras providências.

19

Votação, em turno único, do Requerimento nº 138, de 1983, do Senador Mário Maia, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1982, de autoria da Senadora Laélia de Alcântara, que autoriza modalidade de concurso de prognósticos da Loteria Federal, regida pelo Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

20

Votação, em turno único, do Requerimento nº 139, de 1983, do Senador Mário Maia, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1982, de autoria da Senadora Laélia de Alcântara, que acrescenta artigo à Lei nº 6.162, de 9 de dezembro de 1974, que cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e dá outras providências.

21

Votação, em turno único, do Requerimento nº 140, de 1983, do Senador Raimundo Parente, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1982, de sua autoria, que assegura à filha solteira, maior de 21 anos, não ocupante de cargo público permanente, a pensão temporária de que trata a Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.

22

Votação, em turno único, do Requerimento nº 141, de 1983, do Senador Mário Maia, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 1982, de autoria da Senadora Laélia de Alcântara, que acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982, que modifica a legislação que dispõe sobre o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

23

Votação, em turno único, do Requerimento nº 142, de 1983, do Senador Raimundo Parente, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 1982, de sua autoria, que dispõe sobre o prazo extinto do Direito de Lançamento do Imposto Sobre a Renda.

24

Votação, em turno único, do Requerimento nº 143, de 1983, do Senador Mário Maia, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1982, de autoria da Senadora Laélia de Alcântara, que restringe a disponibilidade dos bens imóveis do analfabeto.

25

Votação, em turno único, do Requerimento nº 144, de 1983, do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1982, de sua autoria, que institui a Semana do Jovem, e dá outras providências.

26

Votação, em turno único, do Requerimento nº 145, de 1983, de autoria do Senador Affonso Camargo, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 114, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a elevar em Cr\$ 4.606.655.502,42 (quatro bilhões, seiscentos e seis milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e dois cruzeiros e quarenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.

27

Votação, em turno único, do Requerimento nº 146, de 1983, de autoria do Senador Affonso Camargo, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 164, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (PR) a elevar em Cr\$ 236.037.296,38 (duzentos e trinta e seis milhões, trinta e sete mil, duzentos e noventa e seis cruzeiros e trinta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.

28

Votação, em turno único, do Requerimento nº 147, de 1983, de autoria do Senador Lourival Baptista, solicitando,

do, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 187, de 1981, que autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 3.530.501.163,00 (três bilhões, quinhentos e trinta milhões, quinhentos e um mil, cento e sessenta e três cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

29

Votação, em turno único, do Requerimento nº 148, de 1983, de autoria do Senador Lourival Baptista, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 223, de 1981, que autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação

de empréstimo externo no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos) destinado ao programa de investimento do estado.

30

Votação, em turno único, do Requerimento nº 149, de 1983, de autoria do Senador Affonso Camargo, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 11, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a elevar em Cr\$ 288.499.100,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

31

Votação, em turno único, do Requerimento nº 150, de 1983, de autoria do Senador Affonso Camargo, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 19, de 1982, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) destinado ao programa de investimentos daquele estado.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 25 minutos.)

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE MUNICÍPIOS

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),

REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 1983

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia três de março de mil novecentos e oitenta e três, na Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, com a presença dos Senhores Senadores José Lins, Lomanto Júnior, Jorge Kalume, Nelson Carneiro, Passos Pôrto, Jutahy Magalhães, Gastão Müller, Almir Pinto, Galvão Modesto, José Inácio e João Lobo, reúne-se a Comissão de Municípios.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Canellas, Benedito Ferreira, João Lúcio, Jorge Bornhausen, Mário Maia, Tancredo Neves, Marcelo Miranda e José Richa.

Assumindo a Presidência, conforme preceitua o Regimento Interno, o Senhor Senador Lomanto Júnior declara aberta a reunião, comunicando que a mesma se destina à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão, para o biênio 1983/84.

Em seguida, o Senhor Presidente manda providenciar a distribuição das cédulas e designa o Senhor Senador Jutahy Magalhães, para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Passos Pôrto	10 votos
Senador Lomanto Júnior	1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Nelson Carneiro	10 votos
Senador Jorge Kalume	1 voto

Em seguida, são proclamados eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Passos Pôrto e Nelson Carneiro.

Prosseguindo, o Senhor Senador Lomanto Júnior, convida o Presidente eleito, Senador Passos Pôrto para assumir a presidência e dar continuidade aos trabalhos. Conclui dizendo que espera que a gestão ora empossada, sob a presidência do Senador Passos Pôrto, leve a bom termo os planos e as finalidades que levaram à criação da Comissão de Municípios. Assumindo a presidência, o Senhor Senador Passos Pôrto agradece a honra da escolha do seu nome para presidir à Comissão. Agradece ao Senhor Senador Lomanto Júnior a amabilidade de suas palavras e enaltece suas qualidades como grande municipalista que é, responsável pela criação da Comissão, esperando dar continuidade aos trabalhos da gestão anterior, dinamizando os seus trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Gonçalves Pereira, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PRIMEIRA REUNIÃO (DE INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 1983.

Às dezessete horas do dia dois de março de mil novecentos e oitenta e três, na Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, com a presença dos Senhores

Senadores Murilo Badaró, José Fragelli, João Calmon, Helvídio Nunes, Carlos Chiarelli, Carlos Alberto, Guilherme Palmeira, Odacir Soares, Martins Filho e Amaral Furlan, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça, destinada a eleição do Presidente, do Primeiro-Vice-Presidente e Segundo-Vice-Presidente.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senhores Senadores Aderbal Jurema, Marcondes Gadelha, José Inácio, Pedro Simon, Hélio Gueiros e José Richa.

Na forma do § 3º do artigo 93 do Regimento Interno, assume a presidência o Senhor Senador José Fragelli que declara instalada a Comissão. Em seguida anuncia que procederá a eleição do Presidente, Primeiro-Vice-Presidente e Segundo-Vice-Presidente da Comissão para o biênio 1983 a 1984.

Distribuídas as cédulas de votação, o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador, o Senhor Senador Amaral Furlan. Procedida a eleição verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Murilo Badaró	10 Votos
Para 1º-Vice-Presidente	

Senador José Fragelli	10 Votos
-----------------------------	----------

Para 2º-Vice-Presidente

Senador Helvídio Nunes	9 Votos
------------------------------	---------

São proclamados eleitos Presidente, 1º-Vice-Presidente e 2º-Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Murilo Badaró, José Fragelli e Helvídio Nunes.

Prosseguindo, o Senhor Senador José Fragelli convida o Presidente eleito, Senador Badaró para assumir a presidência e dar continuidade aos trabalhos. Com a palavra o Senhor Presidente agradece a escolha do seu nome para exercer tão importante missão e espera corresponder à indicação de seus pares.

A seguir, o Senhor Presidente anuncia que as reuniões ordinárias da Comissão serão realizadas às quartas-feiras às 9:30 (nove horas e trinta minutos).

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Ronald Cavalcante Gonçalves, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 1983.

Às dezessete horas do dia dois de março de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores João Calmon, João Castelo, Lourival Baptista, Marco Maciel, Saldanha Derzi, Aloysio Chaves, Luiz Viana, Amaral Peixoto, Virgílio Távora, Murilo Badaró, José Fragelli e Lomanto Júnior, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senhores Senadores Tarso Dutra, Dinarte Mariz, Roberto

Campos, José Richa, Severo Gomes, Itamar Franco e Pedro Simon.

Assumindo a Presidência, conforme preceitua o Regimento Interno, o Senhor Senador Amaral Peixoto declara aberta a reunião, comunicando que a mesma destina-se à eleição do Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente da Comissão, para o biênio 1983/84.

Em seguida, o Senhor Presidente manda providenciar a distribuição das cédulas e designa o Senhor Senador José Fragelli para funcionar como escrutinador.

Concluída a votação, passa-se à apuração dos votos que apresenta o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Luiz Viana	11 votos
Voto em branco	1 voto

Para 1º Vice-Presidente:

Senador Saldanha Derzi	11 votos
Senador Pedro Simon	1 voto

Para 2º Vice-Presidente:

Senador Amaral Peixoto	11 votos
Senador Virgílio Távora	1 voto

Após proclamar eleitos Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Luiz Viana, Saldanha Derzi e Amaral Peixoto, o Senhor Presidente eventual convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Luiz Viana agradece, em seu nome e dos Senhores Senadores Saldanha Derzi e Amaral Peixoto, a honra com que foram distinguidos e manifesta sua disposição de exercer tão elevado cargo em estreito entendimento com seus companheiros.

Finalizando, o Senhor Presidente comunica que as reuniões ordinárias serão realizadas às quartas-feiras, às onze horas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

COMISSÃO DE AGRICULTURA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 3 DE MARÇO DE 1983.

Às onze horas do dia três de março de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Martins Filho, Álvaro Dias, João Castelo, Mauro Borges e Galvão Modesto, reúne-se a Comissão de Agricultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Canellas e João Lúcio.

De acordo com o que preceitua o § 3º do art. 93 do Regimento Interno, assume a Presidência o Senhor Senador Mauro Borges, que declara instalada a Comissão.

Em seguida o Senhor Presidente anuncia que vai proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão, para o biênio 1983/84. Distribuídas as cédulas para votação, o Senhor Presidente convida para funcio-

nar como escrutinador, o Senhor Senador Martins Filho.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Álvaro Dias 5 votos

Para Vice-Presidente:

Senador João Castelo 5 votos

São proclamados eleitos, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Álvaro Dias e João Castelo.

Prosseguindo, o Senhor Senador Álvaro Dias assume a Presidência e agradece a seus pares a distinção com que foi honrado para exercer tão importante cargo, e propõe que as reuniões ordinárias sejam realizadas às terças-feiras às 11:00 horas. Não há restrições e a proposta é aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sérgio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 3 DE MARÇO DE 1983

(Instalação)

Às dezoito horas do dia três de março de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores Gabriel Hermes, Alberto Silva, Marcos Maciel e José Lins, reúne-se a Comissão de Assuntos Regionais.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Albano Franco, Carlos Chiarelli e Fábio Lucena.

Assumindo a Presidência, conforme preceitua o dispositivo regimental, o Senhor Senador Gabriel Hermes declara abertos os trabalhos e esclarece que a reunião se destina à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

Em seguida, o Senhor Presidente determina sejam distribuídas as cédulas de votação e designa para funcionar como escrutinador o Senador José Lins.

A contagem de votos apresenta o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Alberto Silva 3 votos

Senador Gabriel Hermes 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Albano Franco 4 votos

Após proclamar eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Alberto Silva e Albano Franco, o Sr. Presidente eventual convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos:

Ocupando a Presidência, o Senhor Senador Alberto Silva agradece a honra com que foi distinguido, prometendo realizar um fecundo trabalho em estreito entendimento com seus companheiros. Esclarece, ainda, que as reuniões da Comissão serão efetuadas às terças-feiras, às 10:00 horas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 3 DE MARÇO DE 1983

Às dezessete horas do dia três de março de mil novecentos e oitenta e três, na Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, com a presença dos Senhores Senadores Lomanto Júnior, João Lobo, Jorge Kalume e Alberto Silva, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Claudionor Roriz e Saldanha Derzi.

Assumindo a Presidência, conforme preceitua o Regimento Interno, o Senhor Senador Jorge Kalume declara

aberta a reunião, comunicando que a mesma se destina à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão, para o biênio 1983/84.

Em seguida o Senhor Presidente manda providenciar a distribuição das cédulas e designa o Senhor Senador Alberto Silva, para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Lomanto Júnior 3 votos

Senador Claudionor Roriz 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador João Lobo 3 votos

Senador Claudionor Roriz 1 voto

São proclamados eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Lomanto Júnior e João Lobo.

Prosseguindo, o Senhor Presidente convida o Presidente eleito, Senhor Senador Lomanto Júnior, para assumir a presidência e dar continuidade aos trabalhos. Com a palavra, o Senhor Presidente agradece a honra da escolha do seu nome para desempenhar tão importante missão e espera poder oferecer a melhor de sua contribuição, a fim de tornar a Comissão de Redação um órgão dinâmico.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Fátima Abrahão Kohlrausch, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE ECONOMIA

1ª REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 3 DE MARÇO DE 1983

Às dezesseis horas do dia três de março de mil novecentos e oitenta e três, na sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores Nilo Coelho, Presidente do Senado Federal, Luiz Cavalcante, Lomanto Júnior, Affonso Camargo, Gabriel Hermes, Severo Gomes, Fábio Lucena e José Lins, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Roberto Campos, Benedito Ferreira, Jorge Kalume, João Castelo, Albano Franco, Franco Montoro e José Fragelli.

De acordo com dispositivo regimental, assume a Presidência o Sr. Senador Luiz Cavalcante, anunciando que dará início aos trabalhos que se destinam à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 1983/84. Distribuídas as cédulas, o Sr. Presidente convida para escrutinador o Sr. Senador Lomanto Júnior.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Roberto Campos 7 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Severo Gomes 6 votos

Em branco 1 voto

São declarados eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Srs. Senadores Roberto Campos e Severo Gomes.

O Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Nilo Coelho, solicita a palavra para registrar que o Sr. Senador Roberto Campos se encontra acamado no momento, mas que S. Exª deseja se recuperar o mais breve possível para que possa conviver com seus ilustres pares. O Sr. Senador Nilo Coelho destaca também a escolha do Sr. Senador Severo Gomes para ocupar a Vice-Presidência deste órgão. Serão duas grandes personalidades debatendo os problemas econômicos nacionais, conclui o Sr. Presidente do Senado.

Assumindo a Presidência dos trabalhos, o Sr. Senador Severo Gomes lamenta a ausência do Sr. Senador Roberto Campos, fazendo votos que S. Exª se recupere brevemente, a fim de assumir suas funções no Senado. Afirma, ainda, ter a certeza de que S. Exª desenvolverá um trabalho de altíssimo nível. Prosseguindo, o Sr. Presidente comunica que na próxima semana marcará uma reu-

nião para fixar o dia e o horário das reuniões ordinárias desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros presentes.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 3 DE MARÇO DE 1983

Às dez horas do dia três de março de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores João Calmon, Luiz Viana, Aderbal Jurema, Gastão Müller, Álvaro Dias, Marco Maciel e José Ignácio, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Sarney, Tarso Dutra, Eunice Michiles e Franco Montoro.

De acordo com o que preceitua o § 3º do art. 93 do Regimento Interno, assume a Presidência o Senhor Senador Aderbal Jurema, que declara instalada a Comissão.

Em seguida o Senhor Presidente anuncia que vai proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão, para o biênio 1983/84. Distribuídas as cédulas para votação, o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador, os Senhores Senadores Marco Maciel e José Ignácio.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador João Calmon 7 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Gastão Müller 7 votos

São proclamados eleitos, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores João Calmon e Gastão Müller.

Prosseguindo o Senhor Senador João Calmon assume a Presidência e agradece a seus pares a distinção com que foi honrado para exercer tão importante cargo, e propõe que as reuniões ordinárias sejam realizadas às quintas-feiras às 10:00 horas. Não há restrições e a proposta é aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Sérgio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

1ª REUNIÃO (DE INSTALAÇÃO) REALIZADA EM 3 DE MARÇO DE 1983

Às dezesseis horas do dia três de março de mil novecentos e oitenta e três, na sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Passos Pôrto, José Lins, Mauro Borges, Gastão Müller e Almir Pinto, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Dinarte Mariz, José Guimard e Jorge Bornhausen.

De acordo com o que preceitua o § 3º do art. 93 do Regimento Interno, assume a Presidência o Senhor Senador Passos Pôrto, que declara instalada a Comissão.

Em seguida o Senhor Presidente anuncia que vai proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão, para o biênio 1983/84. Distribuídas as cédulas para votação, o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador, o Senhor Senador Gastão Müller.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Dinarte Mariz 5 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Almir Pinto 4 votos

Senador Gastão Müller 1 voto

São proclamados eleitos, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Dinarte Mariz e Almir Pinto.

Prosseguindo o Senhor Senador Almir Pinto, Vice-Presidente eleito assume a Presidência e agradece em seu nome e do Senhor Senador Dinarte Mariz, ausente, por motivo de licença para tratamento de saúde a distinção com que foram honrados para exercer tão importante missão, e propõe que as reuniões ordinárias sejam realizadas às quartas-feiras às 11:00 horas. Não há restrições e a proposta é aprovada, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcelino dos Santos Camello, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes. — Almir Pinto — Passos Pôrto — Gastão Müller — José Lins — Mauro Borges.

COMISSÃO DE SAÚDE

1ª REUNIÃO (DE INSTALAÇÃO)

REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 1983

Às dez horas do dia quatro de março de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Almir Pinto, Lourival Baptista, Claudionor Roriz e Mário Maia, reúne-se a Comissão de Saúde.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Guimard, Marcelo Miranda e a Senadora Eunice Michiles.

De acordo com o que preceitua o § 3º do Art. 93 do Regimento Interno, assume a Presidência o Senhor Senador Almir Pinto, que declara abertos os trabalhos, anunciando, em seguida, que a mesma se destina à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 1983/1984.

Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente designa para funcionar como escrutinador o Senhor Senador Lourival Baptista.

Procedida a eleição, constata-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Mário Maia 4 votos

Para Vice-Presidente

Senador Claudionor Roriz 4 votos

O Senhor Presidente eventual proclama eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Mário Maia e Claudionor Roriz e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Uma vez empossado, o Senhor Senador Mário Maia manifesta os seus agradecimentos pelo sufrágio de seu nome para o exercício de tão honroso cargo e esboça, em linhas gerais, o seu programa de trabalho à frente da Comissão de Saúde, durante o período da sua gestão.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente determina que as reuniões ordinárias deste órgão técnico serão realizadas às terças-feiras às 11:00 horas e declara encerrada a presente reunião, lavrando eu, Kleber Alcorado Lacerda, Assistente da Comissão, esta Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO.

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO)

REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1983

Aos dez dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e três, às dezessete horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Comissão de Economia, presentes os Senhores Senadores Claudionor Roriz, Marcondes

Gadelha, Murilo Badaró, Jaison Barreto, Jutahy Magalhães, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada com o objetivo de investigar problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores João Lobo, Almir Pinto, Eunice Michiles, Mário Maia e Hêlio Gueiros.

De acordo com o preceito regimental, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Jutahy Magalhães, que declara instalada a Comissão.

Em seguida, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Jutahy Magalhães convida o Senhor Senador Marcondes Gadelha para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para presidente:

Senador Mário Maia 5 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Claudionor Roriz 5 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Mário Maia e Claudionor Roriz.

Em virtude do não comparecimento do Senhor Senador Mário Maia, Presidente eleito, assume a Presidência o Senhor Senador Claudionor Roriz, Vice-Presidente, agradecendo em nome do Senhor Senador Mário Maia e em seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Almir Pinto para relatar matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Edson Luiz Campos Ábrego, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.